



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



ANDRESSA DE SOUSA BRAZ

**“FORASTEIROS DE DENTRO”:
COLONIALIDADE E TRABALHO
TERCEIRIZADO EM MUSEUS DE
CIÊNCIA NO SÉCULO XXI**

ANDRESSA DE SOUSA BRAZ

**“FORASTEIROS DE DENTRO”: COLONIALIDADE E TRABALHO
TERCEIRIZADO EM MUSEUS DE CIÊNCIA NO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, como
pré-requisito para a obtenção do
grau de Mestre em História.
Linha de pesquisa: Instituições,
Poder e Ciências.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Moema de
Rezende Vergara.

Rio de Janeiro

2026

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

B823 Braz, Andressa de Sousa
 "FORASTEIROS DE DENTRO": colonialidade e trabalho
terceirizado em museus de ciência no século XXI / Andressa
de Sousa Braz. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2026.
 137 f.

 Orientadora: Moema de Rezende Vergara.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História,
2026.

 1. Terceirização. 2. Museus. 3. Colonialidade. I.
Vergara, Moema de Rezende , orient. II. Título.

ANDRESSA DE SOUSA BRAZ

**“FORASTEIROS DE DENTRO”: COLONIALIDADE E TRABALHO
TERCEIRIZADO EM MUSEUS DE CIÊNCIA NO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, como
pré-requisito para a obtenção do
grau de Mestre em História.
Linha de pesquisa: Instituições,
Poder e Ciências.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Moema de
Rezende Vergara.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Moema de Rezende Vergara (Orientadora)
Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Andrea Casa Nova
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Marcio Rangel
Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST

Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Romeiro Chuva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Rio de Janeiro

2026

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não seria possível sem a ajuda de diversas pessoas que estiveram comigo durante essa intensa jornada chamada “mestrado”, ouvindo, lendo, conversando ou simplesmente me ouvindo desabafar nos momentos de cansaço e apreensão. Nessa nova etapa da vida acadêmica que sigo persistindo em construir, escrever a seção de agradecimentos é perceber que ela será muito parecida com aquela feita anteriormente, durante a elaboração de minha monografia na graduação, pois felizmente tenho a imensa sorte de ainda ser acompanhada pelas mesmas pessoas brilhantes e queridas que me mantêm de pé nessa trajetória de historiadora.

Minha amiga Julia Vasconcelos, sempre presente com uma ideia brilhante, um conforto e acalento. Agradeço por seu apoio, sua existência e companhia nessa e em outras jornadas ao longo desses 14 anos de amizade. À Maria Gabriela Bernardino, pesquisadora brilhante, mulher incrível e amiga querida que tive a felicidade de conhecer e seguir ao seu lado. Em muitos momentos de escrita solitária na sala de bolsistas do MAST, ouvir sua risada inconfundível ao chegar ao setor de História da Ciência me deixava imediatamente reconfortada e contente, contagiada pela alegria que sua presença carrega por onde passa. Não poderia deixar de mencionar também o professor Cláudio Costa Pinheiro, que mesmo não sendo mais meu orientador, permanece me incentivando e apoiando em todas as escolhas.

Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro destinado à realização desta e tantas outras pesquisas. À Célia Maria Corsino e Luciane Correia Simões, por terem me aberto as portas do Museu de Ciências da Terra e da Casa da Ciência da UFRJ de forma tão gentil, acolhedora e receptiva. Obrigada pela confiança e interesse em meu trabalho. Sobre tudo, agradeço ao Daniel, à Sônia, ao José, ao Maurício, ao Reginaldo, à Fernanda, ao Luís, ao Rogério, à Sandra, à Patrícia, ao Fábio, ao Jorge e ao Pedro, que apesar dos pseudônimos, poderão se reconhecer nas falas que gentilmente me concederam para a realização desta pesquisa, que sem eles não seria possível de existir. Muito obrigada por compartilharem um pouco de suas histórias e me permitirem contá-las. Espero ter às tratado com o devido respeito e cuidado que merecem.

Por fim, mas com certeza não menos importante, não poderia deixar de agradecer à minha orientadora Moema de Rezende Vergara. Já são quase 6 anos de parceria, trabalho e amizade que espero ser estendida por muito mais tempo. Agradeço sua disposição a sempre me ouvir, compartilhar histórias e aprendizados, me empolgar com sua vivacidade contagiante, sua compreensão, e sobretudo, sua confiança em mim e no meu trabalho. Você acreditar em mim me faz acreditar também.

Obrigada a todos e todas que caminham comigo nessa trajetória pelo apoio para que eu pudesse me construir enquanto historiadora, algo que agora sei que é possível ser.

RESUMO

BRAZ, Andressa de Sousa. “Forasteiros de dentro”: colonialidade e trabalho terceirizado em museus de ciência no século XXI. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2026.

Esta pesquisa tem como proposta refletir sobre as estruturas de colonialidade em museus de ciência a partir da análise do trabalho terceirizado neles realizado. Com isso, apontar a terceirização como um fator de reprodução e manutenção de desigualdades e hierarquias nos espaços museais. Ao abordar a terceirização e museus de ciência, estabelecemos um diálogo entre História da Ciência, História Social do Trabalho e Museologia, no intuito de fomentar os debates sobre as práticas contemporâneas de precarização do trabalho e o trabalho como elemento de colonialidade a ser observado nas dinâmicas museais. Para pensar essas questões, partimos de relatos de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados do Museu de Ciências da Terra (RJ) e da Casa da Ciência da UFRJ (RJ), coletados por meio de entrevistas de História Oral. Nesse processo, buscamos apontar os trabalhadores terceirizados como importante agente histórico nas relações dos mundos do trabalho na contemporaneidade e o papel social dos museus de ciência como agentes de transformação social.

Palavras-chave: Terceirização; Museus; Colonialidade.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil dos trabalhadores terceirizados entrevistados no MCTER e na Casa da Ciência da UFRJ	99
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Casa da Ciência da UFRJ, no bairro da Urca (RJ)	59
Figura 2: Painel de abertura da exposição “Arte Rupestre e Realidade Virtual	61
Figura 3: Óculos de realidade virtual e tocha utilizados para a experiência imersiva na exposição “Arte Rupestre e Realidade Virtual”	61
Figura 4: Museu de Ciências da Terra, no bairro da Urca (RJ)	63
Figura 5: Exposição permanente “No Tempo dos Dinossauros”	63
Figura 6: Exposição permanente “No Tempo dos Dinossauros”	64
Figura 7: Cenário da exposição “No Tempo dos Dinossauros”	65
Figura 8: Cenário da exposição “No Tempo dos Dinossauros” sobre o trabalho do paleontólogo	65
Figura 9: Reprodução do escritório de Llewellyn Ivor Price	76
Figura 10: Mapa com os locais de trabalho de Llewellyn Ivor Price	76
Figura 11: Painel da exposição “A mão negra na mineração no Brasil”	77
Figura 12: Painel da exposição “A mão negra na mineração no Brasil” destacando Teodoro Sampaio, Juliano Moreira e Milton Santos	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	16
1.1 A terceirização no cenário brasileiro	16
1.2 O museu de ciência e a (re)produção da colonialidade do poder	35
1.3 Raça, ciência, nação e trabalho nos museus de História Natural no Brasil oitocentista	42
CAPÍTULO 2	56
2.1 De templo das musas a fórum de ideias: a democratização do museu de ciência brasileiro	56
2.2 Os “forasteiros de dentro” dos museus de ciência	79
CAPÍTULO 3	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

INTRODUÇÃO

O desafio e a reflexão propostos nesta pesquisa é o de pensar o museu de ciência desde seu lugar enquanto espaço de trabalho, observando-o a partir das dinâmicas do trabalho terceirizado que nele se realizam. Tal proposta nos leva a pensar essas instituições sob novas perspectivas e, com isso, encarar novas questões e conflitos que perpassam a existência de instituições tão importantes quanto ambivalentes em nossa sociedade. Pensar o museu enquanto espaço de trabalho, algo que parece não ser tão evidente quando o acessamos como parte de seus públicos, é reafirmá-lo enquanto espaço construído e atravessado por sujeitos e estruturas sociais que compõem as dinâmicas sócio-históricas da sociedade brasileira.

De certa forma, é retirá-lo de um certo lugar de isolamento e abstração que ainda perpassa o imaginário em torno da instituição museal como um local sem sujeitos, sem corpos, formado unicamente por objetos, cujo reconhecimento da presença de outra subjetividade se dá apenas no contato com outro visitante. Na ideia de local de apenas representações (o que também o é, sem dúvidas), são ofuscados trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam o museu sob outras perspectivas, perdendo-se de vista que o museu é também lugar do ordinário e do cotidiano, em suas contradições e limitações, e acima de tudo, produto da ação cotidiana de sujeitos que são a “gota de sangue” (Chagas, 2009, p.24) que transforma o espaço museal em algo vivo.

Tal perspectiva é fruto direto das experiências vivenciadas por quase 5 anos enquanto bolsista no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para além da possibilidade de agregar a formação realizada no ambiente universitário com o desenvolvimento de pesquisas, participar das dinâmicas internas de um museu enquanto historiadora em formação propiciou a ampliação do entendimento sobre o trabalho do(a) historiador(a) e sobre o museu como espaço de atuação profissional para historiadores. Observar e viver o museu desde dentro, conhecendo espaços, dinâmicas e processos que não se apresentam comumente aos públicos, fez com que a instituição pudesse ser pensada sob novos aspectos, de forma mais concreta e conectada aos propósitos do trabalho historiográfico.

O museu oferece a nós, historiadores e historiadoras, a possibilidade de desenvolver novas linguagens para o pensamento e comunicação da História e relações com outros públicos fora do âmbito universitário/acadêmico, aproximando-nos de setores diversos da sociedade e construindo formas de diálogo que ultrapassam a escuta entre pares. A presença no museu torna possível refletir sobre a prática do(a) historiador(a) também enquanto comunicador(a), cujo papel dentro do museu não se restringe à produção de pesquisas que fornecerão subsídios para a montagem de uma exposição. A criação de uma exposição não é meramente a transposição do texto de uma pesquisa para um painel; ela requer um trabalho coletivo e interdisciplinar, articulando variadas linguagens e estratégias de comunicação capazes de veicular ideias de forma abrangente para variados públicos e suas distintas demandas e repertórios sociais e culturais.

A própria produção historiográfica ganha novos contornos pois deve ser intimamente conectada ao papel de comunicação atribuído aos museus, não podendo ser pensada apenas para os fins acadêmicos usuais, que estão presentes, mas deve ir além para alcançar outros objetivos de divulgação e comunicação com e para os públicos. Nesse sentido, a escolha por observar museus de ciência nesta pesquisa se atribui às particularidades desse tipo de museu percebidas durante a experiência vivenciada tendo-o como espaço de atuação profissional, cuja atuação e propósitos colocam à reflexão historiográfica importantes questões enquanto objeto de estudo. Vale ressaltar que para esta pesquisa a concepção de ciência analisada é restrita aquela comumente encontrada nos museus de ciência brasileiros, que engloba campos como a astronomia, geologia, paleontologia, física, química, biologia, entre outras áreas associadas às chamadas “ciências duras”.

Não se trata, certamente, de desconsiderar as ciências humanas ou mesmo de reforçar uma hierarquização obtusa, especialmente por este ser um trabalho que compõe o campo da História da Ciência. Consideramos, aliás, que a História da Ciência não raramente está ausente das concepções de ciência apresentadas por esses espaços, contribuindo para a limitação de certas concepções que não consideram as disciplinas da área de humanas. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2011, p.418) afirma que “o museu de história deve ser um museu de problemas históricos”, e nessa perspectiva consideramos que o museu de ciência é também um museu de história pois trata de problemas históricos, como a própria ciência. Ainda que a História enquanto disciplina pareça estar ausente de sua matriz

museológica, a própria historicidade da ciência e da instituição museal tornam esses espaços objetos para o olhar do(a) historiador(a).

Sob esse olhar de dentro e para dentro do museu, tornaram-se visíveis os sujeitos que diariamente percorrem corredores e habitam salas que enquanto público não nos são acessíveis, mas sem as quais seria impossível de o museu existir. O almoço no refeitório, a conversa próxima ao bebedouro, o café antes de iniciar mais um dia de trabalho: nada disso está visível nas exposições, nas atividades educativas, nas pesquisas ou eventos realizados pela instituição. Mas são partes essenciais, e talvez até imperceptíveis para os que as realizam, de todo o processo que faz o museu abrir suas portas diariamente. Pesquisadores, técnicos administrativos, faxineiros, seguranças, bolsistas, estagiários, jardineiros, recepcionistas e tantos outros trabalhadores, cada qual com suas particularidades laborais, compõem um ambiente extremamente dinâmico, ativo e marcado pela perspectiva do trabalho como elemento cotidiano.

Nesse cenário está a terceirização, que implica em relações e práticas de trabalho marcadas pela precarização e aprofundamento de desigualdades, que vão se agravando com a adesão às práticas neoliberais do Estado brasileiro a partir dos anos de 1990. Esse contexto de precarização das relações do trabalho funciona como um fator de reprodução e manutenção de desigualdades e hierarquias no espaço museal. Desse modo, a terceirização estabelece uma contradição entre o compromisso das instituições museais com a divulgação e democratização do acesso ao conhecimento e as dinâmicas do trabalho terceirizado, que espelham as hierarquias de classe, raça e gênero engendradas pelas estruturas herdadas do processo colonial.

A escolha pelo trabalho terceirizado em meio a outras práticas de trabalho exercidas no ambiente museal é decorrente das observações realizadas no projeto “Museus de ciência e público interno no século XXI”, realizado no MAST, entre 2022 e 2023, como parte das atividades realizadas durante o PIBIC/CNPq. A sugestão do tema veio do diretor do MAST, Marcio Rangel, e a pesquisa foi orientada por Moema Vergara na Coordenação de História da Ciência e da Tecnologia.

A pesquisa consistiu na realização de entrevistas para identificar o que o setor terceirizado (limpeza, segurança, manutenção e apoio administrativo) entendia da finalidade da instituição. Com isso, ficou claro a invisibilização e o distanciamento daqueles funcionários com a missão e objetivos do museu e a ausência de ações

voltadas para incluí-los como público de suas atividades (Cf. Braz; Vergara, 2024). Embora os objetivos iniciais estivessem conectados aos debates de políticas de divulgação da ciência e inclusão social, as questões surgidas durante seu desenvolvimento logo transbordaram o tema. No curso de encerramento do projeto, ficou patente como a terceirização deveria ser abordada de forma conectada às dinâmicas históricas do trabalho no capitalismo e, em particular, com suas especificidades no contexto brasileiro. Por sua vez, a desigualdade latente presente nas falas dos funcionários entrevistados implicava no reconhecimento de suas raízes na colonialidade estruturante da sociedade brasileira e da própria instituição museológica e suas práticas.

No diálogo com a História Social do Trabalho, nota-se uma significativa ausência da terceirização como parte do contexto histórico das relações de trabalho no Brasil. Apesar disso, trabalhos como de Ângela de Castro Gomes (2008) e Virgínia Fontes (2017), ao abordarem o trabalho análogo à escravidão e a uberização, respectivamente, destacam a importância de compreender o trabalho precarizado contemporâneo em sua historicidade, lançando ao campo o desafio de pensar as configurações de trabalho existentes no tempo presente, seus diálogos e rupturas com as práticas e formas de organização do trabalho construídas no Brasil ao longo dos séculos.

A terceirização é mais uma face da precariedade estrutural do capitalismo na contemporaneidade, cujas formas sócio-históricas sofrem alterações e reconfigurações a partir das próprias reestruturações ocorridas no sistema capitalista em seus momentos de crise. A modificação das práticas da precariedade é essencial para a continuidade e manutenção da hegemonia do capital e do capitalismo. Olhar para como essas práticas operam nos dias de hoje e como afetam as condições de vida e trabalho das classes trabalhadoras se torna tarefa fundamental para uma História Social do Trabalho capaz de compreender as transformações históricas do sistema capitalista em seu diálogo com a atual configuração do capitalismo que vivemos.

Por sua vez, pensar dinâmicas e práticas de trabalho, e em especial, a terceirização, nos leva ao debate sobre a intersecção entre as categorias de classe, raça e gênero, aspectos constitutivos do mercado de trabalho brasileiro e das relações e estruturas sociais estabelecidas no processo colonial. Pensar nessas categorias implica necessariamente no reconhecimento da colonialidade que

atravessa a sociedade como um todo, e particularmente, a instituição museal e as formas de organização do trabalho. Tal perspectiva possibilita o aprofundamento de questões já colocadas desde a segunda metade do século XX no campo museal, como a desigualdade no acesso ao conhecimento e a inclusão social, a partir do questionamento à permanência de uma matriz colonial na ação museológica e sua participação na manutenção das desigualdades coloniais no mundo contemporâneo.

Os museus do século XXI se veem confrontados por diversas reflexões e ações que contestam sua matriz colonial, tornando-se espaços para a experimentação e transformação no âmbito de suas narrativas expositivas, representações e regimes de valor. No campo prático e teórico, o modelo de museu ocidental europeu adotado no contexto da construção do Estado-nação brasileiro no século XIX, construído como instituição do progresso científico e da modernidade, vêm sofrendo amplas contestações por parte de membros internos e externos às instituições. Nossa proposta é apontar como práticas de trabalho adotadas nos espaços museais podem ou não refletir e aprofundar a colonialidade observada em outros aspectos da ação museal, como suas narrativas expositivas e acervos.

Embora parte das reflexões aqui propostas possam ser estendidas a diferentes categorias de museus, visto a larga utilização do trabalho terceirizado nessas instituições e o compartilhamento de uma mesma matriz colonial, optamos por um olhar particular aos museus de ciência por identificar sua centralidade na construção de legitimidade e reprodução da colonialidade que atravessa as relações e estruturas sociais por meio de categorias de inferioridade e hierarquização, como a raça. O papel da ciência na expansão e consolidação da exploração colonial, paralelo à cristalização do conhecimento científico como sinônimo de autoridade máxima, convergem na criação dos museus de ciência nos séculos XVIII e XIX como espaços responsáveis pela elaboração de discursos, imagens e valores ordenadores da natureza e da humanidade a partir da concepção colonial de mundo. Debates e teorias científicas são construídas e pensadas ao lado da representação visual, por meio de objetos, de uma certa ordem colonial que classifica enquanto domina, e domina para classificar a tudo e a todos.

No contexto brasileiro, os museus de ciência do século XIX foram espaços primários da institucionalização da ciência no Brasil, da formação de uma comunidade científica e dos anseios de modernização, progresso e civilização que permeiam os debates intelectuais oitocentistas. Forneceram o lastro científico para

compor o quadro de busca pela definição da nacionalidade que tinha no elemento racial sua centralidade, construindo um discurso científico e museológico dedicado a identificar as particularidades da “raça” brasileira e auxiliando na formação de um imaginário nacional que atribuía aos indígenas, africanos e seus descendentes um lugar de atraso e barbárie a ser superado.

Na produção de hierarquização a partir de categorias de inferioridade que auxiliam a exploração e dominação colonial, os museus de ciência contribuem sobremaneira para a produção de espaços e dinâmicas sociais marcadas pela colonialidade, dentre as quais a organização do trabalho a nível global que condiciona os tipos de trabalho mais precarizados e degradantes aos grupos sociais considerados descartáveis dentro de uma escala racial, de gênero e classe impostas aos grupos dominados pelo colonialismo e pela colonialidade.

No exercício de construir e articular uma perspectiva contra-colonial (Santos, 2023) como prática de pesquisa e formação profissional/acadêmica, ao tomar as relações entre terceirização e colonialidade como objeto de pesquisa, consideramos fazê-lo a partir do diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras que a vivem cotidianamente no espaço museal, mobilizando os saberes e práticas consolidados pela História Oral. Uma opção metodológica que implica necessariamente na reflexão sobre como dialogar e escutar sujeitos na prática historiográfica, reconhecendo os limites que a própria produção acadêmica nos impõe. As possibilidades colocadas pela História Oral de articular-se com a subalternidade e estabelecer novas perspectivas a partir de indivíduos aliados do processo histórico é parte essencial de seu desenvolvimento, ampliando as vozes que participam da construção do passado histórico.

A ideia de “dar voz” a esses indivíduos, por muito tempo sustentada entre alguns pesquisadores, não se sustenta na teoria, e muito menos na prática, pois se é o sujeito que fala em primeira pessoa durante toda a entrevista, mesmo a reprodução literal de suas falas no momento da escrita já implica na participação do(a) pesquisador(a) que escolhe o que será lido e reverberado da fala do sujeito entrevistado. Tal entendimento é de suma importância para a prática consciente e responsável da História Oral e, de maneira geral, da pesquisa histórica, sem esquecer-se de considerar criticamente o papel histórico do intelectual enquanto lugar de poder e as relações assimétricas que perpassam o diálogo entre pesquisador(a) e entrevistado(a) por variáveis diversas.

“Dar voz” se transforma, na prática, no ato de “dar ouvidos” ao entrevistado(a) que se propõe a falar, reconhecendo a necessidade de uma relação de confiança, respeito e interesse genuíno pelo que o outro está dizendo e o tempo que dedica para isso. Ademais, a percepção de que a pesquisa se constrói nesse momento de interlocução entre entrevistado(a) e pesquisador(a), que se dá no momento da entrevista e também quando aquele que escreve dialoga com o material coletado, e que é essa interlocução que se pretende evidenciar no processo de escrita, reconhecendo-a em todas as suas limitações. É com essa perspectiva que são apresentados os diálogos estabelecidos com os trabalhadores e trabalhadoras entrevistados para esta pesquisa, de forma a reconhecê-los como membros participantes do processo de construção das análises e reflexões propostas, mas sem qualquer pretensão de estar falando por eles e elas ou de colocar-me em uma posição neutra quanto às decisões sobre as falas aqui reproduzidas.

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela resolução nº 510/2016, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), a pesquisa foi submetida e aprovada pela Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) via Plataforma Brasil, após parecer favorável emitido pelo CEP/UNIRIO em 09 de julho de 2024. Finalizado o processo de avaliação, as entrevistas foram realizadas com captação de áudio MP3, no formato presencial e individualmente, no local de trabalho dos entrevistados e durante seu expediente após liberação da administração das instituições responsáveis, em dia e horário agendados previamente com cada participante. Todas as gravações foram precedidas por conversas para exposição dos objetivos e finalidades da pesquisa e entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Uma cópia da transcrição foi entregue a cada entrevistado/a para leitura e eventuais cortes de falas que não desejassem serem incorporadas na pesquisa.

Diante disso, as questões aqui levantadas são desenvolvidas em três capítulos ao longo deste trabalho. No capítulo 1, apresentamos um breve panorama da terceirização no contexto brasileiro e sua conexão com a colonialidade que atravessa os museus de ciência e a organização do trabalho no Brasil. O capítulo 2 trata dos desafios e contradições impostos aos museus de ciência a partir da adoção do trabalho terceirizado, compreendendo sua missão de democratização da ciência e o lugar de “forasteiros de dentro” ocupado por esses trabalhadores na

instituição museal. No capítulo 3, são analisados mais detidamente os aspectos da colonialidade do trabalho vivenciados no trabalho terceirizado a partir das experiências dos trabalhadores e trabalhadoras do Museu de Ciências da Terra e da Casa da Ciência da UFRJ. Por fim, as Considerações Finais esboçam breves reflexões acerca dos processos analisados, a fim de ressaltar a importância do debate sobre o trabalho terceirizado em museus.

Dessa forma, o presente trabalho se insere como proposta de diálogo entre uma historiografia dos mundos do trabalho contemporâneo e o debate sobre colonialidade no âmbito museológico, a fim de contribuir para a percepção do trabalho como elemento fundamental nas práticas museológicas e a terceirização como ponto de centralidade nas transformações dos modos de organização do trabalho. Ademais, contribuir para o debate historiográfico da ciência no Brasil, lançando luz a práticas e agentes tradicionalmente ignorados, ressaltando a importância de também a história da ciência se engajar nos debates atuais sobre as relações de trabalho e as desigualdades sociais e como esse campo de pesquisa tem muito a contribuir para a reflexão e ação para uma sociedade mais justa e democrática.

CAPÍTULO 1

Construindo um problema: trabalho terceirizado e colonialidade em museus

“O colonialismo não é uma máquina de pensar, nem um corpo dotado de razão. É a violência em estado primitivo e não pode submeter-se senão perante uma violência maior” (Fanon, 1961, p.57).

1.1 A terceirização no cenário brasileiro

No célebre texto “O retrato de um menino Bororo”, João Pacheco de Oliveira (2007, p.96) afirma que uma das finalidades principais dos museus é “presentificar os que estão ausentes”, operando em uma divisão básica entre “os que por ali passam, que olham as vitrines e percorrem as salas, para os quais a exposição foi preparada; e os que lá, supostamente, estão apenas representados e constituem o objeto desse olhar”. Com esta instigante definição, o autor elabora a capacidade e a responsabilidade dos museus em tornar visíveis coletividades vivas e existentes fora do contexto museal, ao lhes atribuir “sentidos, valores e intenções” (Oliveira, 2007, 96) por meio das representações elaboradas pelo processo museológico.

Mas e quando o museu é responsável pelo processo inverso? E quando ele passa a invisibilizar os que estão presentes de corpo e alma em seu espaço? Na divisão de João Pacheco de Oliveira entre aqueles que observam e percorrem as exposições feitas para eles, e aqueles que são observados, há uma importante lacuna: e aqueles que observam sem que o museu seja pensado para eles? Que percorrem as salas para abri-las, limpá-las, vigiá-las e são observados nesse processo, mas, ao mesmo tempo, não são enxergados? Entre as pessoas e coletividades presentificadas pelo museu e os públicos para os quais são apresentados nas exposições, encontram-se trabalhadores e trabalhadoras terceirizados que são tornados invisíveis pelas dinâmicas museais enquanto vivem em seu interior, cuja presença física não significa necessariamente que estão presentificados no espaço museal.

O poder dos museus de tornar invisível é tão significativo quanto o de presentificar ausências, e são diversos os trabalhos dedicados a investigar as relações de poder que atravessam a instituição museal e produzem tais efeitos

(Chagas, 2009; Filho; Abreu; Athias, 2016; Santos, 2014). Compreendendo esse lugar de poder exercido pelos museus em suas relações com os contextos políticos, sociais e econômicos nos quais está inserido, ele deixa de ser entendido apenas como instituição voltada para a preservação de objetos e artefatos do passado e passa a ser visto também em sua dimensão de arena política, na qual forças políticas e culturais distintas atuam na produção de memória, esquecimento, falas e silêncio.

Como um microcosmo da sociedade, as dinâmicas de poder e as desigualdades estruturais globais de raça, classe e gênero criadas pela escravidão, colonização e pelo capitalismo encontram eco também no espaço museal (Vergés, 2023), que não escapa às transformações que ocorrem na sociedade. No âmbito laboral, grande parte do trabalho realizado nos museus atualmente é o que chamamos de terceirizado, ou seja, os museus, públicos ou privados, contratam empresas que por sua vez contratam os trabalhadores. Consideramos que o trabalho terceirizado tem papel fundamental no cenário de manutenção das estruturas de desigualdade que perpassam os museus desde suas origens, acentuando processos de exclusão e exploração que estruturam a sociedade brasileira.

Segundo o relatório *Museus em Número*, realizado em 2011 pelo Cadastro Nacional de Museus (CNM) do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a maior parte do quadro de atividades terceirizadas nos 1500 museus mapeados estava na área de segurança, limpeza e manutenção, respectivamente. Estes ocupavam ainda a maior parte do número de funcionários das instituições, em um total de 9.605 funcionários (CNM, 2011, p.138-139). As instituições públicas analisadas compunham 67,2% do total, de temáticas e áreas diversas. Ainda que tais dados possam estar desatualizados passados mais de 10 anos de seu levantamento, e sem que outra pesquisa do tipo tenha sido realizada, é possível inferir que a mudança de panorama no que tange ao trabalho terceirizado aponte para um significativo crescimento dessa modalidade de trabalho nas instituições museais, especialmente as públicas.

Mesmo com uma grande presença da terceirização, o relatório demonstra que as equipes de limpeza, manutenção e segurança possuíam também outras formas de contratação, e a principal delas ainda era o contrato direto celetista ou por concurso público, com efetivos e terceirizados dividindo as mesmas funções (CNM,

2011, p.139). Hoje, esse cenário parece não corresponder aos contratos utilizados para a contratação desses serviços, pois encontramos diversas instituições com quadros totalmente terceirizados nessas e em outras áreas. Apenas no universo de museus públicos do Rio de Janeiro, podemos citar, além do Museu de Ciências da Terra e da Casa da Ciência da UFRJ, observados nesta pesquisa, o Museu Nacional, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o museu Casa de Rui Barbosa, o Museu do Universo - Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional, o Museu da Vida - FIOCRUZ e o Museu Ciência e Vida¹.

A ampliação da terceirização em museus do Estado é reflexo da sua crescente adoção no serviço público como um todo, nos mais variados setores de atuação de instituições públicas². A escolha por observar instituições públicas para esta pesquisa se deu principalmente pela compreensão do papel nocivo que essa modalidade de trabalho causa ao funcionalismo público e à atuação do Estado como responsável pela garantia de direitos sociais, sobretudo trabalhistas, ao contribuir para o enfraquecimento e fragilização dos serviços e trabalhadores do setor estatal. A terceirização não é um fenômeno exclusivo dos museus, ou mesmo do Brasil. Ela é parte de um contexto mais amplo de desregulamentação, flexibilização, precarização e exploração do trabalho a partir de novas transformações ocorridas na estrutura do capitalismo global na segunda metade do século XX.

Thébaud-Mony e Druck (2017, p.28) apontam os anos de 1970 como um momento marcado pelos processos de reestruturação produtiva inspirados pelo “modelo japonês”, o toyotismo, pautados na financeirização e mundialização da economia. Deste processo, a hegemonia do capital financeiro sobre as demais formas do capitalismo, como o industrial, por exemplo. A lógica financeira passa a gerir, além da dimensão econômica, todos os âmbitos da vida social, dando um novo conteúdo ao modo de trabalho e de vida, sustentados na “volatilidade,

¹ O Museu Casa de Rui Barbosa é citado a partir do trabalho de Aparecida Rangel (Cf. Rangel, Aparecida. TOD@S SÃO TOD@S? *Revista Docência e Ciberultura*, v. 3, n. 2, mai-ago, 2019, p. 350-355). Já o Museu de Astronomia e Ciências Afins é citado com base em pesquisa de minha autoria realizada sobre o tema como bolsista PIBIC/CNPQ sob orientação de Moema de Rezende Vergara na mesma instituição. Os demais, a partir de observação realizada durante visitas espontâneas.

² Entre elas estão as universidades públicas, que contam com diversos trabalhos demonstrando a precarização dos trabalhadores terceirizados nesses espaços. Cf. Souza, Elaine Silva. *A “Maquiagem” do trabalho formal: Um estudo do trabalho das mulheres terceirizadas no setor de limpeza na Universidade Federal da Bahia*. In: Anais do III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero: Associativismo, profissões e políticas públicas. Goiânia/GO, 2010.

efemeridade, flexibilização e descartabilidade sem limites” (Antunes; Druck, 2015, p.19). Essa nova dinâmica de produção capitalista é marcada pela acumulação flexível, que surge “em contraste com a ‘acumulação rígida’ ou ‘acumulação fordista-keynesiana’ que marcou o capitalismo do imediato pós-guerra” (Alves, 2009, p.37).

Giovanni Alves (2009, p.37) salienta que a flexibilidade é um traço “ontológico-social do trabalho” no capitalismo exacerbado pela lógica da acumulação flexível, “explicitada, por um lado, pela precarização (e desqualificação) contínua e incessante da força de trabalho e, por outro lado, pelas novas especializações (e qualificações) de segmentos da classe dos trabalhadores assalariados”. Nesse processo, torna-se estratégico para a acumulação capitalista a flexibilidade da força de trabalho, não apenas no sentido de uma “maior versatilidade possível do trabalhador”, mas principalmente relativa “à legislação e regulamentação social e sindical” (Alves, 2009, p.42).

O princípio da acumulação flexível garante um processo global de desregulamentação do mercado de trabalho e a acentuação de desigualdades históricas, respaldado pelo Estado “através dos governos que vem aplicando as políticas de cunho neoliberal, ao tempo que reformam a legislação trabalhista para desregulamentar e liberalizar ainda mais o uso da força de trabalho” (Thébaud-Mony; Druck, 2007, p.30). Sob a cartilha neoliberal, a adoção da terceirização na administração pública contribui para a desestruturação e avanço da privatização no Estado, no qual “é trazida para dentro do serviço público a lógica empresarial privada em todas as suas dimensões [...] substituindo-se gradativa e rapidamente o servidor público concursado por relações de trabalho contratuais ou informais regidas por legislações do setor privado” (Druck; Sena; Pinto; Araújo, 2018, p.133).

Faz parte dessa lógica o raciocínio da gestão flexível e do “enxugamento” do quadro do funcionalismo público para redução de custos e a retórica de otimização da gestão ao retirar do Estado a responsabilidade por atividades que não são vistas como “centrais” e consideradas auxiliares ou de apoio - as chamadas atividades-meio -, e que, portanto, deveriam ser contratadas através de empresas privadas, como limpeza, vigilância, transporte, serviços técnicos de informática, entre outras (Oliveira, 2018; Druck; Sena; Pinto; Araújo, 2018). O que observamos foi a sobreposição da lógica empresarial privada de redução de custos à

responsabilidade do Estado na salvaguarda dos direitos sociais garantidos constitucionalmente.

Nesse sentido, o Estado abre mão de seus deveres de proteção dos cidadãos e é remodelado para facilitar a flexibilização da legislação trabalhista e proteção social, enfraquecer as instâncias de ações coletivas - como Justiça do Trabalho e sindicatos - e legislar sobre a precarização de forma a ampliá-la e normatizá-la. A flexibilização das relações de trabalho implica diretamente na intensificação da precariedade e na produção de novas formas de precarização do trabalho, enfraquecendo o trabalho regulamentado e ampliando a exploração do trabalho por meio de “perdas históricas de empregos, vantagens salariais e direitos e a constituição de uma nova precariedade salarial adequada às condições de acumulação do capital sob o capitalismo global” (Alves, 2009, p. 38).

A introdução da terceirização no serviço público brasileiro se dá com a reforma administrativa promovida pela ditadura civil-militar em 1967, no intuito de “enxugar” a máquina pública e descentralizar a administração pública pela transferência de determinados serviços para empresas privadas (Druck; Sena; Pinto; Araújo, 2018, p. 117). Em 1993, a Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) “permitiu a terceirização dos serviços de conservação, limpeza e segurança tanto no setor público quanto no privado” (Nascimento; Stolz, 2020, p.142). Esta súmula definia ainda a responsabilidade subsidiária do poder público em caso de inadimplência das obrigações trabalhistas por parte das empresas contratadas para prestação de serviços, porém, em 2010, uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) suspendeu essa responsabilização da administração pública (Druck; Sena; Pinto; Araújo, 2018).

É sobretudo a partir da reforma administrativa promovida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, que a terceirização ganha espaço como principal forma de contratação de serviços, com a reestruturação e extinção de cargos públicos substituídos pelo contrato terceirizado e a redução dos concursos públicos (Druck; Sena; Pinto; Araújo, 2018). Os museus têm suas portas abertas para a terceirização também nesse momento, no qual as atividades de incumbência do Estado são reformuladas e atividades vinculadas ao âmbito social e científico, “entre elas as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais [...] os museus, as orquestras

sinfônicas e outras, não mais deveriam ser sua responsabilidade exclusiva” (Passos; Nogueira, 2018, p.488).

Vale ressaltar que esse processo de substituição atinge primeiramente aqueles cargos ocupados por trabalhadores com menores índices de escolaridade e qualificação, até então contratados em concursos de nível fundamental ou médio. A ampliação para cargos de ensino superior já ocorre, embora com menos intensidade. No entanto, com a aprovação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), esse processo se aprofunda significativamente ao estabelecer “a terceirização sem limites, isto é, a liberalização para todas as atividades e segmentos” (Druck; Sena; Pinto; Araújo, 2018, p.115) em âmbito público e privado.

Esse cenário acentua a precariedade estrutural que constitui a relação entre trabalho e capital no sistema capitalista e agudiza aspectos históricos e constitutivos dos processos de formação capitalista, como a precariedade e a precarização do trabalho. A precariedade, entendida como “condição ontológica do trabalho sob as exigências do capital” (Góes; Souza, 2015, p.140), atravessa todas as formas de trabalho produzidas pela e na produção capitalista, adquirindo diferentes moldes sócio-históricos na trajetória de expansão do capital. Nesse sentido, a precarização reporta-se “às diferentes formas como a precariedade se evidencia no decorrer da história do capital” (Góes; Souza, 2015, p.140), adquirindo diferentes manifestações e intensidades diante dos processos de reorganização produtiva do capitalismo.

A história do capitalismo está estruturada na precariedade do trabalho e na produção de diversos modos de precarização que assumem variadas modalidades de trabalho precarizado, cujo objetivo principal é favorecer a acumulação capitalista e a produção de mercadorias com baixos custos e maximizar os lucros (Santos, 2017). Karl Marx (2022) já salientava esse aspecto ao descrever como a acumulação primitiva do capital procedeu das políticas de cercamento ocorridas na Inglaterra dos séculos XVI a XVIII e da consequente produção de uma massa de trabalhadores mais tarde incorporados como assalariados ao então nascente sistema industrial. A expropriação das terras comunais, a alienação dos meios e processos de produção e a violência sobre os camponeses foram condições primárias para o desenrolar da produção capitalista na Inglaterra e, posteriormente, em toda a Europa, a fim de produzir novas relações de trabalho baseadas no assalariamento e na venda da força de trabalho.

A reestruturação produtiva causada pela Revolução Industrial transformou o artesão em proletário, o trabalho manual, familiar e de autogestão dos meios de produção em trabalho alienado, sob intensas jornadas nas fábricas em troca de salários miseráveis, em condições de trabalho insalubres e com altos riscos de acidentes, sem qualquer regulamentação protetiva ou garantias de direitos trabalhistas. Tornar-se assalariado era, portanto, parte constitutiva da precariedade e precarização impostas pelo capitalismo em seu momento inicial, pois o recebimento de um salário - nunca estipulado com um valor mínimo, mas sempre com um valor máximo (Marx, 2022) -, além de não garantir as necessidades básicas para uma vida digna, significava a perda da autonomia produtiva e a inserção dependente no modo de vida capitalista.

Essa precariedade estrutural no capitalismo está intrinsecamente conectada ao colonialismo e à possibilidade criada por ele de reorganizar e produzir variadas formas de trabalho sob o controle do capital. A criação de um padrão colonial de poder global a partir da invasão das Américas - a colonialidade do poder - permitiu a produção, reprodução, controle e administração de hierarquias e classificações raciais, de gênero, trabalho, espiritual/religiosa, epistêmica, linguística e estética produzidas pelo empreendimento colonial (Mignolo, 2017). Assim, “toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade”, bem como “a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas” (Lugones, 2020, p.61).

A colonialidade é parte da própria constituição da modernidade europeia, a qual se estabelece paralelamente ao processo de ocupação e formação da América como parte da própria formação da identidade europeia. Ao utilizarmos o termo colonialidade, estamos assinalando para as continuidades de exploração de parte dos continentes americano, africano e asiático, exploração que foi se atualizando e remodelando até os dias atuais. Uma das facetas dessa manutenção é a invenção da superioridade europeia justificada pela cor da pele e a subjugação das mulheres.

A classificação dos grupos humanos em raças é um dos eixos centrais para o estabelecimento da colonialidade do poder, que corresponde à “lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental” (Mignolo, 2017, p.2), formando-se a partir do colonialismo enquanto evento histórico, mas permanecendo como elemento central das estruturas de formação das sociedades coloniais mesmo após os processos de independência ocorridos entre os séculos XVIII e XX.

A exploração e expropriação das terras e gentes nas Américas forneceu não apenas as condições materiais para as transformações industriais europeias por meio da produção de riquezas com a plantation e a mineração, mas sobretudo “a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos em torno do capital e do mercado mundial” (Quijano, 2005, p.117). A construção de um mercado mundial a partir da incorporação das colônias permitiu a construção e mobilização de inúmeras formas de trabalho para a produção de “um padrão global de controle do trabalho [...] em torno de e em função do capital [...] o capitalismo mundial” (Quijano, 2005, p.118).

O capitalismo torna-se mundial a partir da exploração colonial que permite inserir os espaços coloniais à lógica do capital de maneira subordinada, determinando uma “geografia social do capitalismo” (Quijano, 2005, p.118), na qual a Europa surge como o centro do mundo capitalista e o capitalismo como o eixo articulador de todas as formas de produção e trabalho. A colonialidade passa a organizar o controle e a divisão do trabalho a nível global, tendo como principal eixo articulador a ideia de raça, a partir da qual “cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada” (Quijano, 2005, p.119). A utilização de indivíduos colonizados ou considerados racialmente inferiores propiciou um enorme contingente de força de trabalho de baixo custo que favoreceu a expansão capitalista e o “funcionamento do capitalismo enquanto economia-mundo” (Santos, 2017, p.4).

A precariedade que marca a relação trabalho-capital adquire a partir do colonialismo e da colonialidade um aspecto marcado pela racialização das formas de exploração, no qual a associação como trabalhador barato é acompanhada da imposição de categorias raciais surgidas do contexto do colonialismo que reificam um lugar de subalternidade. Às “raças inferiores” são atribuídas novas e velhas formas de trabalho precarizado, sobretudo o trabalho forçado/compulsório, determinando uma divisão global do trabalho que é racial e colonial. Ainda que também marcada pela precariedade, a existência de relações assalariadas nos países europeus dependeu da produção e exploração de outras formas de trabalho precarizado não-assalariado nas colônias, criando uma “quase exclusiva associação

da branquitude social com o salário” (Quijano, 2005, p. 119) e o assalariamento como modelo padrão de produção a ser alcançado dentro da hierarquia de trabalho.

A produção de um sistema de escravidão africana e indígena pautado pela raça foi a principal expressão dessa associação entre os tipos de trabalho e os tipos raciais, reelaborando e ampliando a antiquíssima prática escravocrata por meio das concepções racialistas que sustentavam a prática colonial. No bojo das transformações políticas e econômicas ocorridas no século XIX que colocaram a legitimidade da escravidão em debate e impôs a necessidade de uma reorganização da força de trabalho a nível global, são criados outros formatos de trabalho que, apesar da alcunha de liberdade, sustentavam a lógica escravista, de exploração compulsória e precariedade necessárias à manutenção da dinâmica capitalista e colonial, deslocando milhares de trabalhadores de regiões colonizadas ou sob influência europeia para suprir as novas demandas de trabalho impostas pelo capitalismo global - como os *coolies* asiáticos³.

Outro elemento importante para o controle e divisão do trabalho sob a lógica da colonialidade é o gênero. Maria Lugones (2020, p.58) destaca como a colonialidade do poder introduz novas relações de dominação, exploração e conflito por meio do que chamou de “sistema moderno-colonial de gênero”, o qual estabelece uma concepção binária, hierárquica e dicotômica sobre as relações sociais a partir da classificação e divisão sexual entre homens e mulheres. A “bio-lógica” (Oyěwùmí, 2021, p.20-21) responsável pela racialização dos corpos, promove também o entendimento da diferenciação sexual por meio do sexo tomado como fator biológico e natural. Além de limitar a compreensão de outras expressões possíveis fora das categorias “homem” e “mulher” e buscar reduzi-las a esse

³ O termo *coolie* se refere aos milhares de trabalhadores asiáticos - sobretudo chineses e indianos, mas também javaneses, malaios e outros - que migraram sob regime de trabalho sob contrato para diversas partes da Ásia, América e África como parte das dinâmicas de reestruturação do colonialismo e do capitalismo ocorridas no bojo do fim do tráfico de escravizados e da escravidão para suprir as demandas de trabalho nas sociedades escravistas. O trabalho sob contrato se tornou a principal forma utilizada em substituição - mas principalmente em paralelo - à escravidão em diversas partes do globo, permitindo a manutenção da economia colonial e a continuidade da lógica escravista Cf. Balachandran, G. Making Coolies, (Un)making Workers: “Globalizing” Labour in the Late-19th and Early-20th Centuries. *Journal of Historical Sociology*, Oxford, Vol. 24, No. 3, p.266-296, September 2011.; Lee, Ana Paulina. *Mandarin Brazil: race, representation, and memory*. Stanford, California: Stanford University Press, 2018. No Brasil, foram recebidos cerca de 2.000 trabalhadores chineses ao longo do século XIX sobretudo para atividades agrícolas, os quais passaram a ser identificados como “chins” ou “raça amarela”. Cf. Santos, Marco Aurélio dos. Chineses no Vale do Paraíba cafeeiro: projetos, perspectivas, transições e fracassos - século XIX. *Almanack*, Guarulhos, n. 25, p. 1-41, 2020; Czepula, Kamila Rosa. *Os indesejáveis “chins”: um debate sobre imigração chinesa no Brasil Império (1878-1879)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 127p., 2017.

binarismo, a autora ressalta a importância dessa concepção de gênero para a exploração e dominação capitalista-colonial ao estabelecer a subordinação feminina pelos homens em todos os aspectos da vida social.

Nesse sentido, Silvia Federici (2023, p. 12) aponta como na Europa do século XIX a redução das mulheres às atividades reprodutivas e domésticas e a desvalorização do trabalho doméstico foram processos essenciais para a acumulação capitalista por viabilizar “a produção e reprodução do recurso mais precioso no universo das relações capitalistas: a força de trabalho”. O confinamento feminino ao trabalho doméstico não remunerado garantiu à produção capitalista custo zero com o trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho, garantindo aos homens não apenas os cargos remunerados, como também tudo aquilo necessário para liberá-los como mão-de-obra produtiva: comida, roupa lavada, cuidados com a casa e os filhos.

Na divisão sexual do trabalho produzida pela separação entre produção e reprodução presente na formação capitalista, “a ‘feminilidade’ foi construída como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico” (Federici, 2023, 39), e como tal, desprovido de remuneração ao não ser reconhecido como trabalho. Afastadas do acesso aos salários, ou quando empregadas em trabalhos “femininos” associados ao mundo doméstico e obtendo uma quantia significativamente menor em comparação com o salário masculino, “a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, mistificadas como uma vocação natural e designadas como ‘trabalho de mulheres’” (Federici, 2023, p.153).

O corpo feminino transformado em recurso econômico “a serviço do aumento da população e da acumulação da força de trabalho” (Federici, 2023, p.334) teve na empreitada de caça às bruxas na Europa moderna papel fundamental para eliminar “práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social” (Federici, 2023, p.334). É sobretudo para restringir o controle reprodutivo que as mulheres possuíam nas sociedades pré-capitalistas europeias que as crenças diabólicas serão associadas ao feminino, de forma a garantir o controle da reprodução e a liberação do corpo feminino para a produção da força de trabalho necessária à produção capitalista. Assim,

Do mesmo modo que os cercamentos expropriaram as terras comunais do campesinato, a caça às bruxas expropriou o corpo das mulheres, o qual foi assim “liberado” de qualquer obstáculo que lhe impedisse de funcionar como máquina para produzir mão de obra. A ameaça da fogueira ergueu barreiras mais terríveis ao redor do corpo das mulheres do que as cercas levantadas nas terras comunais (Federici, 2023, p.338).

Essa expropriação significou a redução da sexualidade feminina a práticas reprodutivas, a imposição do ambiente doméstico como essencialmente feminino, o afastamento das mulheres de atividades por elas exercidas há gerações, como o parto e o tratamento de doenças, e a desvalorização de seu trabalho. Paulatinamente as mulheres foram excluídas e substituídas por homens em “todos os ramos de trabalho especializado, conforme as oportunidades de obtenção de um treinamento profissional adequado lhes eram negadas” (Clarke, 1968, p.265 apud Federici, 2023, p. 337). A domesticação das mulheres foi ponto chave para a formação de uma divisão sexual do trabalho, “construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais” (Federici, 2023, p.19) que reduziram as mulheres às suas capacidades reprodutivas e transformaram-nas em mão de obra barata e marginalizada.

Tal transformação nas funções sociais designadas às mulheres recaiu também sobre as mulheres colonizadas, que na intersecção entre raça e gênero, tiveram seus corpos controlados e estigmatizados pelo controle colonial e capitalista. Sob o sistema colonial de gênero, mulheres africanas e indígenas foram inseridas na bio-lógica europeia que constrói o corpo e o sexo como determinantes na formação de papéis sociais e na classificação de indivíduos a partir de suas características biológicas (Oyewumí, 2021). A imposição de categorias de gênero sobre sociedades organizadas sob outros critérios reduziu o corpo dessas mulheres a mercadorias comercializadas em um sistema de trabalho compulsório e a máquinas de reprodução da força de trabalho que sustentava a economia colonial por meio do controle violento de seus corpos.

Ademais, modificou bruscamente os tipos de trabalho e a esfera de atividades que exerciam. Se, na América pré-colonial, mulheres indígenas eram “agricultoras, tecelãs, produtoras de panos coloridos utilizados tanto na vida cotidiana quanto durante as cerimônias [...] oleiras, herboristas, curandeiras e sacerdotisas”, a colonialidade de gênero as transforma em “servas que trabalhavam como criadas para *encomenderos*, sacerdotes e *corregidores*, ou como tecelãs nos

obrajes [...] também foram forçadas a acompanhar seus maridos no trabalho de mita nas minas [...] além de prepararem a comida para os trabalhadores homens” (Federici, 2023, p.409). As mulheres africanas compartilhavam de destino semelhante: como amas de leite, cozinheiras, criadas e responsáveis por toda a dinâmica de organização nas casas coloniais, eram alocadas sobretudo nas funções domésticas, consideradas impróprias para as mulheres brancas das elites senhoriais e avessas ao trabalho manual (Souza, 2012). E nessas modificações de funções, a frequente ocorrência de violências sexuais, sendo o corpo feminino negro e indígena visto como de livre acesso.

Desse modo, quando atribuídas da categoria “mulher” “as fêmeas colonizadas receberam o status de inferioridade que acompanha o gênero mulher, mas não receberam nenhum dos privilégios que esse status significava para as mulheres burguesas brancas” (Lugones, 2020, p.27). Um status que deve ser matizado a partir das relações de classe, que designavam às mulheres pobres os piores salários dentro e fora das fábricas, além da responsabilidade pelas tarefas domésticas. Contudo, o próprio acesso ao salário, por pior que fosse, constituía uma vantagem social para as mulheres brancas europeias, visto que a condição de não-branca e mulher “como marcas da bestialidade e da irracionalidade correspondia à exclusão [...] do contrato social implícito no salário, com a consequente naturalização de sua exploração” (Federici, 2023, p.368).

Embora o século XX seja acompanhado pela hegemonia do trabalho assalariado, livre e regulamentado nas relações capitalistas de modelo fordista (ainda que a eliminação por completo de formas de trabalho compulsório nunca tenha se efetivado na prática), essa expansão do assalariamento não foi acompanhada da melhoria das condições de trabalho e vida dos trabalhadores, que permaneciam submetidos a superexploração e relações desiguais de poder. Ademais, a divisão racial e sexual do trabalho permaneceu como um marcador de desigualdades mesmo diante da experiência comum do assalariamento, criando hierarquias e distinções no acesso às legislações de proteção social e trabalhista construídas pelas lutas das classes trabalhadoras em diferentes países na tentativa de minimizar a precarização da vida e do trabalho impostas pelo capitalismo⁴.

⁴ A experiência do Estado de Bem-Estar Social nos países europeus e nos Estados Unidos após a crise de 1929 garante ao Estado o papel de regulamentador das relações de trabalho e a implementação de políticas sociais que estabeleçam um conjunto de direitos sociais universais como emprego, moradia, educação, saúde, transporte etc. (Thébaud-Mony; Druck, 2007). Porém, os

A “nova era da precarização estrutural do trabalho” (Antunes, 2009, p.231) inaugurada pela acumulação flexível, acentua a precariedade inerente ao capitalismo colonial e a divisão racial e sexual do trabalho que direciona os postos mais vulneráveis e precarizados para mulheres e não-brancos, especialmente aqueles em situação de imigração, tornando-os os mais suscetíveis ao trabalho informal, desregulamentado e com pouco acesso a direitos trabalhistas. Nesse cenário, a terceirização assume um papel chave para a reorganização das relações de trabalho como uma das principais formas sócio-históricas da precariedade e da colonialidade do trabalho na contemporaneidade. A terceirização “consiste na transferência de uma e/ou mais atividades secundárias, que antes eram executadas pelos ocupantes do quadro de funcionários de uma instituição, a uma prestadora de serviços contratada” (Rodrigues; Santos; Silva, 2020, p.165).

Ela atua como uma das principais formas de flexibilização e precarização do trabalho, viabilizando “um grau de liberdade do capital para gerir e dominar a força de trabalho quase sem limites, conforme demonstra a flexibilização dos contratos, a transferência de responsabilidade de gestão e de custos trabalhistas para um terceiro” (Thébaud-Mony; Druck, 2007, p. 28). Seu objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos e encargos trabalhistas (Marcelino; Cavalcante, 2012, p.338). Ou seja, busca-se maximizar as taxas de lucro e transferir para outra empresa os custos e encargos - financeiros e jurídicos - da administração trabalhista, como a negociação com os sindicatos, sem, contudo, perder o controle sobre as atividades do processo produtivo. Assim, a terceirização atua principalmente como “uma estratégia de gestão da força de trabalho por um tomador de serviços [...] no uso de um ente interposto como instrumento de gestão da sua própria força de trabalho” (Filgueiras, 2016, p.99).

Na relação entre empresas, os trabalhadores são apenas um custo a ser reduzido e se tornam a própria mercadoria a ser negociada, deslocada e manipulada de uma empresa a outra, pois a empresa terceirizada “não produz nada, sendo exclusivamente uma intermediadora de mão de obra, isto é, vende força de trabalho” (Druck; Sena; Pinto; Araújo, 2018, p.131). Essa mediação deixa o

direitos conquistados não alcançaram todas as camadas das classes trabalhadoras, excluída a fração feminina, negra, jovem e imigrante. No Brasil, a conquista dos direitos conquistados na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT (1943), durante o primeiro governo de Getúlio Vargas foi restrito aos trabalhadores urbanos, deixando de fora da legislação os trabalhadores rurais e as trabalhadoras domésticas, grupos historicamente compostos por pessoas negras.

trabalhador à margem das negociações e contratos, além de reduzir o valor de seu trabalho que passa a ser parcialmente apropriado pela empresa terceirizada, levando a redução dos salários. Além disso, “o trabalhador terceirizado é parte do processo de acumulação do tomador de serviços” pois é a empresa contratante que “gere, à sua conveniência, com os instrumentos que calcular pertinentes, o processo de produção e trabalho da atividade realizada pelos terceirizados” (Filgueiras, 2016, p.99).

Assim, ambas as empresas - terceirizada e a contratante dos serviços - obtêm seus lucros a partir desses trabalhadores, mas a discussão de quem é de fato o empregador coloca os trabalhadores terceirizados em situação de extrema fragilidade, especialmente quando têm seus direitos trabalhistas vilipendiados e decidem recorrer à justiça. Ademais, na criação de hierarquias de valoração do trabalho ao definir atividades não essenciais que podem ser terceirizadas (atividades-meio) e aquelas consideradas essenciais para os fins da instituição e menos suscetíveis à terceirização (atividades fins), estende-se a desvalorização das atividades terceirizadas aos trabalhadores que as executam, considerados como de “segunda classe” diante dos trabalhadores diretamente contratados que possuem maior segurança.

Essa situação se expressa nas múltiplas formas de precarização enfrentadas pelos trabalhadores terceirizados, que passam por salários menores, maior instabilidade e rotatividade, maiores jornadas de trabalho, maior risco de acidente no trabalho e prejuízos à saúde física e mental, maior número de mortes em trabalho, maiores dificuldades de construção de vínculos no ambiente de trabalho e de acesso aos direitos trabalhistas, além de tratamento diferenciado e estigmatização no uso de refeitórios e roupas que marcam a diferença entre os terceirizados e não-terceirizados (Gimenez; Krein, 2016; Antunes; Druck, 2015; Dutra; Coelho, 2020; Lima, 2010; Lykawka, 2013; Irber, 2016).

Vale ressaltar que a distinção entre atividades-meio e atividades fins desenvolveu-se a partir do setor privado e mediante a prática da terceirização, visto que “não há disposição constitucional que ampare ou distinga tais atividades na intenção de terceirizar uma ou outra” (Barbosa; Vieira; Santos, 2021, p.90). Embora a Reforma Trabalhista de 2017 permita agora a terceirização tanto de atividades fins quanto de atividades-meio, a própria indefinição e amplitude do que pode ser considerado atividade-meio por muito tempo abriu margem para a terceirização de

atividades que até então não eram encaradas dessa forma, mas foram colocadas sob a lógica da redução de custos e da desresponsabilização da empresa tomadora de serviços com os trabalhadores (Antunes; Druck, 2015).

Ainda que o trabalho terceirizado seja considerado parte do mercado formal, pois registrado como regime celetista, “o desrespeito aos direitos estabelecidos para os empregados com carteira assinada são os mais básicos, como o atraso de salários, não depósito do FGTS, atraso do 13º, sem gozo de férias e sem CIPAs” (Antunes; Druck, 2015, p.31). A formalização, neste e em outros casos, não implica necessariamente em emprego de qualidade, pois “é perfeitamente possível combinar formalização com trabalho precário, péssimas condições de trabalho e baixa remuneração, como é o caso da terceirização” (Gimenez; Krein, 2016, p.20). Ademais, “a dispersão, a rotatividade e instabilidade (quando não a ilegalidade), típicas da condição de terceirizado, fragilizam a capacidade de luta e ação coletiva [...] tornando-os mais frágeis diante do patronato” (Thébaud-Mony; Druck, 2007, p.52) e vulneráveis às violações de seus direitos. Esse cenário não é encarado de forma passiva pelos trabalhadores, que têm se organizado em prol de seus direitos e do fim da terceirização em diversos países, incluindo o Brasil.⁵

Denis Maracci Gimenez e José Dari Krein (2016, p.18) ressaltam que a desorganização é uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro, pautado no “baixo índice de assalariamento, na informalidade, na elevada rotatividade, na abertura do leque salarial e na forte desigualdade social, inclusive entre os rendimentos dos trabalhos”. A terceirização acentua significativamente esse cenário, pois permite “a liberdade da empresa gerir a sua força de trabalho de acordo com as suas necessidades, submetendo os trabalhadores e trabalhadoras a uma situação ampliada de insegurança, instabilidade, em que ficam submetidos a um contexto de desorganização de sua vida” (Gimenez; Krein, 2016, p.19).

Essa desorganização se dá principalmente pelo fato de os contratos terceirizados serem por tempo determinado, causando ao trabalhador a incerteza de sua continuidade no serviço ao fim do período estabelecido entre a empresa

⁵ Podemos citar os casos trazidos por Diana Assunção (2013), como a greve das trabalhadoras da limpeza do setor ferroviário ocorrida em Paris, no ano de 2017; em 2019, em meio às manifestações que levaram à reformulação da constituição chilena, trabalhadores se uniram ao movimento para combater a terceirização no Chile como parte do combate à herança da ditadura de Pinochet; já em 2015, a campanha anti-colonial de estudantes da Universidade da Cidade do Cabo, na África do Sul uniu-se aos trabalhadores terceirizados exigindo o fim da terceirização na universidade. No Brasil, a autora narra ainda a trajetória de greves organizadas por trabalhadoras terceirizadas da Universidade de São Paulo em 2011 e 2013. Cf: Assunção, 2020.

terceirizada e a empresa tomadora de serviços. Ademais, a flexibilidade característica desse modelo de contratação significa na prática “liberdade ao empregador de romper o vínculo da relação de emprego” (Gimenez; Krein, 2016, p.20) a qualquer tempo e sem precisar de justificativas, dificultando a própria capacidade dos trabalhadores de estabelecerem para suas vidas planos a longo prazo.

No Brasil, os trabalhadores sob contrato terceirizado chegam a 25% do mercado formal, concentrando 70% das atividades terceirizadas no setor de serviços.⁶ Entre as atividades com maior quadro de terceirização, estão “serviços gerais (12%), limpeza e conservação (14%), vigilância e segurança (12%), processamento de dados (8%), logística e distribuição (6%) e telemarketing (6%)” (Andreta; Campos, 2015, p.252), os quais empregam $\frac{2}{3}$ dos trabalhadores sob contrato terceirizado. Embora não haja estatísticas oficiais que permitam delinear com exatidão o perfil desses trabalhadores no país, pesquisas acadêmicas realizadas em variadas regiões e sobre diferentes setores da economia têm mapeado já há alguns anos quem são esses trabalhadores, possibilitando um olhar ainda que parcial sobre as principais variáveis socioeconômicas que compõem essa parcela das classes trabalhadoras.

Rachel Loureiro Andreta e Rosana Soares Campos (2015, p.254), a partir de dados do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros (SINDEPRESTEM) e do Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros (SINDEEPRES), apontam que o trabalhador sob contrato terceirizado é “predominantemente homem, pardo, adulto (entre 25 e 34 anos), com escolaridade média e remuneração nas primeiras faixas salariais”. Lara Campoli e Graziela Serroni Perosa (2022, p.5) indicam que “em 2013, 33,3% do total das contratações terceirizadas no Brasil eram de mulheres e 66,7% de homens”. Esse perfil é reforçado por outros trabalhos (Rodrigues; Santos; Silva, 2020; Druck; Sena; Pinto; Araújo, 2018), mas deve ser matizado a partir dos diferentes tipos de serviços habitualmente terceirizados. Se o trabalho masculino se concentra sobretudo em atividades como segurança, manutenção e na indústria de transformação e de construção civil, “70% das mulheres terceirizadas concentram-se nas atividades de

⁶ Crescimento do mercado de terceirização no Brasil. G1. 31 de março de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/especial-publicitario/security-seguranca-e-servicos/noticia/2023/03/31/crescimento-do-mercado-de-terceirizacao-no-brasil.ghtml>

limpeza, 68% na alimentação, 67% na confecção e 66% na educação e saúde” (Campoli; Perosa, 2022, p.7).

A divisão sexual do trabalho que determina tarefas de cuidado e próximas dos serviços domésticos como “tipicamente femininas” tem grande reforço nesse cenário, agrupando o contingente de trabalhadoras em áreas “que demandam menos qualificação, possuem menores remunerações e os maiores índices de rotatividade” (Portela, 2022, p.78), além de possibilitar pouca mobilidade para outros cargos. A precarização dos salários, típica de todos os cargos terceirizados, recai duplamente sobre as mulheres em decorrência da opressão de gênero. Segundo nota técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de 2017, “os homens empregados em atividades tipicamente terceirizadas concentram-se em estratos intermediários de remuneração e as mulheres nos estratos com os menores rendimentos” (DIEESE, p.10).

Apesar disso, tanto os homens quanto as mulheres são predominantemente pretos ou pardos. De acordo com as informações levantadas pelo SINDEEPRES, em 2014, 18% dos trabalhadores declararam-se pretos, 41% pardos, e 36% brancos (Andreta; Campos, 2015, p.250). Considerando que a categoria “negros” é a soma do contingente de pretos e pardos, estes representam 59% dos trabalhadores ocupados em cargos terceirizados. Quando observamos setores como limpeza e conservação, as mulheres negras predominam fortemente. Conforme Lara Campoli e Graziela Serroni Perosa (2022, p.6), “no setor de asseio e conservação [...] para os anos de 2008 e 2010, somente no estado de São Paulo, 73% dos trabalhadores alocados nos serviços de limpeza declararam-se pretos ou pardos, dos quais 58,8% eram mulheres e 57% não haviam alcançado o ensino médio”.

Os trabalhadores negros da terceirização, em especial a trabalhadora negra, são identificados em diversas pesquisas realizadas na última década: em estudo realizado por Campoli e Perosa (2022) com funcionárias do setor de limpeza da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 13 das 18 entrevistadas eram mulheres negras. Diana Assunção (2020) mostra como eram principalmente mulheres negras na liderança da luta dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas da Universidade de São Paulo (USP) ocorrida em 2011 e 2013 pela reivindicação de seus direitos; cenário semelhante ao apresentado por Adriana Gomes Zimmermann (2017) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Beatriz Gabriele de Castro Silva Irber (2016) e Renata Queiroz Dutra e Ilana Barros Coelho

(2020), ambas as pesquisas realizadas na Universidade de Brasília. Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Graça Druck et al (2018) observaram que 94,3% dos funcionários se reconhecem como pretos ou pardos.

Embora parte significativa das pesquisas dedique-se principalmente a instituições do setor público, e apesar da falta de estatísticas oficiais e mais abrangentes, esses e outros trabalhos apontam para a existência desse perfil também no setor privado⁷. De fato, não é de todo surpreendente que sejam homens e mulheres negras a ocupar os cargos precarizados pela adoção da terceirização. A estrutura de exploração e marginalização construída por séculos de escravidão não chegou ao fim com a abolição promulgada em 1888, a qual não significou o fim da condição de exploração do trabalho e da vida de pessoas negras ao ingressarem no mercado de trabalho livre e assalariado que ganhava força no Brasil em fins do século XIX, tampouco o predomínio imediato desse formato de trabalho.

Há um vasto conjunto historiográfico que demonstra a variabilidade dos modos de inserção da população negra nos mundos do trabalho pós-abolição, bem como a grande diversidade de suas ocupações, formas de resistência e agrupamentos trabalhistas (Negro; Gomes, 2006; Nascimento, 2016). Além de afastar a imagem por muito tempo consagrada por certa historiografia de uma classe trabalhadora branca, imigrante e urbana nascente apenas no início do século XX, esses trabalhos demonstram também a desigualdade de inserção de homens e mulheres negras nos mundos do trabalho ao longo do século XX, e o seu paulatino afastamento das atividades com melhor remuneração e mesmo daquelas nas quais haviam predominado durante o período escravocrata⁸.

⁷ Podemos imaginar que a predominância de estudos de caso em instituições públicas, sobretudo universidades, seja pela maior possibilidade de entrada e obtenção de dados nesses espaços assegurados por seu caráter público/estatal e o vínculo profissional e/ou acadêmico dos pesquisadores. Embora o tema coloque limitações para investigação também nas instituições públicas, e o setor privado conte com algumas entidades que já mapearam estatísticas semelhantes, como o já citado sindicato patronal SINDEPRESTEM, a realização de estudos do tipo em empresas privadas por pesquisadores acadêmicos certamente contaria com maiores constrangimentos, limitações e riscos, sobretudo para os trabalhadores convocados a participar das pesquisas.

⁸ Cf. Jacino, Ramatis. O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição – 1912/1920. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012; Cicalo, André. Campos do pós-abolição: identidades laborais e experiência “negra” entre os trabalhadores do café no Rio de Janeiro (1931-1964). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 35, n. 69, p.101-130, 2015; Castelluci, Aldrin. A.S. Classe e cor na formação do centro operário da bahia (1890-1930). Afro-Ásia, n. 41, p. 85-131, 2010.

No contexto de um mercado de trabalho historicamente estruturado pela colonialidade, pelo racismo e pela prática e lógica escravistas, que mesmo após a abolição da escravidão e a consolidação do trabalho livre e assalariado não deixaram de estar presentes nas relações de trabalho brasileiras, a terceirização vem aprofundar as estruturas de desigualdade que sustentam e conformam a sociedade brasileira. Outro aspecto fundamental dessa relação é a significativa associação entre terceirização e trabalho análogo a escravidão no contexto brasileiro. Segundo Victor Filgueiras (2016), dos 10 maiores resgates de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão efetuados pelo Ministério do Trabalho entre 2010 e 2014, em 90% deles tratava-se de trabalhadores em contrato terceirizado.

O trabalho análogo a escravidão, entendido como “o limite externo prescrito pelo Estado à exploração do trabalho” (Filgueiras, 2016, p.95), é favorecido pela externalização de responsabilidades e riscos trabalhistas ocorridas a partir da terceirização, entre elas a fiscalização das condições de trabalho, pois seu intuito é “justamente driblar limites impostos ao assalariamento (como o direito do trabalho e a ação sindical)” (Filgueiras, 2016, p.92). Na convergência entre essas práticas, concordamos com Filgueiras (2016, p.102) que a adoção da terceirização “potencializa a capacidade de exploração do trabalho e reduz a probabilidade de atuação dos agentes que poderiam impor limites a esse processo”.

Ainda que para a contratação de empresas terceirizadas a lei exija um processo de apuração da idoneidade e legalidade da empresa contratada, bem como a responsabilidade da empresa contratante em fiscalizá-la durante o período contratual, os casos de trabalhadores sob contrato terceirizado submetidos ao trabalho análogo a escravidão é recorrente, situação na qual as empresas contratantes buscam eximir-se da culpa (Schonorrenberger; Santis; Stasiaki, 2023)⁹. Esse cenário reforça a profícua combinação entre a terceirização e o trabalho análogo à escravidão, e o beneficiamento que ambas as práticas recebem da lógica de acumulação flexível e da vulnerabilidade e desigualdade econômica, racial e de gênero que operam nas relações e organização do trabalho.

⁹ Este é o caso, por exemplo, de trabalhadores resgatados em vinícolas no Rio Grande do Sul em 2023, após serem contratados por empresa terceirizada para o trabalho rural. Cf. Schonorrenberger; Santis; Stasiaki, 2023

Os trabalhadores sob terceirização são apenas uma parcela das novas modalidades de trabalho flexível e precarizado que emergem das novas demandas capitalistas. Os aplicativos de serviços de entrega, as redes sociais e outras diversas plataformas de serviços online trazem para os historiadores o desafio de pensar novas formas e espaços de trabalho muito distantes das fábricas, do campo e da plantation. Mas, ao mesmo tempo, conectadas a elas pela colonialidade ordenadora da vida e do trabalho no capitalismo.

1.2 O museu de ciência e a (re)produção da colonialidade do poder

Diante do exposto, cabe nos questionarmos: por que observar o museu de ciência? Como já salientado, a terceirização está presente em diversos setores da administração pública e do setor privado, e não se restringe a um tipo específico de museu. No entanto, compreendemos que o museu de ciência contribuiu historicamente para a produção e reprodução da colonialidade do poder que sustenta o capitalismo e suas formas de exploração do trabalho, como espaço de legitimação de ideias de inferioridade e hierarquização da diferença que sustentaram a divisão e organização do trabalho e a associação histórica de grupos colonizados com certos tipos de trabalho precarizado.

Na relação entre museus de ciência e colonialidade que se desenvolve a partir dos séculos XVIII e XIX, em vários locais do globo, indivíduos de etnias diferentes dos europeus eram expostos em museus metropolitanos, transformados em símbolos de inferioridade de todo um povo, exotizados e objetificados pelo colonialismo, convertidos a objeto científico pela ciência moderna e acondicionados e expostos como evidência científica nas vitrines dos museus. Esses são espaços demonstrativos de como a diferença, sob o colonialismo, foi transformada em categoria de hierarquização social, e com o capitalismo, mercantilizada como *commoditie*, combinando funções de espetáculo, performance, ciência e dominação.

Os museus de ciência, bem como os shows étnicos (ou *freak shows*)¹⁰ e as Exposições Universais¹¹ que se desenvolvem ao longo do século XIX, são parte dos dispositivos de criação e disseminação de uma cultura visual sobre a diferença centrada na raça por meio da representação visual de corpos racializados, simultaneamente introduzindo a figura do exótico e do selvagem no cotidiano social. Essa representação contribuiu para a perpetuação da violência sobre sujeitos colonizados, a desumanização e objetificação de povos não-brancos e não-europeus e sua construção como o “outro” do Ocidente.

Nesse contexto, a raça é o principal mecanismo para a criação de configurações que permitiram a construção de hierarquias entre os povos humanos e a justificativa e naturalização das relações coloniais de dominação. A partir da classificação e do ranqueamento das populações humanas, pôde-se construir categorias identificadas com a inferioridade e a subalternidade (Mignolo, 2018). Logo, a raça é antes de tudo um fenômeno epistêmico, desde onde se constroem categorias de classificação que ensejam a formação de realidades; ela não é uma representação da realidade, e sim uma invenção sobre ela. A diferença transformada em desigualdade e hierarquia permitiu à Europa cometer crimes diversos porque eram direcionados a populações consideradas menos humanas, não porque de fato o eram, mas porque foram classificadas desse modo.

A ideia de ordem nas sociedades europeias modernas fazia “do mundo o reino da diversidade, um enorme conjunto de coisas infinitamente diferentes entre si e, em virtude dessas diferenças, hierarquizadas” (Hespanha, 2008, p.31) e que deveriam ser postas em seus lugares para o funcionamento da sociedade. Ao encarar a diferença por essa perspectiva, a modernidade europeia instituiu diversos mecanismos para a produção de categorias de inferioridade e administração das

¹⁰ Há uma revisão historiográfica sobre esses eventos e suas práticas nomeando-os de “zoológicos humanos” por enfatizar o referente ao mesmo tempo racista e de entretenimento que tinha para os homens e mulheres do período. Cf. Bancel; David; Thomas, 2014; Vieira, Marina Cavalcanti. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 317-357, jan./abr. 2019.

¹¹ Conforme Heloísa Barbuy (1996, p.211-212): “A partir de 1851, realizavam-se as primeiras exposições universais, que se constituíam na mais condensada representação material do projeto capitalista de mundo. Reuniam, num mesmo espaço, representações das regiões em expansão (países europeus e Estados Unidos emergentes), das regiões sob pleno regime colonial e das regiões distantes (do ponto de vista imperialista), promissoras fontes de matérias-primas, como a América Latina”, cujas exibições dos progressos da indústria eram dirigidas para a instrução das massas.

diferenças. Assim surgem os mouros, gentios, negros, negros da terra, índios etc¹²; categorias que expressam a colonialidade do poder como ordenadora da realidade, e a despeito da vontade e percepção de mundo dos indivíduos a quem eram atribuídas, tratavam de construir um vocabulário da diferença como sinônimo de inferioridade, ao qual eram associadas as mais diversas práticas de dominação, exploração e violência.

Os museus de História Natural¹³ dos séculos XVIII e XIX ocupam um importante papel como espaços desde onde a colonialidade atua na produção, domínio e controle de hierarquias, normas e parâmetros do que é conhecimento e das formas legítimas de conceber o pensamento e o mundo. A partir da abordagem iluminista do século XVIII, que inaugura uma nova concepção científica pautada na ideia de domesticação da natureza, são espaços privilegiados para a produção científica oitocentista, cujas ideias de Francis Bacon para observação com base na experiência e tendo como instrumento o raciocínio lógico influenciou sobremaneira o paradigma de racionalidade construído. A publicação de obras como *Systema Naturae* (1735) e *Histoire Naturelle* (1749), dos naturalistas Carl Linnaeus/Lineu (1707-1778) e conde de Buffon (1707-1788), respectivamente, promovem o ímpeto classificatório como forma de organização do conhecimento. Classificação e ordenação se tornam os meios para compreensão e ensino da organização da natureza, da sociedade e do mundo, “para ordená-lo e, em última instância, dominá-lo” (Barbuy, 2008, p.252).

Tornava-se imprescindível compreender e organizar cientificamente a humanidade, e parte dessa tarefa terá nos museus de História Natural um *lôcus* privilegiado de atuação. Nestes, a raça se torna o cerne das narrativas visuais e discursivas construídas pelas práticas científicas e museológicas que visam à classificação e ordenação do mundo. Os museus serão responsáveis por

¹² Há uma vasta produção historiográfica sobre os processos, consequências e contextos de elaboração dessas e outras categorias, da qual destacamos os seguintes trabalhos: Mattos, Hebe Maria de. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em Perspectiva Atlântica. In: Bicalho, M. F. & Fragoso, J. L.. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.141-162; Lara, Sílvia. Do Mouro Cativo ao Escravo Negro. Continuidade ou Ruptura? In: *Anais do Museu Paulista*, 1980, p. 375-398; Lara, Sílvia. *Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa*. Fundación Tavera, 2000; Monteiro, John. *Negros da Terra*. SP: Cia das Letras, 1990.

¹³ Segundo Martha Marandino (2001), no contexto internacional os museus de História Natural não são considerados museus de ciência, porém, essa distinção no Brasil é pouco considerada. Logo, nesta pesquisa trataremos os museus de história natural como parte da trajetória dos museus de ciência, seguindo a classificação de Cazelli et al. (1999).

transformar as “curiosidades” coletadas nos espaços coloniais e até então reunidas pelos gabinetes de curiosidades¹⁴ em objetos científicos, mais adequados às atividades de observação-comparação entre os seres e a prática científica pautada em catalogar, classificar, ordenar, sistematizar e exibir o mundo. Apropriadas pelo interesse científico, as coleções propunham-se à produção de conhecimento sistemático como parte de uma narrativa universal sobre a humanidade e o mundo natural.

Abandonado o paradigma do ouvir-ler predominante no medievo, o conhecimento moderno passou a ser alicerçado em torno do olhar-ver. Este tipo de conhecimento requereu a reserva de objetos operativos destinados a olhar-ver e a observar-experimentar-comparar, tornando os museus espaços essenciais para a prática de uma “cultura visual da ciência” (Segantini, 2015, p.18) que começa a ser estabelecida no período. Essa cultura se desencadeia como parte dos novos regimes de visualidade suscitados ao final do século XVIII com a afirmação do olhar e da visão como sentidos dominantes da prática científica e da modernidade. Os museus emergem como espaços de exibição que fizeram parte da construção de uma “linguagem da ciência” (Segantini, 2015, p.19) e onde são produzidos modos de exibir, ver e ensinar ciência.

O aspecto de visualidade na produção do conhecimento científico que privilegia o poder ver - presente também nos mapas, gráficos e projeções - é constitutivo da experiência de observação e descrição própria da História Natural. Assim, o museu de História Natural se constitui enquanto “lugar onde as coisas podem ser vistas e descritas”, vinculando ao mesmo tempo o olhar e o discurso ao reduzir a distância entre “as coisas que se olha e as palavras” (Segantini, 2015, p.20). As coleções são elementos visuais de um discurso universalizante que ordena o mundo e constrói modos de exibição da natureza no espaço museal, cuja aspiração ao universal é reflexo do paradigma que conforma a História Natural, definida naquele período como o estudo de todo o universo e natureza - “os astros,

¹⁴ Os Gabinetes de Curiosidades estão associados ao colecionismo, intensificado na Europa ocidental pelo movimento renascentista do século XIV. De caráter privado, esses gabinetes se multiplicam e obtêm um amplo alcance ao longo do século XVII na esteira da difusão do gosto pela curiosidade como fenômeno social. Podem ser entendidos como parte de um contexto de transformações em solo europeu provocadas pelo contato colonial, como expressões do cultivo da curiosidade europeia sobre os mundos não-europeus compreendidos enquanto espaços do exótico, do raro, do distante. Ainda que de forma menos sistemática e enciclopédica que os museus de História Natural, os gabinetes refletiam o crescente desejo de ordenação e classificação que orientava o nascente período moderno. Cf. Barbuy, 2008; Segantini, 2015.

o ar, os animais, vegetais e minerais do globo terrestre, em sua superfície e profundidade” (Leite, 1995, p.7)¹⁵.

Entre os animais estavam incluídos os seres humanos, com destaque para o estudo das línguas e comportamento dos povos. Cabe ressaltar que somente em fins do século XIX serão incorporadas aos museus noções de separação entre coleções de exposição, coleções de estudo e reserva técnica (Lopes, 1997, p.54). O acervo, mesmo volumoso, ficava todo exposto, corroborando a proposta de exibição do mundo. No anseio da História Natural de abranger todo o universo, o museu se formava como espaço do “desejo de ver mais”, de ver além dos limites da “vista ordinária” e das fronteiras geográficas (Segantini, 2015, p.29). E este desejo se torna possível pelo colonialismo.

As redes de circulação construídas pela ocupação colonial se tornam os meios para a formação de seus acervos e materiais de pesquisa, por meio das crescentes viagens realizadas pelos naturalistas viajantes¹⁶ aos espaços coloniais a fim de coletar itens que pudessem compor e ampliar os acervos dos museus metropolitanos. O museu se torna o espaço onde a diferença é organizada, domesticada e exibida como parte da narrativa europeia sobre o mundo. Desse modo, expressava o imaginário e o poder dos estados coloniais sobre seus domínios territoriais, a natureza dos povos dominados e a legitimidade de suas ações coloniais.

Em sua narrativa visual sobre o mundo, o museu estava imerso na criação do “outro” para a constituição de suas práticas. Objetos e artefatos de povos não-europeus e não-brancos materializam as fronteiras entre “europeus” e “não-europeus”, construindo ambos simultaneamente ao atribuir-lhes determinadas

¹⁵ No processo de construção da disciplina, a História Natural passou por redefinições e imprecisões de acordo com os autores da época. De modo geral, era entendida como uma ciência de múltiplas ramificações, concentrada na relação homem-natureza e em seus elementos humanos e não-humanos. Englobava o estudo de diversos temas que hoje se encontram em disciplinas autônomas como a botânica, zoologia, mineralogia, antropologia, etnografia, arqueologia e anatomia (Segantini, 2015, p. 30-32).

¹⁶ Nos séculos XVII e XVIII, surge a figura do naturalista viajante, homens dedicados aos estudos da História Natural por meio do trabalho de campo realizado em viagens de meses e até anos percorrendo regiões da América, África e Ásia em busca de coletar elementos que agregassem a produção de conhecimento do campo. O trabalho científico do naturalista viajante englobava observações astronômicas e geográficas sobre o território explorado, a coleta de espécimes animais, vegetais e minerais, e a produção de relatos sobre a “história, religião, costumes, artes, economia, comércio, alimentos, medicina, indumentária, habitações, armas, guerras, funerais” e outros aspectos diversos das populações nativas (Leite, 1995, p.8).

características, vocabulários e imagens na construção de uma história universal originadas da visão colonial europeia.

O processo de consolidação da ciência como único discurso legítimo sobre o mundo confere à ideia de raça um novo elemento de legitimação enquanto categoria natural e a-histórica. Se até a segunda metade do século XVIII “as doutrinas racistas não passavam de aglomerados de preconceitos baseados em aparências, impressões mal fundamentadas, interesses mal disfarçados, na extensão abusiva de imagens familiares e em padrões inspirados pela estética do classicismo” (Silveira, 1999, p.98), agora “raça” se torna um conceito científico, ou seja, produto de um esforço mental racionalista, consciente e refletido da realidade empírica, que pode ser medido, mensurado, quantificado e exibido. Assim, as relações humanas passam a ser reconhecidas e compreendidas “por uma ficção em termos biológicos” (Lugones, 2020, p.60).

A raça se torna uma categoria taxonômica para o estudo dos seres humanos, em um contexto no qual a biologia passa a fornecer a base lógica para a organização do mundo social. Uma “bio-lógica” (Oyěwùmí, 2021, p.20-21) marcadamente ocidental e centrada no corpo como o fundamento de papéis sociais, identidades e da diferença como hierarquia. As inovações tecnológicas da segunda metade do século XVIII permitiram a criação de técnicas e instrumentos de medição, quantificação e mensuração do corpo, que transformaram o estudo do corpo humano em uma “busca sistemática pelo registro das especificidades físicas como forma de melhor demarcar as fronteiras entre as raças” (Bancel; David; Thomas, 2014, p.2).

A ciência desse período expressa o que Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021) considera uma característica fundamental da cultura ocidental: a presença estruturante de uma fisicalidade ligada tanto ao corpo físico quanto às metáforas do corpo, a qual irá constituir uma sociedade formada “por corpos e como corpos - corpos masculinos, corpos femininos, corpos judaicos, corpos arianos, corpos negros, corpos brancos, corpos ricos, corpos pobres” (p.40) - e cujas fronteiras são determinadas pela biologia enquanto mecanismo de compreensão social. Museu e ciência, ambos encontravam-se mergulhados no corpo do “outro”, e é *sobre* determinados corpos e *como* determinados corpos que a colonialidade irá constituir-se nas práticas e narrativas museológicas.

Desse modo, os museus de História Natural são elementos centrais na consolidação de uma visão racializada do mundo, apresentando a raça como uma realidade biológica e evolutiva, responsável pela “epidermização” da inferioridade (Fanon, 2008, p.28), e que somente através de uma ciência rigorosa poderia ser elucidada. Essa concepção estrutura a formação de epistemologias visuais que formam e são formadas no espaço museal, envolvendo um conjunto de práticas que vão além do ato físico de observar as coisas, incluindo também atos de interpretação e representação (Sera-Shriar, 2023, p.313).

Na atribuição do museu como produtor de narrativas universais e científicas, as práticas museológicas são compreendidas como neutras e isentas de intenções e discursos ideológicos e políticos. Esse ideal de museu universal refletia a construção do que Michel-Rolph Trouillot (2002) denominou de “Universais do Norte Atlântico”¹⁷:

Por universais do Atlântico Norte, quero dizer palavras que projetam a experiência do Atlântico Norte em uma escala universal que elas mesmas ajudaram a criar. Os universais do Atlântico Norte são particulares que ganharam um grau de universalidade, fragmentos da história humana que se tornaram padrões históricos. Eles não descrevem o mundo; oferecem visões do mundo. Eles parecem se referir a coisas como elas existem, mas, porque estão enraizados em uma história particular, evocam múltiplas camadas de sensibilidades, persuasões, suposições culturais e escolhas ideológicas ligadas a essa história localizada (Trouillot, 2002, p.847. Tradução nossa).

Desse modo, o ideal de racionalidade e universalidade totalizante e classificatória particulares a modernidade europeia encontrava no museu de História Natural um meio de projetar-se como universal. Como uma tecnologia da administração colonial - pela elaboração de mapas, censos, estatísticas - e como ideologia de progresso e melhoria, a ciência moderna que lhe constitui será encarregada da missão de “desencantar o mundo” dos espaços coloniais, tornando-se símbolo do triunfo da razão sobre as visões “míticas” do mundo, símbolo do progresso, da liberdade e da “maioridade” kantiana do pensamento (Praças, 1999). A ideia de “iluminar” os nativos com o poder da razão serviu como ferramenta para estabelecer o domínio e apropriação sobre a natureza, as populações nativas e as formas locais de conhecimento e relação com a natureza, bem como sobre as formas de representação dessas populações e territórios no espaço museal.

¹⁷ Por “Norte Atlântico” o autor se refere a Europa e América do Norte, com ênfase nos Estados Unidos.

1.3 Raça, ciência, nação e trabalho nos museus de História Natural no Brasil oitocentista

No processo de mundialização das ciências ocorrido ao longo do século XIX, os museus de História Natural se tornam instituições de suma importância para a construção da prática científica para além da Europa, alcançando também os países recém-independentes da América. Os estudos sobre os processos de mundialização da ciência salientam como a ideia de difusão da ciência moderna para espaços não-europeus, que ao passar do “centro” para a “periferia” o faria em um vazio cultural e sem a participação ativa dos sujeitos locais, não se sustenta. Desde essa perspectiva, a ciência deixa de ser percebida como uma instituição “unitária, autônoma e unívoca” para uma perspectiva “multiforme e culturalmente derivada” (Lafuente; Ortega, p.98), que passa por processos de reconstrução e transformação contínua ao deslocar-se sob a influência de parâmetros sociais e culturais diversos. E que “a recepção de ideias não é passiva, mas sim um processo interativo de interpretação e seleção das ideias estrangeiras” (Lafuente; Ortega, p.98).

Assim, busca-se abandonar qualquer concepção evolutiva e unilateral que evoque a necessidade de negação do “tradicional” para poder receber o “moderno”, evidenciando a coexistência da ciência com saberes locais e suas negociações e transformações mútuas. A suposta universalidade da ciência é geolocalizada, e a mundialização da ciência é entendida a partir de processos de circulação de valores e formas de organização da prática científica que, ao deslocar-se, são transformados pelos grupos locais e sua “capacidade de se reproduzir e se tornar um centro de atividade científica autônomo” (Lafuente; Ortega, p.110).

Silvia Figueirôa (1998, p.111) aponta para a renovação teórico-metodológica experimentada a partir dos anos 1980 pela História da Ciência na América Latina que permite enxergar a existência de “práticas científicas concretas que, nas instituições científicas locais, encontraram abrigo, foram por elas produzidas e, nessa dinâmica, ajudaram a produzir as próprias instituições”. Abandonada a ideia de uma grande ciência universal para a qual se deveria contribuir nacionalmente, buscou-se fazer uma história das práticas locais que considerasse “seus avanços, suas contradições, suas continuidades, rupturas e limites históricos” (Figueirôa, 1998, p.111) diante dos processos de apropriação, interpretação e transformação

das concepções científicas vigentes no cenário internacional. Com essa perspectiva teórica e evidências de pesquisa empírica, o cenário antes colocado de uma América Latina carente de atividades científicas até o fim do século XIX foi paulatinamente revisto, evidenciando uma expressiva prática científica desde o final do período colonial.

Nesse cenário, os museus de História Natural ganharam destaque pelo importante papel que desempenharam nos processos de institucionalização da ciência na região, na formação de uma comunidade científica e dos anseios de modernização, progresso e civilização que permeiam os debates intelectuais oitocentistas. A propagação dos museus europeus para os espaços coloniais na América se deu no bojo das políticas ilustradas de Portugal e Espanha a partir de fins do século XVIII. A instalação de museus nesses espaços pode ser vista como reflexo “de tomadas de consciência dos valores da razão, da civilização, bem como do novo espírito científico implantado desde os projetos ilustrado hispano-americano e luso-americano” (Lopes, 1998, p. 142) que visavam a modernização de sua política e administração. Buscando aproximar-se do funcionamento dos sistemas coloniais britânicos e franceses, foram elaboradas novas estratégias de organização “segundo uma lógica de redes tecidas em torno de centros de produção de saber e de elaboração e redistribuição de produtos científicos” (Kury, 2004, p.111).

A construção ainda no século XVIII de espaços responsáveis pela coleta e envio de espécimes e produtos naturais para os museus da metrópole, como a Casa Botânica¹⁸, em Bogotá, e a Casa dos Pássaros¹⁹, no Rio de Janeiro, apontavam para a inserção dos territórios coloniais na cadeia de produção de conhecimento científico metropolitana, servindo principalmente como espaços de coleta de material empírico para os ilustrados europeus. No Brasil, a coleta como função primária não significava a ausência de produção científica na colônia, pois demandava a criação de condições de infraestrutura básica para a instrução de

¹⁸ Criada e dirigida por José Celestino Mutis, a Casa Botânica funcionou em Bogotá no contexto dos trabalhos por ele coordenados para a Real Expedição Botânica ao Novo Reino de Granada entre 1783 e 1816. A Casa funcionava como entreposto para o envio de coleções com espécimes das colônias para o Real Jardim Botânico e para o Museu de Madri (Lopes, 1998, p.124).

¹⁹ Em 1784 é criada no Rio de Janeiro a Casa de História Natural, também conhecida como “Casa dos Pássaros”, integrando a colônia ao conjunto dos museus e espaços de ciência metropolitanos como local de coleta no contexto mais amplo dos projetos de desenvolvimento científico português. Por mais de vinte anos foi um entreposto colonial responsável por colecionar, armazenar e preparar produtos naturais e adornos indígenas de toda a colônia para compor os espaços de ciência portugueses, sobretudo os museus. (Lopes, 1997).

peessoas da colônia que “se tornassem aptas a empalhar animais, herborizar plantas, alfinetar borboletas, etiquetar espécimes e identificá-los, assim como retratar os animais e plantas” (Vergara, 2020, p.37). Para isso, foi necessário a promoção de uma maior circulação de conhecimentos da História Natural, com a “tradução de importantes obras sobre tais assuntos para o público português e brasileiro” (Vergara, 2020, p.37)²⁰.

Embora baseados nos modelos europeus, os museus de História Natural integraram projetos formadores de nacionalidades no período de constituição de algumas nações latino-americanas, em sua maioria associados aos processos de independência de cada país, como é o caso do Museu de História Natural da Argentina (1812), o Museu Nacional do Rio de Janeiro (1818), o Museu de História Natural de Bogotá (1823), o Museu Nacional do México (1825) e outros (Lopes, 1998). A realização de expedições científicas para composição dos acervos, classificação de coleções, publicação de catálogos e periódicos e elaboração de pesquisas botânicas, mineralógicas, zoológicas, arqueológicas, paleontológicas e antropológicas, constituíram a matriz da prática científica e da História Natural nesses espaços.

No século XIX, a condição nacional e a soberania da nação eram o valor de maior legitimidade na política da época. Logo, os museus integram de forma significativa as iniciativas de construção do Estado-nação pós-independência como ferramentas capazes de afirmar nacionalidades e garantir sua inserção no cenário político mundial. Junto aos censos e mapas, “os museus constituíram ao longo do século XIX os lugares privilegiados onde as nações em formação se tornavam materialmente acessíveis” (Oliveira; Santos, 2019, p.7), auxiliando na elaboração e difusão da identidade nacional necessária para a integração da população em torno do ideal nacional.

Enquanto instituições científicas, os museus de História Natural buscavam por meio da ciência demarcar as raízes e singularidades nacionais e promover o desenvolvimento da nação, de forma a compor o imaginário nacional e inseri-la no panorama das ciências a nível global. Sua missão era demonstrar as

²⁰ Diversos são os estudos que apontam para a produção científica ocorrida no Brasil durante o período colonial, opondo-se a ideia da colônia como um depósito natural de objetos de estudos visitado eventualmente pelos cientistas europeus. Cf. Vergara, 2020; Camenietzki, Carlos Ziller. *Problemas de história da ciência na época colonial: a colônia segundo Caio Prado Jr.* Rio de Janeiro:Mimeo, 2002.

particularidades dos territórios, povos, riquezas naturais e paisagens das novas nações, bem como a sua capacidade científica para ordená-las, classificá-las e analisá-las dentro de suas próprias fronteiras. Na interação dos museus e das ciências que neles cresceram e se especializaram, fazendo-os crescer e se especializar, foi aberto um espaço desde onde a nação poderia afirmar-se como projeto político. Um projeto orientado pelas elites locais, “que importaram modelos do exterior ao mesmo tempo em que procuraram adaptá-los e desenvolvê-los em consonância com a realidade nacional - existente ou que se almejava construir” (Figueirôa, 1998, p.120).

É um tanto paradoxal que para afirmar sua autonomia política os países recém-independentes devessem adotar o projeto de museu moderno ocidental metropolitano, cuja origem está atravessada pela própria dominação colonial a qual foram submetidos. Isto por si só reflete a colonialidade do poder que identifica nas sociedades europeias as instituições consideradas relevantes e legítimas. Com efeito, a adesão ao ideal de museu não pode ser desvinculada da sua conexão intrínseca com o surgimento do Estado-nação enquanto forma de organização política e seus mecanismos de legitimação. A adoção de modelos institucionais gestados sobretudo na realidade europeia não significava naquele contexto expressão de inferioridade ou “tendências imitativas locais, mas uma intenção educativa, prospectiva” (Figueirôa, 1998, p.118), uma projeção para a realidade nacional que se buscava construir e modificar.

No Brasil, são frutos desse processo o Museu Nacional (1818), no Rio de Janeiro, o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), no Pará, e o Museu Paulista (1895), em São Paulo, entre outras instituições construídas ao longo do século XIX por todo o território brasileiro²¹. Em que pesem as distintas trajetórias e abordagens científicas e museológicas em cada instituição, observamos a persistência da matriz colonial nas narrativas, práticas de formação de acervos e exibição do “outro” como objeto da pesquisa científica. Nesse cenário, pensar a nação estava intimamente ligado à preocupação com o caráter racial da população.

²¹ Lopes (2023) destaca ainda outras diversas iniciativas e propostas de museus surgidas no período, como o Museu Rocha ou Gabinete de História Natural e Arqueologia (1877-1959), no Ceará, o Museu Amazonense (1896-1898), em Manaus, e os museus dos institutos históricos e geográficos de Salvador, Natal, Pernambuco e João Pessoa. Embora a maioria dessas instituições tenham tido um curto período de existência, refletem o estatuto possuído pelos museus como locus da produção científica e elemento de modernização e inserção regional nas dinâmicas políticas, econômicas e culturais da nação.

No contexto brasileiro, os debates raciais tiveram desdobramentos particulares diante da conjuntura da escravidão e da miscigenação que compunham o cenário nacional. Aos olhos externos, “o Brasil há muito tempo era visto como uma espécie de laboratório racial” (Schwarcz, 1996, p.88), onde a mistura das raças era um elemento incontornável para qualquer observador. Diante do contexto científico internacional, no qual a mistura entre as raças era sinônimo de degeneração, fracasso e atraso, a questão que se colocava para as elites intelectuais brasileiras era: qual seria o futuro de um país evidentemente mestiço?

A saída foi selecionar e digerir certas partes da teoria, excluindo aquelas que não se ajustavam à complexa realidade racial brasileira. Foi necessário elaborar “um modelo racial particular” (Schwarcz, 1996, p.89), onde as contradições típicas de um país onde liberalismo e escravidão conviviam lado a lado pudesse se encaixar. O cenário era de adaptação e contextualização, não a mera cópia, no qual “a raça aparece como um conceito, ao mesmo tempo que negociado, em contínua construção” (Schwarcz, 1996, p.89). Sob diferentes ângulos e interesses, a questão racial esteve presente como tema de análise e objeto de preocupação em todas as instituições científicas do período, unidas pela certeza de que “os destinos da nação passavam por suas mãos e a confiança de que era necessário transformar seus conceitos em instrumentos de ação e de modificação da própria realidade” (Schwarcz, 1996, p.90).

Desse modo, a mestiçagem foi afirmada para ser combatida. Para muitos cientistas da época, como Nina Rodrigues (1862-1906) e Silvio Romero (1851-1914), a mestiçagem era a origem do enfraquecimento da raça e o diagnóstico da falência nacional. Embora o debate não tenha sido unívoco, foi construído um consenso sobre a inferioridade racial de determinados grupos e a necessidade de sua contenção para o progresso nacional. O mito das três raças, já então parte do imaginário das origens da nação, servia para a eleição do branco português como a raça mais forte, biologicamente e culturalmente dominante sobre a indígena e africana²².

²² No ano de 1840, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou uma premiação para escolher a tese que apresentasse a melhor forma de escrever a história da nação. A tese vencedora, em 1847, fora a apresentada por Carl von Martius. O projeto evidenciava uma interpretação do Brasil como um país singular dentro do conjunto das nações, ao qual atribuía-se a união das três raças - indígena, europeia e africana - na formação do país como sua especificidade nacional, lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial. A superioridade genética e cultural do português, segundo von Martius, trataria de absorver as outras raças e impor-se como elemento civilizador da nação (Souza, 2021, 92).

A afirmação da mestiçagem levava ao seu combate por meio da própria mistura racial: diante da superioridade biológica da população branca, as demais raças desapareceriam. O embranquecimento tornou-se pauta de significativa parte das elites intelectuais e políticas a partir da segunda metade do século XIX, defendendo o paulatino e inevitável desaparecimento das “raças inferiores” diante do processo de mistura racial. Lilia Schwarcz (1996, p.92) aponta como essa “sinistra originalidade” encontrada pelos cientistas brasileiros permitia a exaltação de uma especificidade da pesquisa nacional e de como se lidava com as teorias europeias, “assimilando-as quando possível, obliterando-as quando necessário”.

Nos museus de História Natural, ciência, raça e nação se tornaram parte de uma complexa equação que envolvia refletir sobre o presente, o passado e o futuro do país. As teorias raciais, “o branqueamento da população e a aculturação foram aspectos que orientaram tanto as práticas do Estado quanto as políticas de representação empreendidas pelos museus” (Oliveira; Santos, 2019 p. 7). A hierarquização racial, assumida como fato biológico e da natureza, é construída e reificada nessas instituições pela produção de coleções e estudos sobre as origens da “raça” brasileira a partir da antropologia física, da etnologia, da etnografia e da arqueologia, cujo objeto de estudo elementar é o indígena. Utilizando de métodos como a craniometria e a antropometria, crânios, ossaturas e objetos de povos indígenas extintos e contemporâneos são coletados por todo o território nacional, analisados e tipificados de acordo com a doutrina racialista da época.

No diálogo em maior ou menor medida com teorias como o difusionismo²³ e o evolucionismo social, os pesquisadores e suas investigações auxiliaram na formação de um imaginário sobre o indígena, que embora o destacasse como elemento da identidade nacional, o fazia a partir de um lugar de atraso e barbárie a ser superado. Os museus forneceram o lastro científico para compor o quadro de busca pela definição da nacionalidade que tinha no elemento indígena sua centralidade, em sintonia com a construção das bases historiográficas brasileiras feita pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no mesmo período.

²³ Segundo Luis Álvarez Munárriz (2018, p.141), o difusionismo é “uma corrente de pensamento na Antropologia que pretende compreender a natureza e a origem da cultura através da propagação de traços culturais de uma sociedade para outra. É concebido como um processo em que os traços de cultura de uma sociedade são transmitidos a outras por meio de múltiplos contatos”. Cf. Munárriz, Luis Álvarez. Difusionismo. In: Baztán, Ángel Aguirre (org.). *Diccionario Temático de Antropología Cultural*. Madrid: Delta Publicaciones, 2018, p.141-146.

A etnografia tornara-se sinônimo de etnografia indígena, estabelecendo com a história vínculos de formação mútua, de forma a compor “um projeto de Estado-nação e um projeto historiográfico que afastava o escravo e o povo de suas definições” (Souza, 2021, p.81). O que se apresentava nos acervos eram indígenas desprovidos de historicidade, autonomia ou de complexidade e resistência, indivíduos estáticos e elaborados por “ficções construídas fora de seu contexto social e de seu tempo histórico” (Oliveira; Santos, 2019, p.10). As instituições “nativas” apresentadas correspondiam a valores, crenças e modos de vida que estavam sendo “intencionalmente destruídos ou domesticados pelo Estado” (Oliveira; Santos, 2019, p.10) enquanto se apregoava um discurso salvacionista.

Assim, o museu cumpria um papel fundamental como local de salvaguarda das mais diversas formas da atividade humana, nos quais conservava-se o “registro palpável da diferença e, antes que essa desaparecesse, era fundamental aprisioná-la, para que ela fosse preservada, estudada e exibida” (Grupioni, 2008, p.22-23). A centralidade dos estudos raciais em torno das populações indígenas no decorrer do século XIX traduziu-se, a partir das últimas décadas, no desenvolvimento de metodologias, ferramentas, publicações e eventos dedicados ao tema (Souza, 2021, p.82). Um marco desse momento foi a elaboração da Exposição Antropológica Brasileira, organizada por Ladislau Netto em 1882 no Museu Nacional, cuja principal atração foi a exibição de um grupo de indígenas botocudos e a construção de manequins de indígenas xerentes exibidos junto aos objetos do acervo da instituição, de forma a compor um cenário “etnográfico” para o público.²⁴

A violência física, psicológica e simbólica cometida por pesquisadores nacionais e estrangeiros nos contextos de coleta de material etnográfico e antropológico só é tornada visível décadas após os processos de musealização dos objetos - cuja transformação em “etnográficos” é uma violência por si só que não

²⁴ A Exposição Antropológica Brasileira foi anunciada oficialmente pelo Museu Nacional como evento científico e festejada pelos jornais como entretenimento, reunindo em sua inauguração em 29 de julho de 1882, além de um grande público, a presença do imperador D. Pedro II, a imperatriz Teresa Cristina, a princesa Isabel e figuras ilustres da sociedade carioca. Por meio da diversidade das populações indígenas, a exposição destacava as investigações da singularidade nacional e articulava o caráter universal do museu com as especificidades do país, possibilitando o reconhecimento internacional do Museu Nacional como instituição de antropologia e o aumento de suas coleções. Cf. Vieira, Marina Cavalcanti. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 317-357, jan./abr. 2019.

está presente nas narrativas expositivas em que são inseridos. As circunstâncias de coleta são apagadas em nome da “objetividade científica”, e a cada etapa necessária para a consolidação desses objetos como ciência, “apagavam-se as características de sua coleta e de sua biografia” (Souza, 2021, p.140), permitindo a atribuição de novos significados e funções nos museus em que eram depositados e exibidos.

Há de se considerar ainda que a inserção dos museus de ciência na colonialidade do poder não se restringe às suas funções científicas e museológicas propriamente ditas. Em suas práticas de trabalho, a colonialidade que lhe é constitutiva também opera. O museu não escapa às dinâmicas raciais e de gênero que organizam as formas de trabalho a nível global, reproduzindo-as em sua própria organização laboral. No século XIX, é possível observar nos museus de História Natural europeus a presença de diferentes formas de trabalho desenvolvidas no processo de institucionalização dos museus e da ciência, cuja organização reflete uma divisão do trabalho marcada pela colonialidade. A intersecção entre gênero e trabalho definiu as formas de organização institucional e quais lugares deveriam ser ocupados por homens e mulheres na instituição museal e na prática científica.

Kate Hill (2016) aponta para um quadro de trabalho com grande presença de mulheres a partir da segunda metade do século XIX, em uma variedade de funções em regimes de trabalho voluntário ou, mais dificilmente, remunerados. Em um contexto no qual o acesso ao ensino universitário e às instituições científicas era interdito às mulheres, eram consideradas pouco qualificadas para o trabalho científico, porém, mão-de-obra barata (ou simplesmente gratuita) para o exercício de funções “consideradas entediadas e mundanas, em trabalhos finos com as mãos, e em tarefas tradicionalmente femininas envolvendo limpeza, cuidados com crianças e comunicação, especialmente com outras mulheres ou com as classes trabalhadoras” (Hill, 2016, p.17).

Essas mulheres pertenciam sobretudo às classes médias europeias, cujo interesse pela História Natural era encorajado (Hill, 2012), e a percepção sobre elas como pertencentes ao espaço doméstico associava seu trabalho principalmente às tarefas de cuidado do espaço museal, frequentemente não remuneradas. Na figura de assistentes, poderiam receber algum tipo de remuneração, largamente inferior ao salário recebido pelos homens da instituição. Mesmo lidando com a preparação de espécimes, trabalho essencial para a realização das pesquisas científicas, a

fragilidade do vínculo empregatício - frequentemente caracterizado como temporário - não proporcionava grandes possibilidades de construção de uma carreira científica dentro da instituição (Hill, 2016, p.29)²⁵.

Para os cargos considerados mais qualificados, com remuneração e reconhecimento como um trabalhador da ciência e produtor de conhecimento, como curadoria e direção, eram vistas como inapropriadas. Embora possamos encontrar alguns casos em que mulheres exerceram a posição de curadoras em pequenos museus nesse período, sua remuneração era significativamente menor que a recebida pelos homens na mesma função.²⁶ As mulheres já compunham parte significativa dos públicos dos museus nesse período, mas seu acesso às funções diretamente envolvidas na produção científica da instituição era fortemente dificultado. A divisão sexual do trabalho estendia-se também para a produção de conhecimento, habilitando somente aos homens o lugar de “cientista”, de forma que a contribuição das mulheres “fosse vista como a de assistentes silenciosas dos curadores masculinos” ou “concentradas nos empregos menos desejáveis” (Hill, 2016, p.29).

Segundo Hill (2016), tal cenário era reflexo do processo de profissionalização das ciências e da carreira científica, no qual a tentativa de expulsão das mulheres do campo se tornava parte, pois o feminino era associado ao amadorismo, à frivolidade e à incapacidade de criação inventiva. Logo, “a profissionalização, em outras palavras, exigia a exclusão explícita daqueles que poderiam prejudicar a autoridade, bem como o poder de ganho, do grupo profissional emergente” (Hill, 2016, p. 18). Quanto mais para dentro das instituições a ciência se encaminhava, maior a dificuldade de participação feminina. Isso significava a ocupação de espaços não institucionais como possibilidade de construção de carreiras científicas, como pesquisadoras de campo, ilustradoras de espécimes e autoras de livros de História Natural para divulgação (Hill, 2012)²⁷.

²⁵ Um caso ilustrativo é o de Dorothea Bate, que trabalhou na preparação de espécimes de animais no Museu Britânico na década de 1890. Mesmo com publicações nas áreas de paleontologia e arqueozoologia, permaneceu por décadas sob contrato temporário e remunerada apenas por peça produzida, sem nunca estabelecer um vínculo empregatício formal ou um salário mensal como o de homens que ocupavam a mesma função. Cf. Hill, 2016.

²⁶ É o caso de Kathleen Dearden, que ocupou temporariamente o cargo de curadora no *Sheffield Museum*, na Inglaterra. Cf. Hill, 2016.

²⁷ O trabalho de campo era especialmente mais permissivo à inserção feminina, pois devido à própria fluidez característica do campo, as “convenções de trabalho [eram] muito mais flexíveis do que dentro de um laboratório, por exemplo [...] as regras de gênero poderiam ser mais maleáveis e por séculos as mulheres viajaram para lugares distantes registrando suas observações em cartas, diários

Nesse sentido, embora o interesse pela História Natural fosse encorajado a essas mulheres, o papel que poderiam tomar na produção científica era o de auxiliar. Um lugar demarcado por relações de trabalho precarizado em termos de salários, reconhecimento e possibilidades de ascensão profissional ocupadas na instituição museal, que ao mesmo tempo, buscava excluí-las da prática científica enquanto permitia uma inserção limitada como trabalhadoras em atividades não-científicas que reforçam hierarquias de gênero baseadas em “percepções das mulheres, por um lado, como amadoras superficiais, e, por outro, como seres domésticos naturalmente aptos a comunicar-se com crianças e os pobres, e a ajudar os homens” (Hill, 2016, p.39).

Em um cenário no qual os museus eram instituições mais possíveis à presença feminina diante de outras organizações científicas ainda mais restritivas, a realização de serviços nem sempre diretamente envolvidos com a produção científica foi a oportunidade encontrada por diversas mulheres para inserir-se no meio científico, ainda que de forma limitada. Vale ressaltar que o exercício de atividades não-científicas não implica na desconsideração do valor de seu trabalho para a realização das atividades propriamente científicas. Afinal, o museu não poderia funcionar sem as atividades de “cuidado” exercidas por essas mulheres. Mesmo consideradas de menor importância nas hierarquias de trabalho e gênero que permeiam a instituição museal, o impacto de seu trabalho não pode ser negado.

No caso brasileiro, embora não possamos identificar se havia condições semelhantes para as mulheres, não podemos desconsiderar que o surgimento de parte considerável das primeiras instituições museológicas ocorreu em meio à escravidão. O Museu Nacional viveu boa parte de sua história no século XIX entrelaçado à escravidão, e havia ali trabalhadores escravizados: Michele de Barcelos Agostinho (2022, p.3) relata que, em 1881, Ladislau Netto, diretor do museu à época, após aderir à causa abolicionista, alforriou os dois últimos cativos que possuía e mantinha nas dependências do museu, onde também morava.

Pouco se sabe sobre as tarefas realizadas por esses sujeitos, cuja posse pelo diretor permite imaginar que as tarefas domésticas a eles atribuídas pudessem se confundir com as tarefas de manutenção da instituição. Há que se considerar a

e pinturas” (Sombrio, 2016, p.6). Por sua vez, também era considerado por parte da comunidade científica da época como tarefa inferior ao trabalho realizado no interior das instituições (Antunes, 2025).

importância científica e política do Museu Nacional à época e sua localização no Rio de Janeiro, capital do império brasileiro e uma das cidades com maior presença de escravizados no país, aspectos que nos permitem supor que a utilização de trabalhadores escravizados em atividades não-científicas pudesse ser prática comum, principalmente em comparação com instituições menores e fora do centro político-econômico do império.

Ainda que a escravidão seja um tema amplamente pesquisado na historiografia brasileira, não encontramos mais informações sobre a relação entre trabalho escravizado e museus. O que podemos fazer é somente conjecturar: se nos museus europeus as tarefas não-científicas e consideradas inferiores - como abrir o museu, limpar, acender luzes - eram destinadas às mulheres, em uma sociedade escravista como a brasileira do século XIX poderiam ser os escravizados a ocupar esses lugares. Como citado anteriormente, já foram localizados escravizados nas dependências do Museu Nacional, e muito provavelmente suas atividades não estavam relacionadas à produção de pesquisas ou ao trato museológico.

Devemos considerar ainda que a presença de escravizados em instituições públicas não era incomum. Estes eram os chamados “escravos nacionais” ou “escravos da nação” (Rocha, 2012, p.12), trabalhadores que pertenciam ao Estado imperial e que trabalhavam em diversos estabelecimentos públicos, como fábricas, fazendas e obras públicas, além do Arsenal da Marinha, colônias militares em regiões de fronteira, na Casa de Correção, nos telégrafos e na Santa Casa de Misericórdia (Rocha, 2012). Vale ressaltar que em outro espaço de ciência da época, o Jardim Botânico, há registros da presença desses escravizados (Rocha, 2012, p.45), o que nos permite considerar que parte da mão-de-obra empregada nas tarefas de manutenção do museu - mais próximas de atividades consideradas do âmbito doméstico, no qual os escravizados eram amplamente empregados - pudesse ser realizada por esses trabalhadores.

Ao lado dos escravizados da nação estavam frequentemente os africanos livres, indivíduos emancipados ao serem resgatados do tráfico ilegal de escravizados a partir da lei de 1830 que proibia a entrada de africanos escravizados no Brasil. Embora a lei estabelecesse sua liberdade imediata, eram mantidos sob a tutela do Estado Imperial para cumprir 14 anos de trabalho compulsório para alcançar a liberdade de fato, habitando uma zona cinzenta entre a escravidão e a

liberdade marcada pela precarização de suas condições de vida e trabalho (Mamigonian, 2017, p.14). Além do emprego por particulares, foram utilizados pelo governo imperial em instituições públicas como a Casa de Correção, o Arsenal de Guerra, o Arsenal da Marinha, a Fábrica de Ferro de Ipanema, em São Paulo, e a Biblioteca Nacional, além de obras públicas (Mamigonian, 2017, p.118).

Entre 1848 e 1853, Beatriz G. Mamigonian (2017, p.240) localizou dois africanos livres que foram encaminhados para trabalhar no Museu Nacional. Novamente, não há informações sobre que tipo de funções foram designadas para esses africanos, por quanto tempo permaneceram na instituição, se eram os primeiros a chegar ali ou mesmo se a sua presença foi requerida pelo museu ou apenas uma decisão do governo imperial. Por serem recorrentemente empregados em funções semelhantes à dos escravizados da nação, pois na prática eram tratados como escravizados, podemos imaginar que suas atividades no museu também não estivessem diretamente envolvidas com a produção científica e mais próximas dos serviços de manutenção da instituição.

O contexto escravocrata não é um mero detalhe na trajetória dos museus de ciência brasileiros, e a existência de indícios da presença de indivíduos escravizados e forçados ao trabalho compulsório nessas instituições abre margem para inúmeras questões que merecem um esforço dos historiadores e historiadoras do trabalho, da escravidão e da história da ciência. Porém, os poucos indícios até então registrados nos permitem entrever no museu vestígios de relações de trabalho também marcadas pela colonialidade que estrutura a própria sociedade brasileira da época, na qual a ausência do estatuto jurídico de escravizado não significava necessariamente a liberdade, e os vínculos existentes entre a produção da ciência e as diferentes formas de organização do trabalho.

Em suma, da formação dos acervos às práticas de representação e trabalho, a matriz colonial dos modelos europeus de museus de ciência sofreu poucas alterações nos processos de apropriação e interpretação realizados no Brasil - mais de forma do que de conteúdo, poderíamos dizer. Na busca da afirmação da autonomia política nacional e da “tropicalização” (Prakash, 1999) dos modelos científicos e museais europeus, os museus brasileiros se tornam espaços marcados por uma aparente ambiguidade de ser ao mesmo tempo nacional e colonial.

São instituições essenciais para a construção de práticas e comunidades científicas locais, elaborando novas perspectivas e concepções sobre o território e

posicionando o Brasil no debate científico internacional como sujeito da atividade científica. Devemos insistir na reinvenção e reelaboração de conhecimentos, ideias e espaços ao observarmos os processos de mundialização da ciência em um contexto como o nosso, no qual mesmo diante de um cenário marcado pela desigualdade social, escassez de recursos humanos e financeiros, e da desfavorável divisão internacional da produção de conhecimento, foi possível produzir e consolidar instituições tão caras a nossa produção científica como os museus de História Natural.

Contudo, funcionaram também como locais de difusão e manutenção da colonialidade que estrutura a ciência moderna e o nascimento dos museus de História Natural europeus. Não podemos desconsiderar o peso do passado colonial nesse processo; de fato, quando o Museu Nacional foi construído o país sequer era independente. A colonialidade que estrutura a formação da sociedade brasileira e dos projetos nacionalistas das elites políticas e intelectuais do século XIX se reflete na apropriação feita dos museus e da ciência moderna, e não é questionada nesse movimento.

O historiador Dipesh Chakrabarty (2020, p.124) afirma como os nacionalismos nascidos nas antigas colônias são “ideologias modernizadoras por excelência”, ou seja, são consequência e reforço dos processos de constituição da colonialidade que constroem o modelo de Estado-nação como única forma legítima de organização política. O Estado-nação é por si só a marca mais evidente da colonialidade do poder que permeia a construção dos distintos contextos pós-independência. Com efeito, o ideal de nação moderna e civilizada é não somente parte dessa colonialidade herdada da colonização, como pode ser alcançado apenas por meio dela. A busca por enquadrar-se no cânone da modernidade europeia implica também em assumir a sua contraparte, a colonialidade, pois ser moderno é ser colonial.

Assim, a ambiguidade de ser um museu nacional e colonial é apenas aparente. A construção de práticas científicas e museológicas nacionais e a afirmação da originalidade nacional não excluem a permanência da colonialidade como base de produção de conhecimento e a reafirmação da universalidade europeia como local do moderno e do científico nesse processo, ainda que como um resultado tangente. Em que pesem as diferenças e disputas entre as instituições

e seus diretores e pesquisadores, esse é um processo aglutinador da construção de experiências e práticas museológicas brasileiras no século XIX.

É nesse cenário que compreendemos a atuação dos museus de ciência como importante meio de produção e difusão da colonialidade do poder. A colonialidade encontra no museu um espaço onde as hierarquias raciais, de gênero, epistêmicas e de trabalho que produz são tornadas legítimas, racionais e universais, impondo novas formas de ver e viver o mundo e os sujeitos, como espaços de produção de interpretações, imaginários, hábitos e comportamentos sobre o mundo.

Contudo, são também espaços de trabalho para centenas de pessoas que vivenciam a experiência da imersão museal por outras vias e sentidos. Do museólogo ao vigilante, a preservação desses espaços é feita por inúmeros sujeitos que desaparecem em meio aos objetos e exposições. Admitir essa presença implica a percepção dos museus como campo de batalha e arena política, espaço de conflitos e contradições. Assim, enxergar os museus em sua dimensão de local de trabalho torna-se fundamental para compreender as formas e dinâmicas de produção e reprodução da colonialidade que atua nesses espaços também por meio de suas práticas trabalhistas. É o que buscamos analisar a partir da presença do trabalho terceirizado nos museus de ciência do século XXI.

CAPÍTULO 2

Entre limites e contradições: a terceirização nos museus de ciência

Memórias, patrimônios e museus são bons para pensar, sentir e agir [...] Museus, memórias e patrimônios são territórios inseguros, não são propícios para quem tem medo de se afogar ou despençar no abismo. (Chagas; Primo; Assunção; Storino, 2016, p.84)

2.1 De templo das musas a fórum de ideias²⁸: a democratização do museu de ciência brasileiro

No decorrer do século XIX, a função educativa dos museus se consolidou como uma de suas principais atribuições. As coleções deixaram de ser encaradas como propriedades exclusivas de príncipes e eruditos, consolidando o modelo do museu a serviço da instrução pública a partir da concepção de que “a observação direta é a única fonte de organização de conhecimento e meio de incorporação das massas urbanas aos processos civilizadores” (Lopes; Murriello, 2005, p.24). Há um movimento de ampliação das exposições a um público cada vez maior, além de palestras e aulas públicas sobre assuntos variados, afirmando um papel educativo substancial ao permitirem “a confrontação direta do público com os objetos e a divulgação das descobertas da ciência” (Lopes; Murriello, 2005, p.24).

A maneira de expor passou pela separação entre o conteúdo das coleções científicas dos museus e sua apresentação pública, com a organização de exposições temáticas de caráter didático. Recomendava-se “não sobrecarregar as vitrines e selecionar cuidadosamente os objetos a serem expostos, rompendo com a prática de expor as coleções integralmente e de forma exaustiva” (Lopes; Murriello, 2005, p.25-26) Progressivamente, o interesse didático das exposições temáticas contribuiu para a dissociação atual entre as reservas técnicas dos museus e suas galerias de exposição, separando o material de pesquisa do cientista daquele destinado ao conhecimento do público (Valente, 2003).

Os museus de ciência chegam às primeiras décadas do século XX renovados por coleções e propostas mais adequadas ao público, ampliando o interesse por

²⁸ Subtítulo inspirado no texto de Duncan F. Cameron. *The Museum, a Temple or the Forum* (1971).

uma maior aproximação com o cidadão leigo. A História Natural vivia um período de dissociação entre as disciplinas que a formavam durante o século XIX, levando a transformações na organização dos museus e nas formas de disposição de suas coleções. A seleção de objetos para fins temáticos deu lugar a seleção de espécimes a serem reproduzidos artisticamente para a exposição didática nos dioramas, “priorizando não mais a observação do objeto em si nem a observação do potencial desenvolvido pelo pesquisador no processo científico, mas a apresentação atrativa das conclusões daqueles que concebiam a exposição” (Valente, 2003, p.39).

No Brasil, desde 1821, o Museu Nacional esteve aberto à visitação de um seletor público, pois como em outras repartições públicas da época, ali “não se podia entrar sem ser ‘de casaca’” (Lopes, 1997, p.55). Ao longo do oitocentos, serviu também como espaço de apoio às atividades de ensino formal da Escola de Medicina, da Academia Militar e do Colégio D. Pedro II, permitindo o uso de salas, objetos do acervo e seu laboratório químico para a demonstração prática de lições de química e física. Além disso, promovia cursos e conferências públicas ministrados pelos pesquisadores da instituição e convidados nacionais e estrangeiros sobre temas de ciência, que contavam com a participação do imperador D. Pedro II e das elites da corte, incluindo as mulheres (Lopes, 1997, p.146)²⁹.

A república brasileira advogou com ainda mais afinco os ideais de progresso e modernidade como justificativa para o papel social da ciência e a função de instrução da população por meio das instituições educacionais, nas quais o museu estava inserido. No regulamento de funcionamento do Museu Paraense de 1894, além da pesquisa, a missão do museu era definida pela “vulgarização da História Natural e Etnologia do Estado do Pará e da Amazônia em particular e do Brasil, da América do Sul e do continente americano em geral”, e as conferências públicas seriam “um dos melhores meios de pôr o Museu em contato com o público e patentear a sua vitalidade” (Regulamento do Museu Paraense, 1894, p. 25 apud

²⁹ Maria Margaret Lopes (1997, p.146) afirma que a presença de mulheres nesses espaços era parte da mentalidade cientificista que incentivava a participação feminina em reuniões científicas públicas, ainda que o ingresso em cursos regulares de ensino superior no país não lhes fosse permitido. Logo, é facultado às mulheres pertencentes às elites um lugar como “apreciadoras” de assuntos científicos, mas não como produtoras, privilégio que permanece restrito aos homens.

Sanjad, 2005, p. 389). Estas versavam sobre temas da Amazônia e atraíram um público significativo, contando ainda com a presença de governadores do estado.

Nesse período, os museus de ciência e técnica ganham força, no bojo dos desenvolvimentos tecnológicos e da expansão industrial capitalista. Desde o século XIX, a tecnologia ganhou espaço nas exposições museológicas associada ao desenvolvimento científico, sobretudo a partir da criação do Conservatório Nacional de Artes e Ofícios de Paris, em 1794. No início do século XX, o objetivo desses espaços era “promover a tecnologia utilizada no mundo contemporâneo e produzir recursos educativos com essa finalidade” (Duarte, 2007, p.129). Embora também sejam parte da tipologia “museu de ciência”, as concepções de ciência que expressavam e a forma pela qual o faziam diferem daquelas praticadas nos museus de História Natural.

Segundo Cazelli et al. (1999, p. 6), os museus de ciência podem ser caracterizados de acordo com as temáticas e concepções de ciência que os geraram no decorrer de suas transformações, classificando-os em História Natural (ou “clássicos”), ciência e indústria, fenômenos e conceitos científicos. Essa tipologia não é estanque, e a existência de um novo tipo de museu não implica na substituição dos outros modelos ou mesmo na impossibilidade de coexistência entre esses diferentes projetos institucionais no mesmo espaço. Há que se considerar ainda as transformações pelas quais os museus de História Natural e ciência e indústria, cuja ação estava inteiramente centrada nos objetos, sofrem a partir do destaque dado aos conceitos científicos nas décadas de 1960 e 1970, no intuito de se revitalizarem diante das novas demandas colocadas pela sociedade para a ciência.

Esse movimento pode ser visto nos espaços escolhidos para a realização desta pesquisa, o Museu de Ciências da Terra e a Casa da Ciência da UFRJ, ambas instituições públicas localizadas no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro. A escolha por instituições públicas se dá pelo reconhecimento de sua importância na missão de difusão do acesso ao conhecimento científico e o papel central ocupado pelo Estado e o serviço público na garantia de acesso à educação, cultura e ciência por toda a população. Embora o lugar das instituições privadas nesse processo não seja menosprezado, compreendemos que há também outras dinâmicas de funcionamento específicas a essas instituições por seu caráter

particular, cuja lógica e objetivos se diferem daqueles estabelecidos para o serviço público.

Inaugurada em 1995, a Casa da Ciência da UFRJ (Figura 1) é um centro de ciência vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essa instituição representa bem o novo foco dado aos museus de ciência a partir da segunda metade do século XX, no qual passam a ser considerados como instituições fundamentais para a prática de novas concepções de ensino na área das ciências. O impacto das questões manifestadas na sociedade em âmbito político, cultural, social e econômico “alteram o papel da instituição que tem como função comunicar e socializar o conhecimento [...] como resposta a uma demanda e como recurso para a melhoria da relação dos indivíduos com a C&T [ciência e tecnologia]” (Valente, 2005, p.54).

Desde os anos 1960, há uma crescente preocupação com as formas de comunicação da ciência e a educação científica, acentuando o caráter educativo do museu a fim de fomentar o interesse pela área e a formação de futuros cientistas. No contexto da Guerra Fria e da corrida tecnológica e espacial, os centros de ciências (*science centers*) surgem primeiramente nos Estados Unidos, e posteriormente ganhando espaço em outros países que viam na aproximação entre a ciência e a população uma questão de soberania nacional e desenvolvimento econômico. Michele de Lima Gonçalves e Moema de Rezende Vergara (2012) ressaltam que, no Brasil, os museus e centros de ciência são considerados instituições análogas, compreendendo os centros de ciência como parte dos processos de transformação e reinvenção da instituição museal.



Figura 1: Casa da Ciência da UFRJ, no bairro da Urca (RJ). Fonte: Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Disponível em: <https://forum.ufrj.br/o-forum/historia/2015-2019/> Acesso em: 20 de agosto de 2025.

Desse modo, os centros de ciência são “um tipo de museu de ciência de contorno multidisciplinar integrando ciência, tecnologia e arte e recorrendo amplamente às técnicas interativas de caráter experimental”, cujas atividades “seduzem, provocam, atraem e motivam o visitante a entrar em contato com fundamentos da ciência e tecnologia por meio de experimentos do tipo ‘faça você mesmo’” (Valente; Cazelli; Alves, 2005, p.189). A interatividade, que nos museus do século XIX e da primeira metade do século XX restringia-se à contemplação de objetos ou a apertar botões de forma mecânica, transforma-se por meio de aparatos que produzem diferentes tipos de interação, a fim de garantir “o engajamento intelectual dos usuários por meio de uma interação física dinâmica, não restrita a simples toques” (Cazelli et al, 1999, p.8).

Com o avanço tecnológico dos dias atuais, essas propostas ganham novas dimensões a partir de recursos como a realidade virtual, empregado na exposição “Arte Rupestre e Realidade Virtual”, da Casa da Ciência (2025, Figura 2). Com o auxílio de um óculos de realidade virtual e a réplica de uma tocha, o circuito expositivo propõe uma experiência imersiva em cavernas do sítio arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí, para observação de inscrições rupestres e a possibilidade de “interagir” com os grupos humanos produtores de tais

vestígios históricos, provocando no visitante uma experiência sensorial múltipla que conecta o presente e o passado da região (Figura 3).

No intuito de diminuir “a distância entre a sociedade, o entendimento do papel da própria ciência e a educação” (Valente; Cazelli; Alves, 2005, p.187), o centro de ciência propõe uma atuação conjunta ao ensino formal de ciências, não apenas na organização e recepção de visitas escolares, como também na formação continuada de professores do ensino básico. Tal modelo institucional se origina das novas demandas comunicacionais colocadas aos museus de ciência a partir da “crescente demanda de um público visitante interessado em instituições que promovam uma abordagem da ciência mais comunicativa”, apresentando “tanto os produtos quanto os conceitos da ciência para a sociedade” (Gonçalves; Vergara, 2012, p.83-84) em exposições com dinâmicas de entretenimento que proporcionam “informações científicas para compreender o mundo em mudança” (Cazelli et al, 1999, p.8).



Figura 2: Painel de abertura da exposição “Arte Rupestre e Realidade Virtual”. Foto da autora. 19 de agosto de 2025.



Figura 3: Óculos de realidade virtual e tocha utilizados para a experiência imersiva na exposição “Arte Rupestre e Realidade Virtual”. Foto da autora. 19 de agosto de 2025.

Em entrevista concedida para a realização desta pesquisa, Luciane Correia Simões, diretora da divisão de programas da Casa da Ciência, localiza o trabalho da instituição na “interface entre ciência e comunicação”, ressaltando que

[...] a Casa da Ciência foi criada para ser um centro cultural de ciência e tecnologia. Então, sob a perspectiva de um centro cultural, a ideia é que a gente faça a interface entre arte e ciência, buscando essa interação. Não que a arte esteja a serviço da ciência, nem que a ciência esteja a serviço da arte, mas que ambas, como saberes humanos, possam conferir ao cidadão a possibilidade de usar o conhecimento para transformar a própria vida. Então, a ideia de ter as portas abertas para o público para oferecer acesso ao conhecimento científico de forma gratuita é muito na perspectiva de poder oferecer ferramentas para que o cidadão possa mudar a sua vida a partir do conhecimento que ele possa vir adquirir aqui (Luciane Correia Simões, em entrevista concedida no dia 2 de dezembro de 2024).

Nesse cenário, os objetos não compõem o foco da atividade museal e expositiva, em muitos casos inexistindo um acervo na instituição, priorizando a exposição de ideias, fenômenos naturais e princípios científicos. Maria Esther Valente (2005, p.55) aponta, porém, para a ausência de uma perspectiva histórica

da ciência nesse modelo institucional, apresentada “sem antecedentes, fora do contexto cultural e fragmentada” que prioriza uma perspectiva a-histórica dos processos científicos que desconsidera a ciência como produto das transformações sociais e humanas ocorridas em diferentes tempos e espaços. Contudo, o impacto desse modelo de museu de ciência foi significativo, sobretudo a partir da década de 1980, ocasionando um movimento de revisões e alterações principalmente nas instituições “clássicas”.

O Museu de Ciências da Terra (MCTER, Figura 4), criado em 1907, está situado a uma pequena distância da Casa da Ciência, e apresenta em parte do seu circuito expositivo características próprias dos museus clássicos: um enfoque expositivo centrado em objetos observados à distância do toque dentro de vitrines, classificados e descritos com legendas a partir das pesquisas realizadas na instituição na área de geociências (Figura 5 e 6). A própria arquitetura do prédio que ocupa, construído para a Exposição Nacional em comemoração ao Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1908, remonta aos clássicos museus do século XIX e início do XX. Vinculado ao Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM), o museu conta com um acervo constituído por coleções de minerais, meteoritos, rochas, fósseis e documentos relacionados à memória da geociência no Brasil.



Figura 4: Museu de Ciências da Terra, no bairro da Urca (RJ). Fonte: Alamy. Disponível em: <https://www.alamy.com/museu-de-ciencias-da-terra-earth-sciences-museum-rio-de-janeiro-brazil-image159654116.html> Acesso em 15 de agosto de 2025.



Figura 5: Exposição permanente “No Tempo dos Dinossauros”. Foto da autora. 23 de dezembro de 2023.



Figura 6: Exposição permanente “No Tempo dos Dinossauros”. Foto da autora. 23 de dezembro de 2023.

Porém, é possível notar a coexistência desse modelo clássico com as preocupações de comunicação e divulgação da ciência a partir de aparatos expositivos, que embora não demandem do visitante o mesmo tipo de interação dos

centros de ciência, permitem a ele compreender o contexto mais amplo de significação daqueles objetos. As vitrines compartilham o espaço com cenários que replicam o habitat de dinossauros, o trabalho de pesquisa paleontológica, com detalhes das etapas da construção do conhecimento pelo paleontólogo, e aparatos de vídeo que apresentam uma ambientação dos dinossauros, a fim de contextualizar melhor os objetos em exposição e tornar possível ao visitante a conexão entre o acervo em exibição e as ideias mobilizadas por ele (Figura 7 e 8).

Junto às atividades de pesquisa e preservação, em sua missão institucional estão presentes atividades de divulgação e educação a partir do acervo, a fim de proporcionar “ao público acesso à informação e ao conhecimento por meio de programas interdisciplinares e interativos de comunicação, educação e cultura” (MCTER, 2021, p.14), que incluem projetos como o “Museu em Movimento”, que leva parte do acervo às escolas e comunidades da região.³⁰



Figura 7: Cenário da exposição “No Tempo dos Dinossauros”. Foto da autora. 23 de dezembro de 2023.

³⁰ Mais informações do projeto em: https://mcter.sgb.gov.br/museu_movimento.html. Acesso em: 20 de agosto de 2025.



Figura 8: Cenário da exposição “No Tempo dos Dinossauros” sobre o trabalho do paleontólogo. Foto da autora. 27 de dezembro de 2023.

Em que pesem as particularidades na organização de cada instituição, ambas são expressões das transformações ocorridas na trajetória dos museus de ciência no século XX e da crescente preocupação com a divulgação da ciência e com as discussões de democratização do conhecimento que adentram os museus de ciência a partir da década de 1970. Tal cenário é parte das transformações ocorridas no campo museológico a partir da segunda metade do século XX, no qual essas questões começam a tornar-se inescapáveis para pensar as práticas museológicas daquele momento, bem como a sobrevivência dos museus diante das intensas transformações ocorridas no período.

No quadro de efervescência social que se intensifica entre as décadas de 1960 e 1980, a partir dos movimentos de independência e descolonização de Ásia e África, das ações de insurgência de feministas, ecologistas, movimentos negros e indígenas, da revolução sexual, movimentos hippie e antiguerra, bem como a resistência aos regimes autoritários e ditatoriais na América Latina, o museu vê seu lugar na sociedade questionado, confrontado em seus objetivos, ações e razões de ser.

Paralelo a esses movimentos, influenciando na mesma medida que influenciado por eles, o campo intelectual também passa por importantes transformações que colocam o museu e suas práticas como campo de reflexão teórica e epistemológica. Segundo Alice Duarte (2013, p.105), esse movimento se dá sobretudo a partir da emergência dos debates pós-modernos como “uma nova postura epistemológica”, cujo questionamento ao fundamento racional-iluminista de conhecimento produz a “percepção de que o conhecimento é sempre e inevitavelmente uma construção história e social”. O conhecimento deixa de ser concebido como “absolutamente objetivo e desinteressado, passando a insistir na necessidade de lhe descortinar as implicações políticas e de poder, bem como a correspondente relatividade e limitações” (Duarte, 2013, p.105).

Desse modo, as ações dos museus passam a ser entendidas como “merecedoras de escrutínio crítico e reavaliação” (Duarte, 2013, p.105). Analisando a trajetória de entrada do museu como objeto de reflexão na sociologia, Myriam Sepúlveda dos Santos (2014) registra ainda a influência dos estudos culturais e do pós-colonialismo³¹ para o direcionamento do olhar sociológico sobre o museu enquanto lugar de poder. Nas reflexões sobre instituições e poder, a leitura de Michel Foucault (1926-1984) é decisiva, bem como de Frantz Fanon (1925-1961), Aimé Césaire (1913-2008) e outros intelectuais conectados às lutas anticoloniais africanas e asiáticas que denunciavam práticas de violência também no campo simbólico, evidenciando “o poder do conhecimento em estabelecer o racismo como doutrina” (Santos, 2014, p.50).

O museu não é mais pensado apenas como instituição “que se voltava para a preservação de objetos de arte ou relíquias do passado, passando a integrar o rol de instituições responsáveis por formulações garantidoras da estabilidade política dos estados nacionais em suas diversas fases” (Santos, 2014, p.50). Tais reflexões afetam diretamente os fundamentos da instituição museal e sua origem na colonialidade, tornando o museu alvo de análise de diversas áreas disciplinares que levam ao questionamento de suas funções, suas coleções, regimes de valor, concepções narrativas/expositivas e alicerces epistemológicos. Evidencia-se o

³¹ O pós-colonialismo pode ser identificado como uma corrente intelectual ligada ao trabalho de intelectuais do Sul Global, sobretudo africanos e asiáticos, a partir dos anos de 1980, que buscam refletir sobre a ruptura incompleta feita pelas independências afro-asiáticas com o colonialismo, e a continuidade da herança colonial no Estado-nação pós independente. Um amplo panorama do assunto pode ser visto em: Gandhi, Leela. *Postcolonial Theory: a critical introduction*. Crows Nest: Allen & Unwin, 1998.

caráter de disputa e conflitos envolvidos na produção museal, e o museu como um “campo de batalha” (Vérge, 2023, p.81).

Diante dessa agitação, há um intenso movimento de novas experiências museológicas pelo mundo, como o ecomuseu³², os museus de vizinhança e “formas experimentais de museus nas ex-colônias e da reivindicação por outras museologias” (Brulon, 2020, p.16), como os museus comunitários e escolares do México e o Museu Nacional de Niamey, na Nigéria. Nesse cenário, a Mesa Redonda de Santiago do Chile, ocorrida em 1972, destaca-se como um importante ponto de inflexão nos debates museológicos ao propor um novo princípio de ação para os museus: o museu integral. Elaborado a partir do contexto e demandas dos museus latino-americanos, o museu integral é proposto em oposição ao museu tradicional focado em seus objetos e coleções, distante dos problemas sociais vivenciados pelas comunidades e públicos.

Assim, é um “novo modelo conceitual de museu mobilizado para maior integração à comunidade”, “indissociado de seu território” (Souza, 2020, p.67) e que detém uma “compreensão global dos territórios, uma abordagem integrada” (Souza, 2020, p.67), cuja ação deve partir dos contextos socioeconômicos e culturais locais a fim de transformá-los para a promoção do “desenvolvimento antropológico, socioeconômico e tecnológico da América Latina” (Souza, 2020, p.67). O evento contou com a presença de especialistas da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Peru e Uruguai, afirmando o protagonismo latino-americano como marca de distinção em relação a outros eventos organizados pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) e pela UNESCO, nos quais predominavam participantes europeus, mesmo em debates sobre regiões não-europeias³³.

Luciana Christina Cruz e Souza (2020; 2021) ressalta a ambiguidade presente na proposta de museu integral que, simultaneamente, propõe uma ruptura

³² O ecomuseu surge em 1971 a partir de experiências museológicas realizadas no contexto francês pelo então diretor do ICOM, Hugues de Varine-Bohan. Sua proposta consistia na criação de um museu de comunidade pautada na lógica comunitária do projeto, na territorialidade das ações museológicas e na participação da população como princípios de funcionamento e organização do museu. Cf. Brulon, Bruno. A invenção do ecomuseu: o caso do écomusée du creusot montceau-les-mines e a prática da museologia experimental. *Mana*, 21(2), 2015, p.267-295.

³³ É o caso, por exemplo, da conferência internacional organizada pelo ICOM em 1962, na Suíça, que propunha uma discussão sobre o papel dos museus nos países em desenvolvimento, mas que contou com uma presença majoritária de especialistas europeus e estadunidenses (Cf. Bruno, 2010, p.98)

radical com um modelo de museu que se pretende deslocado e isolado dos problemas da sociedade, reconhecendo as desigualdades que atravessam a América Latina como um problema museológico, ao passo que reforça perspectivas desenvolvimentistas alinhadas ao discurso de progresso e modernização do capitalismo global. Essa ambiguidade se reflete sobretudo no papel atribuído pela Mesa Redonda aos museus de ciência, apresentados como “colaboradores do progresso” (Souza, 2020, p.65).

A autora registra como as referências de “progresso” e de “desenvolvimento” são apresentadas em uma perspectiva balizada em critérios eurocêntricos, como expressões que sugerem “uma espécie de evolucionismo cultural, político e econômico, o que poderia desconsiderar as relações de subordinação e dependência produzidas a partir da experiência da colonização” (Souza, 2020, p.68). Assim, os museus de ciência emergem como responsáveis pela “evolução” da América Latina e motores de seu desenvolvimento, seja em aspectos de produção científica, seja como meio de difusão das conquistas da ciência para os públicos. O caráter educativo dos museus era ressaltado como ponto estratégico para a difusão de conhecimentos científicos, “baseados na concepção de progresso das ciências e da tecnologia como instrumentos do desenvolvimento das nações” (Valente, 2009, p.79). Ou seja, os responsáveis por elaborar essas estratégias estavam com os olhos mais voltados para a Europa ou América do Norte do que para a realidade latino-americana.

Tal proposta se aproxima do modelo dos centros de ciência que se espalhavam à época, favorecendo “uma abstração sobre o papel da ciência e tecnologia na exploração da natureza, dos recursos, do espaço e dos territórios” (Souza, 2020, p.68) e sugerindo uma concepção linear, neutra e a-histórica dos processos científicos, bem como uma visão utilitarista sobre a ciência e uma certa passividade do público como mero receptor das “boas novas” científicas. O protagonismo latino-americano na administração de suas práticas museais ainda ocorre dentro de uma concepção pautada pela colonialidade, sem reconhecer a dimensão colonial que estrutura o próprio debate.

Por sua vez, a perspectiva de um museu integrado ao território, ao meio ambiente e às comunidades apresenta uma potencialidade de ruptura com a concepção de dualidade ontológica constitutiva da prática museal, que concebe o sujeito, o objeto e o ambiente como radicalmente separados e diferentes,

desconsiderando a “possibilidade de influência do objeto e do ambiente sobre o indivíduo” e “outros vetores de força que não tenham centralidade no sujeito” (Souza, 2021, p.233). Podemos identificar no museu integral um ponto de partida para repensar não apenas os vínculos e as formas de relação entre museu e sociedade, mas também entre os indivíduos, e destes com seus territórios, a natureza e o conhecimento. Ainda que não seja essa sua premissa original, é uma categoria que pode ser pensada em diálogo com propostas contemporâneas de ruptura com a colonialidade que estrutura os museus, traçando paralelos com cosmovisões reprimidas pela colonialidade que não operam pela lógica da dualidade ontológica.

Vale mencionar que em uma entrevista contida no livro “Os Museus no Mundo” e concedida em 1979, sete anos após o evento, o museólogo francês Hugues de Varine, presidente do ICOM à época da mesa-redonda, reconheceu o caráter colonial da instituição museal, pontuando que “o desenvolvimento dos museus no resto do mundo é um fenômeno puramente colonialista”, no qual os países europeus “obrigaram as elites e os povos destes países [colonizados] a ver sua própria cultura com olhos europeus” (Varine, 1979, p.12 apud Chagas; Gouveia, 2014, p.10). Varine afirma ainda que:

A descolonização que se registrou mais tarde foi política, mas não cultural; pode se dizer, por conseguinte, que o mundo dos museus, enquanto instituição e enquanto método de conservação e de comunicação do patrimônio cultural da humanidade é um fenômeno europeu que se difundiu porque a Europa produziu a cultura dominante e os museus são uma das instituições derivadas dessa cultura (Varine, 1979, p.12-13 apud Chagas; Gouveia, 2014, p.11).

Mário Chagas e Inês Gouveia (2014, p.10) salientam que estas declarações são parte de um contexto de transformações no campo museal que passava por um conjunto de desafios que envolviam “a construção de uma nova ética e de uma nova política museológica, pela produção de novos saberes e fazeres museais, incluindo aí uma nova abordagem historiográfica, uma nova construção teórica, uma nova configuração museográfica e uma nova forma de lidar com as pessoas”. Desse modo, a constatação da colonização dos museus “provocava e estimulava naqueles que tinham capacidade de agir e pensar por outras veredas a vontade de investir na descolonização do museu e do pensamento museológico” (Chagas, Gouveia, 2014, p.10).

O debate sobre colonização e descolonização não esteve efetivamente presente nas “Resoluções adotadas pela mesa-redonda de Santiago do Chile” (1972), documento final redigido e veiculado pelo evento, portanto, não podemos afirmar que fizeram parte das discussões entre os participantes da mesa-redonda³⁴. No entanto, no contexto da mesa e das declarações de Hugues de Varine, o pós-colonialismo já se apresentava como um debate relevante no cenário intelectual, influenciando a própria transformação na abordagem teórica dos museus como objetos de estudo, como já mencionado. Mesmo sem uma referência direta, a realização do evento em espanhol e o protagonismo da América Latina como sede de um novo fazer museal que terá desdobramentos no mundo todo, podem ser vistos também como elementos desse cenário de movimentos de ruptura com o predomínio europeu, mesmo em suas contradições e limites.

Após a Mesa Redonda de Santiago do Chile, experiências museais fora da perspectiva tradicional foram gradativamente ganhando força, ainda que de forma lenta e dispersa. A Declaração de Quebec de 1984 propõe a criação de um movimento museológico que organize e fortaleça essas práticas e proporcione terreno para a construção de outras mais, a fim de produzir “um quadro de referências destinado a favorecer o funcionamento destas novas museologias e de articular em consequência os princípios e meios de ação” (Declaração do Quebec, 1984 apud Bruno, 2010, p.59). Este é denominado Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), reconhecido posteriormente pelo ICOM como uma organização filiada. Em oposição ao colecionismo característico do século XIX, enfatizavam a necessidade de uma museologia de caráter social, priorizando “a função sócio-educativa dos museus, o estímulo à reflexão e ao pensamento crítico e a afirmação do museu como canal de comunicação” (Cândido, 2007, 174), bem como sua responsabilidade política e social junto às comunidades e à transformação da realidade social.

O projeto de museu dos séculos XVIII e XIX é questionado e rejeitado em certos aspectos de sua função social. Não podemos considerar que a existência de

³⁴ O documento não faz quaisquer menções a colonialismo ou a aspectos mais específicos de desigualdade como a raça, um dos pontos centrais dos autores pós-coloniais daquele período. As desigualdades, bem como a ideia de “comunidades” e “massas populares” mencionadas no documento (Resoluções..., 1972 apud Bruno, 2010, p.48), são descritas sem demarcadores de gênero, classe ou raça, deixando nebuloso se o conceito de “integral” está conectado a essas questões. Em que nível os participantes da mesa, entre eles o próprio Hugues de Varine, estavam integrados aos debates do pós-colonialismo e quais possíveis ressonâncias podem ter tido nas discussões em Santiago, é difícil dizer, cabendo um esforço de pesquisa à parte.

uma função social dos museus seja algo específico das novas propostas museológicas surgidas a partir dos encontros em Santiago e no Quebec, pois o museu em sua origem é acompanhado de uma função social, amplamente conectada à difusão da mentalidade colonialista, ao Estado-nação e suas elites, como demonstrado no capítulo anterior. O que há, de fato, é um movimento de reorientação do quê e a quem se refere esse “social”, por mais nebulosa que essa referência ainda se encontre nesse momento.

Porém, é a partir da Declaração do Quebec que a Nova Museologia se afirmou enquanto prática e aporte teórico para a elaboração de múltiplas formas de se conceber e realizar a ação museal, dando origem a diversas experiências museológicas alinhadas a uma perspectiva do museu como espaço integrado às dinâmicas sociais. O museu declara agora a quem se filia a sua função social e a quais projetos de sociedade busca engajar-se. Assim, busca-se um museu que deixe de ser o “templo das musas, com foco na coleta, preservação, interpretação e exposição de artefatos”, para torna-se um “fórum de ideias e fóruns de debates públicos em torno de questões sociais, políticas e culturais relevantes para a sociedade” (Chagas; Primo; Assunção; Storino, 2018, p.96), onde a expressão social dos sujeitos pudesse ser trabalhada a partir da memória, do patrimônio e das referências culturais.

É nesse cenário de transformação do museu em um fórum de ideias comprometido ética e politicamente com grupos sociais minoritários que inúmeras novas experiências transformam a paisagem museal do Brasil a partir da década de 1980. Os ecos de Santiago do Chile e do Quebec reverberam no país no bojo do processo de abertura política da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), ganhando força com a redemocratização e os debates em torno da elaboração da Constituição de 1988³⁵. Um novo cenário se consolidou no Brasil por meio da museologia social, produzida “na relação direta com a sociedade, com as demandas e questionamentos de segmentos sociais específicos” (Chagas; Primo; Assunção; Storino, 2018, p.76) e “reiterando a crítica aos antigos discursos históricos e oficiais, bem como à sacralização dos objetos” (Santos, 2011, p.194).

³⁵ Mesmo no contexto repressivo promovido pela ditadura civil-militar, há propostas transformadoras como o Museu de Arte Negra (1968), do intelectual e militante político Abdias do Nascimento (1914-2011).

Na perspectiva da museologia social, o museu é “ferramenta de trabalho colocada a favor da cidadania, dos direitos humanos, dos direitos dos trabalhadores, dos direitos à terra e à moradia, dos direitos das mulheres, dos direitos dos povos indígenas e dos negros, dos direitos da comunidade LGBT e outros direitos” (Chagas; Primo, Assunção; Storino, 2018, p.96). Reconhecendo a colonialidade que atravessa a sociedade, bem como o próprio campo da Museologia, se propõe a refletir sobre as “museologias indisciplinadas” e as “colonizadoras e colonizadas” (Chagas; Gouveia, 2014).

Novos museus que priorizam narrativas e grupos excluídos do discurso histórico oficial do país passam a surgir, questionando os museus mantidos pelo Estado que até então representavam “a cultura de elite em contraposição a uma cultura popular submetida a uma razão mercantil” (Santos, 2011, p. 195). A grande novidade está, principalmente, nos novos atores sociais que passam a apropriar-se do museu como ferramenta de demarcação de existência de populações cotidianamente ignoradas pelo poder público, que tomam para si o controle sobre a construção de suas histórias e transformam o museu em espaço de reivindicação política, construindo espaços como os museus comunitários³⁶ e os museus indígenas³⁷.

Por sua vez, os museus “tradicionais” também sentiram as reverberações desses movimentos e a necessidade de modificar-se. Aline Montenegro Magalhães e Vera Lúcia Bottrel Tostes (2008, p.126) afirmam que na década de 1980, há no Museu Histórico Nacional (MHN - RJ), criado em 1922 para o culto ao passado do Estado Imperial, das forças armadas e da aristocracia, uma mudança nos conceitos

³⁶ Os museus comunitários são criados principalmente em territórios de favela e regiões periféricas, sobretudo urbanas, trabalhando “mais em função dos habitantes do que dos visitantes” e em prol da “preservação da história de grupos sociais herdeiros de violências, silenciamentos e segregações” (Freitas; Siman, 2015, p.118). Como parte desse movimento, podemos citar o Ecomuseu Santa Cruz (1995), no bairro de Santa Cruz (RJ); o Ecomuseu da Amazônia (2005), em Belém do Pará; o Museu da Maré (2006), na favela da Maré (RJ); o Museu de Quilombos e Favelas Urbanas - Muquifu (2012), no Morro do Papagaio (MG); e o Museu das Remoções (2016), na Vila Autódromo (RJ).

³⁷ Os museus indígenas emergem como relevantes apropriações do museu por povos que, não apenas foram historicamente tratados como objetos de musealização, como também possuem outras formas de construir, ativar e preservar suas memórias e saberes. A adoção do modelo museal como estratégia de luta política é acompanhada da crítica e da reinvenção da ferramenta “museu”, cujas operações como registro, arquivo, exposição, documentação e preservação são ressignificadas no ato de sua execução, pois partem de regimes de valor e concepções de mundo profundamente distintas da dualidade ontológica que orienta o museu moderno/ocidental. O que é exposto não é concebido como “etnográfico”, e sim como auto-representação e auto-narração. São exemplos dessa transformação o Museu Maguta (1990), criado por indígenas Tikuna na cidade de Benjamin Constant, no Amazonas; o Museu Kanindé (1992), do povo Kanindé da cidade de Aratuba no Ceará e o Museu Indígena Aldeia Pataxó (2000), em Santa Cruz Cabralia, na Bahia.

de exposição, a partir dos quais “novos acervos foram recolhidos, as exposições reformuladas e a história passam a ficar comprometida com um sistema social marcado pela corrente política mais democrática”.

Há um esforço para “desconstruir heróis, inserir as minorias na representação histórica e denunciar as relações de exploração colonial no Brasil, desde o seu sentido político e econômico até a esfera cultural” (Magalhães; Tostes, 2008, p.137), incorporado em exposições temporárias como *Os donos da terra: o índio artista-artesão* (1986) e a exposição de longa duração *Oreretama* (2006) (Magalhães; Tostes, 2008). Mais recentemente, a nova exposição de longa duração *ÎANDÉ – Aqui Estávamos Aqui Estamos* (2023), dedicou-se a reformular a proposta de 2006, incluindo a participação de artistas indígenas na curadoria e no acervo exibido, e a parceria com museus indígenas.

Nos museus de ciência, esse contexto se reflete, a partir dos anos 1980, na nova orientação para o social e o histórico, priorizando uma abordagem que aproxime os públicos dos temas científicos e acentuando a necessidade de participação da sociedade na construção da ciência. O enfoque principal está agora nos fenômenos e conceitos científicos, na ação do sujeito no processo de aprendizagem, incorporando às atividades de mediação e aos processos de formulação das exposições “um conjunto de evidências oriundas de pesquisas sobre ensino-aprendizagem de ciências” e a “ideia do ‘aprender fazendo’” oriunda do campo de ensino de ciências (Valente; Cazelli; Alvez, 2005, p.190).

O museu de ciência assume um importante papel como comunicador e instrumento de socialização dos conhecimentos científicos, em uma perspectiva que busca desmistificar a ciência e aproximá-la da realidade da população enquanto a afasta da ideia dos “gênios” e “sábios”. Desse modo, o desafio passa a ser

[...] realizar exposições que ao abordar temáticas científicas e em situações em que se apresentem instrumentos científicos, considerem diversos aspectos de ordem histórica e metodológica, como por exemplo: evidências das condições culturais nas quais o instrumento científico foi elaborado, e que objetivem ajudar, o visitante do museu, a entender os aspectos culturais e históricos relacionados a eles; a discussão sobre ciência como conhecimento e atividade; a tensão entre ciência e técnica; a mudança da perspectiva de uma abordagem linear para uma abordagem sociocultural; a própria questão da aproximação interativa por meio de aparatos manipuláveis na comunicação da ciência para novas audiências; a relação que se estabelece entre o visitante do museu e o objeto e os modelos científicos em uma exposição (Valente, 2005, p.57).

Para alcançar essa perspectiva posta por Valente, é fundamental considerar a História da Ciência nos processos de elaboração das imagens, vocabulários e discursos associados à ciência a serem apresentados para os públicos, de modo que o conhecimento científico possa ser compreendido e valorizado não apenas por um caráter de utilidade prática, mas sobretudo como expressão de determinados valores, visões de mundo e culturas que orientam a prática e a formação profissional dos cientistas. A própria ideia do que faz e de quem é um “cientista” demanda a sua historicização, pois que o acesso à educação, em especial ao ensino universitário, tem se transformado principalmente nas últimas décadas no cenário brasileiro, e muitas vezes o imaginário social permeado por estereótipos racistas, sexistas e elitistas constitui obstáculo para o reconhecimento da pluralidade do ser cientista e suas transformações.

A comunicação com os diferentes públicos torna-se a chave do processo museal, e as questões colocadas pela sociedade proporcionam a transformação do papel dessas instituições, que “passaram a ter como principal missão comunicar e socializar o conhecimento” (Valente; Cazelli; Alves, 2005, p.194). A preocupação em atingir camadas mais amplas da sociedade, em especial aquelas excluídas historicamente dos processos de tomada de decisão, impõe a essas instituições o desafio de inserir-se cada vez mais nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais que configuram seus públicos frequentadores e aqueles que se esperam alcançar, exigindo uma reflexão crítica também sobre as exposições e atividades educativas realizadas. O desafio da inclusão social afirma-se significativamente no início do século XXI, impondo-se com considerável força no debate sobre a relevância social da instituição museal.

Esses processos de transformação não ocorrem de forma linear e homogênea, tampouco na velocidade desejada, enfrentando ainda desafios crônicos às instituições públicas de ciência, educação e cultura brasileiras, como a falta de investimentos e recursos humanos. Em entrevista concedida para esta pesquisa em setembro de 2024, Célia Maria Corsino, coordenadora geral do Museu de Ciências da Terra, comenta a defasagem das exposições permanentes do Museu de Ciências da Terra e como renová-las faz parte do projeto de revitalização do museu. Após ter sido fechado em 2018 e reaberto em 2021, o prédio encontra-se comprometido por graves problemas de estrutura, e por isso, apenas parcialmente

aberto ao público, além da necessidade de contratação de novos funcionários para as áreas de pesquisa, administração e educação³⁸.

Nota-se que há ainda nas exposições uma ideia de ciência produzida de forma solitária e individual, na qual prevalece a perspectiva do “gênio” que atua exclusivamente por suas próprias ações e ideias. Podemos ver essa concepção na exposição permanente dedicada ao paleontólogo Llewellyn Ivor Price (1905-1980), cujo trabalho encontra-se no acervo da instituição com a coleção de vertebrados fósseis do Brasil (Figuras 9 e 10). A produção coletiva da ciência não está presente no espaço dedicado ao trabalho de Price, ressaltando-se suas características pessoais como protagonista do campo de paleontologia no Brasil.

A Figura 10 apresenta um mapa com os locais onde o paleontólogo fez seu trabalho de campo, evidenciando a ideia de que seu trabalho de coleta foi realizado sem qualquer companhia. Não se trata, certamente, de negar a importância de Price ou de qualquer outro cientista na conformação de campos disciplinares e científicos, mas de compreendê-los como parte de uma rede de trabalhadores do campo das ciências que está articulada durante todo o processo de pesquisa e produção científica, do trabalho de campo à escrita e publicação de artigos.

³⁸ Em setembro de 2025, foi anunciado o início das obras de revitalização do museu e a ampliação de seus espaços de exposição e pesquisa. Cf. Serviço Geológico do Brasil. *Centenário Museu de Ciências da Terra será revitalizado e ganhará novos espaços de exposição e pesquisa*. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br/w/centenario-museu-de-ciencias-da-terra-sera-revitalizado-e-ganhara-novos-espacos-de-exposicao-e-pesquisa> Acesso em 5 de outubro de 2025.



Figura 9: Reprodução do escritório de Llewellyn Ivor Price. Foto da autora. 27 de dezembro de 2023.

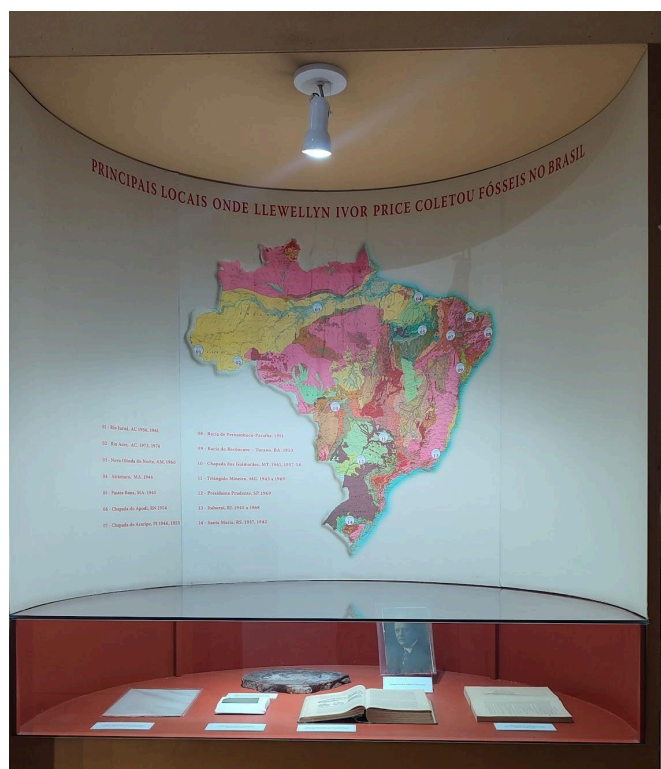


Figura 10: Mapa com os locais de trabalho de Llewellyn Ivor Price. Foto da autora. 27 de dezembro de 2023.

Evidenciar o cientista como trabalhador, bem como todos aqueles envolvidos em tarefas que poderiam ser consideradas menores, como carregar equipamentos, limpar utensílios, escavar, contribuem para a percepção de uma ciência mais humana, socialmente e coletivamente produzida, cuja produção parte da conjunção de saberes entre distintos trabalhadores da ciência, e para o caso da paleontologia e outras ciências, possivelmente também de saberes não científicos, como de populações indígenas ou locais.

Contudo, apesar dos desafios enfrentados pela instituição, parte dessa perspectiva está presente nos painéis “A mão negra na mineração no Brasil”, preparada para a 7ª Primavera de Museus, em 2013, e que ocupa a parede do corredor que conecta as duas exposições permanentes do museu. Nela, destaca-se a participação da população negra na atividade mineradora no Brasil não a partir das violências da escravidão, mas das contribuições intelectuais, tecnológicas e mesmo simbólicas dos trabalhadores escravizados e a sua invisibilização nesse processo (Figuras 11 e 12). São apresentados ainda cientistas negros brasileiros como Teodoro Sampaio (1855-1937), Juliano Moreira (1873-1933) e Milton Santos (1926-2001).



Figura 11: Painel da exposição “A mão negra na mineração no Brasil”. Foto da autora. 27 de dezembro de 2023.

2.2 Os “forasteiros de dentro” dos museus de ciência

Hoje vista de forma plural, a categoria de público deixou de ser pensada de forma homogênea e abstrata, tornando-se imprescindível considerar a diversidade racial, de gênero, classe, escolaridade e região de moradia em qualquer atividade que se pretenda realizar no museu de ciência. Há o desenvolvimento de pesquisas dedicadas não apenas a identificar o perfil dos visitantes de museus de ciência, mas abordando também aqueles que não os visitam⁴⁰. Em entrevista concedida para a realização desta pesquisa, esse aspecto é ressaltado por Célia Maria Corsino, coordenadora geral do Museu de Ciências da Terra, como uma das principais atividades desenvolvidas pelo museu para alcançar os objetivos de divulgação da ciência, pois

[...] o perfil do público é fundamental para a gente fazer as novas atividades do museu. Eu preciso conhecer o público, preciso saber, preciso identificar esse público para eu poder fazer uma programação para o público que não vem. Claro que eu preciso fazer a programação para o público que vem, mas eu preciso ter uma programação para o público que não vem ao museu. Por que não vem? Por que não sobe a escada? (Célia Maria Corsino. Entrevista concedida em 26 de setembro de 2024).

Esse público em específico é composto em grande parte por pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em pesquisa realizada no ano de 2023 sobre a percepção pública da ciência entre a população brasileira, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) constatou que as taxas de visitação a museus de ciência saltaram de 6,3% em 2019, para 11,5%, em 2023. Contudo, o crescimento se deu apenas entre aqueles com maior escolaridade e renda (CGEE, 2023, p.12). Entre as camadas de renda mais baixas, persistem obstáculos como a falta de tempo, recursos financeiros, distância das instituições ou desconhecimento da existência de museus de ciência em sua região (CGEE, 2023, p.13), indicando a continuidade do cenário de desigualdade de acesso percebido em pesquisas anteriores⁴¹.

Embora a pesquisa não apresente indicadores de raça, é possível cruzar essas informações com o relatório “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil” (2022), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujos dados

⁴⁰ Cf. Falcão; Coimbra; Cazelli, 2010; Menezes; Bevilaqua; Silva; 2021.

⁴¹ Cf. Centro De Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. *Percepção pública da C&T no Brasil* – 2019. Resumo executivo. Brasília, DF: 2019. 24p.

apontam que apesar da população preta e parda representarem, respectivamente, 9,1% e 47,0% da população brasileira, o acesso a bens e serviços básicos necessários ao bem-estar (como saúde, educação, moradia, trabalho, renda etc.) permanece precário e em franca disparidade com aquele de populações brancas. Nota-se ainda que “o rendimento médio domiciliar per capita da população branca (R\$ 1 866) era quase duas vezes o verificado para a população preta (R\$ 965) e parda (R\$ 945)” (IBGE, 2022, p.5). Nesse contexto, é possível inferir que parte considerável da população que não acessa museus de ciência esteja nesse setor da sociedade.

Esse contexto contribui para a acentuada desigualdade presente no público que acessa os museus, e dá o tom dos desafios enfrentados para a inclusão social nesses espaços. Tal desafio é objeto de diversos trabalhos dedicados a compreender as dificuldades enfrentadas no acesso aos museus de ciência e a elaborar estratégias para aproximação dos debates científicos, compreendendo que pensar a inclusão social é reafirmar e repensar o papel social desempenhado pelos museus de ciência na socialização do conhecimento científico, reconhecendo que “somente a educação formal não é capaz de preparar os cidadãos para participar ativamente dos debates de ciência e tecnologia” (Menezes; Bevilaqua; Silva, 2021, p.3).

Logo, a inclusão social pode ser entendida como ações que criem oportunidades de acesso a grupos historicamente excluídos do usufruto de bens de caráter econômico, político, social e cultural. Isto inclui o acesso à ciência e seu funcionamento, proporcionando “condições de entender o seu entorno, de ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho e de atuar politicamente com conhecimento de causa” (Moreira, 2006, p.11). Trata-se, portanto, de modificar certas dinâmicas de poder que promovem a exclusão e desigualdade no acesso e circulação do conhecimento científico.

Essa população afastada do museu de ciência, contudo, não está restrita ao ambiente externo à instituição. Os funcionários terceirizados que trabalham nesses locais podem ser reconhecidos como parcela do público em vulnerabilidade socioeconômica que não acessa espaços científicos e culturais, sobretudo aqueles alocados nas equipes de segurança, serviços gerais/limpeza e manutenção. A precarização do trabalho que acompanha as práticas de terceirização, somadas a fatores como raça, gênero e classe promovem a invisibilização e exclusão desses

trabalhadores da socialização do conhecimento científico promovida pelos museus de ciência, acentuando a desigualdade que historicamente faz parte dos espaços museais e da sociedade brasileira.

Entre os 13 funcionários das equipes terceirizadas de serviços gerais, segurança e manutenção do Museu de Ciências da Terra e da Casa da Ciência da UFRJ entrevistados para esta pesquisa, apenas um deles afirmou ter o hábito de frequentar museus, de ciência ou outro tipo. Somente dois dos entrevistados conheciam a sua instituição antes de se tornar funcionário, todos os demais não sabiam da existência da Casa da Ciência ou do Museu de Ciências da Terra antes destes se tornarem seu local de trabalho. A distância das instituições é apontada como um importante fator para seu baixo acesso, localizadas principalmente nas regiões do centro e zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

O custo e o tempo do deslocamento inibem a visita a esses espaços, mesmo públicos e gratuitos, e às próprias instituições onde trabalham mesmo quando há interesse por algum evento:

Fernanda⁴²: Eles estão doidos até pra vir [na Casa da Ciência]. A minha sobrinha tá doidinha pra vir aqui. Mas o ruim é a condução para trazer. Aí a noite, sair daqui a noite com criança, eu tenho medo.

Sandra: Não tenho costume porque por onde a gente mora, na Baixada [Fluminense], é longe. Tudo tem que ter dinheiro para gastar. Então eu acabo não tendo esse costume.

Rogério: Eles perguntam. “Casa da Ciência é por quê? As pessoas fazem ciência lá?” Aí eu explico. Aqui eles têm um espaço, eles adaptaram o espaço para poder fazer campanhas, peças, essas coisas assim. Aí eles ficam “pô maneiro, interessante”. Aí eu falo que já teve [exposição] da Guanabara, já teve dos Cinco Sentidos, esse agora da vacina. Aí eles ficam interessados, querem saber onde é, pelo menos. E nem todo mundo sabe que aqui é a Casa da Ciência. Ainda mais morando na Baixada [Fluminense].

Pedro: Já teve alguns eventos aqui no sábado que eu achava interessante, mas pela distância, já a semana toda fazendo esse trajeto, aí pela distância eu falava, não vai dá para vir não, vou tirar o sábado para descansar. Aí eu não vinha.

Apesar disso, o desejo de levar familiares e amigos indica o reconhecimento da importância da instituição museal como um espaço simultaneamente de lazer e educação, bem como a estima que sentem por trabalhar em um museu de ciência, experiência muitas vezes referida como positivamente diferente de outros locais que

⁴² Todos os entrevistados citados possuem nome fictício para garantir o direito ao anonimato assegurado pela resolução nº 510/2016, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

trabalharam ao longo da vida por questões como a tranquilidade do espaço e a possibilidade de interação com os diferentes públicos frequentadores.

Outro aspecto relevante de apreciação e diferenciação da experiência de trabalho em um museu de ciência é a identificação deste como um lugar de produção e divulgação do conhecimento. Os entrevistados ressaltam o caráter pedagógico dos museus e como o contato diário com a instituição permite adquirir experiências que vão além do trabalho, contribuindo para a sua formação pessoal:

Daniel: Eu não sou muito de ler, mas às vezes eu leio pequenas coisas. Então, eu vou melhorando o intelecto, vou melhorando o meu vocabulário. E aqui no museu é um lugar que a pessoa que trabalha nessa área aqui, se ela quiser aprender, ela aprende. Tem vários livros, como você pode ver aqui. Tem livros, você aprende sobre os fósseis, sobre os minerais e tal. Então, é uma experiência diferente dos outros trabalhos.

Fernanda: E também eu vejo que a Casa da Ciência é bom em termos de educação. Porque a pessoa aprende muito mais vendo e praticando do que na teoria.

Rogério: Só que aqui é um ambiente diferente porque aqui, além de a gente estar trabalhando, a gente ainda pode aprender outras coisas. Coisas que a gente de repente não aprendeu na época que a gente estudava, a gente consegue aprender alguma coisa.

É interessante notar que o contraste entre uma relação de distanciamento com museus e sua valorização como espaço formativo é acompanhada em alguns casos da busca pela construção do hábito de frequentar museus em filhos ou parentes. Um caso interessante é o de Reginaldo, segurança na Casa da Ciência da UFRJ há 29 anos. Embora tenha relatado que não tem o costume de frequentar museus, ele conta que a partir de seu trabalho na Casa passou a levar sua filha para a instituição. A jovem de 26 anos, à época da entrevista (2024), “nasceu e já estava aqui [na Casa]”, tendo frequentado a Casa da Ciência por toda sua infância. Para Reginaldo, tais visitas eram essenciais para que sua filha pudesse “interagir mais, ter mais interesse com a cultura, com a educação”, reconhecendo a importância dos museus e espaços de ciência para a formação intelectual e pessoal dos indivíduos.

De forma semelhante, Daniel relata ter frequentado desde pequeno o Museu de Ciências da Terra, local onde trabalha há 3 anos como faxineiro. O estímulo veio de seu tio, também funcionário do museu à época da entrevista (2024). Aos 27 anos, o rapaz conta que “antes de ir para a escola, eu passava aqui. Meu primeiro contato com museu foi esse aqui, de Ciências da Terra. E depois eu fui conhecendo

outros museus, como o Museu do Índio, lá o Museu do Amanhã”. Embora o tio não tenha sido entrevistado para esta pesquisa, é possível perceber na fala de Daniel o impacto que o seu trabalho em um museu de ciência exerceu sobre o sobrinho, aguçando a curiosidade e o interesse de uma criança que talvez não entraria espontaneamente na instituição.

Por sua vez, a falta de um ambiente que estimulasse esse hábito é relatada por três entrevistados como parte dos motivos pelos quais nunca tiveram o costume de visitar museus:

Pesquisadora: E por que você acha que você nunca desenvolveu esse costume de frequentar museus? Quais seriam os obstáculos?

Pedro: Ah, cara, não sei. Eu acho que...sei lá. Não sei, acho que as pessoas que eu convivia também não tinham esse costume [...] nunca tive realmente interesse, mas...Nada que eu era contra e tal. Nada demais. Mas nunca partiu de eu ter vontade de visitar.

Luís: Talvez por família. Também não seguia esse ramo, então não me incentivou a seguir isso. Pode ser por isso, não é por um não gostar. A questão é que se tivesse alguém que segue esse ramo, esse segmento e me levasse sempre. Talvez só por isso.

Rogério: Eu acho que foi mais por criação mesmo, dificuldade também, a vida também me levou para outros caminhos, tem que trabalhar cedo, então eu não tive aquela influência também dessas coisas no meu passado, não tive essa influência.

Esse cenário reforça a importância de considerar esses funcionários no desenvolvimento das políticas de divulgação da ciência elaboradas pelos museus de ciência, pois a despeito da instituição incluí-los ou não, a mera presença no espaço museal já provoca mudanças em certos hábitos e percepções que talvez como visitantes esporádicos não fossem realizadas, sobretudo pela possibilidade de nunca estarem no papel de visitantes. O grande objetivo dos museus, de ciência ou não, é sempre fazer os visitantes voltarem, de forma a tornar o espaço museal um lugar familiar, cotidiano. Para os funcionários terceirizados, esse espaço já é assim.

O desafio não é fazê-los ficar ou retornar, mas sim tornar a sua estadia no museu tão profícua e interessante quanto aquela que se busca oferecer para os visitantes, tornando-os visitantes também de outros espaços de ciência e cultura. Os relatos ouvidos durante a pesquisa demonstram que há possibilidades e desejos nesse sentido, e mesmo que não seja por iniciativa da instituição, os próprios funcionários acabam por agir nas brechas do seu cotidiano de trabalho para que isso ocorra.

Entre os entrevistados não há também o hábito de consumir notícias ou informações sobre ciência de forma ativa, restringindo-se ao contato por esporádicas reportagens de TV ou posts de redes sociais. Apenas na pandemia foi relatado uma interação um pouco maior, mas restrita a temas como vacinação e doenças virais. Isso significa que o principal acesso dessas pessoas a temas de ciência se dá principalmente em seu local de trabalho, de forma direta ou indireta. Em pesquisa anterior realizada com os funcionários terceirizados dos mesmos setores no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), também uma instituição pública localizada na cidade do Rio de Janeiro e vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), foi possível constatar um cenário semelhante: baixo contato com temas e museus de ciência.

Dos 16 funcionários entrevistados, apenas um relatou ter o hábito de visitar museus, fossem de ciência ou não, e os principais motivos de impedimento foram os mesmos vistos na Casa da Ciência e no Museu de Ciências da Terra. O Museu Nacional apareceu como a única instituição já visitada por cinco entrevistados e, ainda assim, apenas na fase da infância ou adolescência (Braz; Vergara, 2024). Nessa pesquisa, ficou claro o distanciamento dos funcionários com a missão e objetivos do museu e a ausência de ações voltadas para incluí-los como público de suas atividades. Foi possível perceber ainda como alguns funcionários enxergavam o museu como um espaço de reprodução de exclusão, e a ideia de que museus não são parte do cotidiano de pessoas que ocupam funções como as suas (Braz; Vergara, 2024).

No Museu de Ciências da Terra, observamos que também não há políticas de inserção desses funcionários em suas ações de divulgação, embora possamos identificar ações pontuais para aproximar os trabalhadores da instituição, como o convite para participação de eventos realizados no museu. Os funcionários relataram nunca terem realizado uma visita guiada como as oferecidas para os públicos. Embora tenham sido apresentados aos espaços do museu quando começaram a trabalhar na instituição, a apresentação limitou-se ao necessário para o exercício de suas funções.

Observamos que o maior conhecimento dos funcionários é sobre as exposições e as atividades educativas. As atividades de pesquisa e preservação são menos conhecidas, com certo desconhecimento sobre quem são os

pesquisadores da instituição e como essas atividades são desenvolvidas, embora haja uma percepção de sua presença:

Maurício: É porque a gente tem pouco conhecimento do pessoal que trabalha aqui. Porque a parte que os caras trabalham, os geólogos, fica mais lá no terceiro andar. E aqui são poucas pessoas que trabalham. Trabalha mais pessoal no terceiro do que aqui. Aqui fica mais a parte da exposição do museu, parte da coordenação, organização do museu, administração. Os geólogos a gente não tem nem muito contato com o pessoal.

José: [...] os fósseis do dinossauro, eles montam, aí tem um nome, já bota o nome da identificação das peças, das espécies, os fósseis, o dinossauro, o nome. Também as rochas minerais, cada rocha mineral tem uma qualificação. Então tudo tem um nome mesmo detalhado. Direitinho, organizado.

Daniel: A doutora Célia, ela é curadora. E o doutor Diógenes, eu não sei se ele é da área da astronomia. Eu não sei qual é a área dele. Mas eu sei que ele é uma das pessoas muito importantes aqui dentro. Na área dele. Em outras áreas também. É uma pessoa muito estudada. Vai conversar com ele de várias coisas e tal.

Embora haja um conhecimento apenas parcial do trabalho realizado na instituição, ficou claro nas entrevistas que o trabalho no museu promoveu mudanças em suas relações com a ciência e a apreensão de conhecimentos ligados aos temas que lhes são apresentados durante seu trabalho:

Daniel: [...] Eu achava que ciência era só igual a medicina e tal. Mas eu vejo que a ciência é um leque. Ela abrange várias áreas. Então isso mudou muito o meu ponto de vista.

José: Ah, ampliou a minha visão. Muitas coisas mais interessantes. Coisas mais interessantes, assim, que deixam a gente curioso. E sempre conhecer, ter conhecimento e aprender. [...] Tem uma coisa que a gente conhece da espécie dos dinossauros, o tamanho deles. A estrutura, o que eles faziam, como é que eles se alimentavam. O Angaturama, por exemplo, se alimentava de peixe. Então, tudo isso a gente aprende. É interessante.

Maurício: Não tinha nem muita noção, não. Quando eu cheguei aqui, comecei a ter uma noção. Por causa das pedras, rochas. Vai começando a visitar, vai começando a ter outros pensamentos sobre aquilo. Porque antes eu nem esquentava a cabeça.

O conhecimento obtido, contudo, é sobretudo pela busca ativa dos funcionários no exercício de suas funções, sobretudo os seguranças, que estão constantemente em contato com as exposições. A curiosidade e o interesse pessoal é o que move esses trabalhadores a ler os textos que acompanham as exposições ou ouvir com mais atenção o que um(a) mediador(a) está apresentando para um grupo de visitantes, demonstrando que há um interesse em conhecer melhor as atividades que os rodeiam e como a presença em um espaço de ciência pode despertar novos interesses. No entanto, para alguns entrevistados a presença em

um espaço de ciência não significou necessariamente um maior interesse por assuntos do tema:

Pesquisadora: E você acha que trabalhar num espaço de ciência como a Casa mudou em alguma coisa a sua relação com museus? Te deixou mais interessada(o) ou curiosa(o) para conhecer outros?

Sandra: Não, não. [...] Não tenho parado para prestar atenção não. Quero só fazer o meu ali. Venho focada só nos banheiros mesmo. Se sujou, me chama, vou lá e faço.

Luís: Não. Continua o mesmo, até porque eu não pensava, o que eu pensava era o que eu falei, aquele básico mesmo ali de escola, não é que me aguçou e tinha tanto interesse, então não mudou como continua a mesma coisa pra mim. Não mudou, nem melhorou, nem nada.

É comum pensar que trabalhar em um museu - algo diferente diante dos postos de trabalho mais disseminados - gere um interesse espontâneo nas pessoas que ali estão, mas estas falas demonstram que essa relação não é automática. A partir dos relatos fica evidente que se depender apenas do interesse e iniciativa individual, os museus de ciência perdem parte considerável de um público central na promoção da democratização do conhecimento científico. Certamente o interesse por assuntos de ciência não deve ser imposto ou obrigatório, contudo, sem apresentá-los de maneira adequada, não é possível que essas pessoas os considerem interessantes ou não. Sem a oportunidade de conhecer os debates científicos, não há nem mesmo como recusá-los como objeto de desinteresse.

Esse cenário vai ao encontro de outras pesquisas que apontam para a fragilidade das relações estabelecidas entre as instituições museais e os funcionários terceirizados no âmbito do reconhecimento dos objetivos da instituição e dos vínculos trabalhistas, sem que haja uma integração como público das atividades museais e o estabelecimento de diálogos que ultrapassem o treinamento técnico⁴³. Maria Célia T. Moura Santos (2010, p.103-104) considera esses

⁴³ Cf. Duarte, Rômulo; Abreu, Renata Garanito de; Freitas João Alcantara. "Como você recebe alguém na sua casa?": notas sobre a oficina de hospitalidade com os funcionários terceirizados da Fundação Casa de Rui Barbosa – RJ. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, 15(1), pp. 161-179, jan/jul. 2018; Oliveira, Ana Paula Rocha de. Terceirização e seu impacto nas relações de trabalho: o caso dos museus. In: Soares, Bruno Brulon; Brown, Karen; Nator, Olga (org.). *Defining museums of the 21st century: plural experiences*. Paris: ICOM/ICOFOM, 2018. p.140-146; Pessanha, Wellington Ricardo Ribeiro. *Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST: estudo de caso a partir dos olhares dos funcionários terceirizados*. Monografia (Antropologia) - Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2016; Rangel, Aparecida. TOD@S SÃO TOD@S? *Revista Docência e Cibercultura*, v. 3, n. 2, mai-ago, 2019, p. 350-355; Santos, Bruno Marco Cuel dos. *Visitando o museu pela porta dos fundos: Vigilantes e transportadores de obras de arte e a resignificação do habitus*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Guarulhos, 2015.

funcionários como parte dos “públicos invisíveis” dos museus, “o invisível que é real, que está no interior do museu e fora dele” e que “com a nossa miopia, na maioria das vezes sequer os informamos das ações que estamos desenvolvendo. Entretanto, queremos que estejam bem-apresentados e dispostos a oferecer informações, quando solicitados”.

Não invisíveis, mas invisibilizados pelas dinâmicas de colonialidade que atravessam o museu, a sociedade brasileira e a própria terceirização, esses trabalhadores, no entanto, não deixam de reconhecer a importância de suas funções para o funcionamento dos museus, opondo à invisibilização que lhe é imposta a consciência do valor de suas atividades:

Daniel: Ah, com certeza. Porque a gente aqui faz um pouco de tudo. A gente faz até coisa que não é da nossa área. Por exemplo, carregar as coisas e tal. Então, sem a gente aqui, eu acho que isso aqui seria um lixão. Porque a gente é um pouco de tudo aqui. E a galera, querendo ou não, elas são dependentes da gente, sabe? Então, se não existisse a galera aí, o pessoal estava lascado.

Jorge: Eu acredito que sim, por essa proximidade que nós temos com os servidores, o dia a dia. Eles pedem às vezes algumas coisas para a gente, nós que fazemos abertura e fechamento, questão de acender luz, apagar luz, quadro elétrico, então a gente acaba sendo muito requisitado.

Maurício: Geralmente, em qualquer lugar tem que ter uma segurança. Porque a gente trabalha com o público, é muito complicado. Aqui tem dia que vem trezentas pessoas, tem dia que vem oitocentas, setecentas, novecentas. Aí não ter uma segurança para fazer o controle. Fica muito louco.

Luís: Sim. Fazer a segurança contribui bastante. Se não fosse a segurança, não daria. Pode ter a paz que está, porque existe uma segurança, mesmo que não tenha que fazer nada, mas está expondo ali a segurança e já é alguma coisa que inibe o que pode acontecer futuramente. Esse é o trabalho da vigilância e da segurança. Para inibir o problema futuro, na verdade. O segurança está ali para isso, para não ter o problema. Não é ter o problema e ele tem que resolver, para não ter o problema.

Essas falas evidenciam ainda o reforço de estruturas de desigualdade contido na noção de atividades-meio x atividades-fim e da hierarquização do trabalho promovida pela terceirização, cuja desvalorização é significativamente motivada pelo perfil racial, de gênero e classe dos trabalhadores que ocupam tais funções, especialmente as de limpeza e segurança. Mesmo em um discurso institucional que busque valorizar cada funcionário e cada função de forma igualitária, há que se considerar que a prática está bastante distante da teoria quando a terceirização é parte das modalidades de trabalho adotadas. Tal invisibilização é sentida ainda na

relação com os públicos dos museus: Jorge relata essa sensação na sua função de segurança da Casa da Ciência da UFRJ:

Jorge: [...] O público da Zona Sul é um público complicadíssimo. Porque a gente trabalha diretamente com o público. A gente não é só vigilante, segurança. A gente também controla o acesso. [...] Então, a gente tem um primeiro contato com o público. Porque o pessoal chega e pergunta para a gente onde é a entrada, se é entrada franca. E, realmente, tem alguns visitantes que olham dentro do nosso semblante, do nosso rosto, fingem que não veem a gente e saem entrando. Alguns a gente já faz o filtro, na verdade. A gente já conhece. Na maioria das vezes, quando vem escrito 100% no semblante da pessoa “sou visitante”, a gente deixa passar. E a gente só fica observando de longe se vai entrar no salão. Então, entrou no salão, é visitante e a gente já faz o filtro. Quando não tem nada suspeito, a gente já deixa à vontade. Eu vou especificar o que eu falei. Dá a entender que eles têm dificuldade de comunicação. Alguns estudantes também. Eles têm muita dificuldade de comunicação. Não é medo que tem do segurança. Eu não sei se é vergonha, se é medo de falar [...], mas eles têm muita dificuldade de se dirigirem até a gente e perguntar alguma coisa. Um com licença, um muito obrigado, um bom dia. Isso aí também, aqui é meu primeiro emprego na zona sul, na área. A maioria dos meus empregos eu trabalhei na zona norte. Então, essa diferença eu notei.

Fica nítido em sua fala como alguns marcadores sociais o permitem identificar de forma imediata quem é o “público da zona sul”, uma região composta majoritariamente por pessoas brancas e de classe média alta. Jorge é um homem autodeclarado pardo, morador da zona norte do Rio de Janeiro, e com 4 anos de trabalho na Casa da Ciência. Sua experiência no cargo, somado às suas próprias experiências pessoais, torna-o capaz de identificar quem é parte desse público pelo tratamento dispensado a ele, e a sensação de não ser enxergado por esse público específico incomoda o entrevistado pois ele compreende que parte dessa invisibilização advém de seu lugar como segurança. Mesmo seu posto de trabalho sendo na entrada da Casa, perceptível a todos que ali ingressam, sua presença é ignorada por carregar um conjunto de marcadores sociais historicamente subalternizados pela colonialidade da sociedade brasileira.

Diante disso, podemos compreender o lugar ocupado pelos funcionários terceirizados em museus de ciência a partir do que Patricia Hill Collins (2016) denominou como *outsider within* - ou forasteiro de dentro. Tratando da realidade das mulheres negras estadunidenses no campo da sociologia, a autora apresenta o confronto vivido por essas mulheres ao ocuparem uma posição social de estar dentro e fora de certos espaços ao mesmo tempo:

Por muito tempo mulheres afro-americanas participaram dos segredos mais íntimos da sociedade branca. [...] também cuidavam de suas “outras crianças”, ofereciam importantes conselhos aos seus empregadores e, frequentemente, tornavam-se membros honorários de suas “famílias” brancas. Essas mulheres viram as elites brancas, tanto as de fato como as aspirantes, a partir de perspectivas que não eram evidentes a seus esposos negros ou aos grupos dominantes. Por um lado, essa relação de *insider* tem sido satisfatória para todos os envolvidos. [...] No entanto, por outro lado, essas mesmas mulheres negras sabiam que elas jamais pertenceriam a suas “famílias” brancas. Apesar de seu envolvimento, permaneciam como *outsiders* (Collins, 2016, p.99-100).

Essa condição de ser uma estrangeira dentro do seu meio se dá pelas dinâmicas de desigualdade e dominação que engendram o processo da colonialidade do poder, por meio do qual raça, gênero e classe definem quem será considerado *outsider* ou *insider*. Collins explica como sociólogas negras ocupam posições marginais em ambientes acadêmicos por não compartilharem do mesmo *ethos* sociológico de seus pares, que é branco e masculino (Collins, 2016, p. 99-100). O pertencimento pleno ao grupo como *insiders* é definido pelo compartilhamento de certas experiências, visões de mundo, padrões de vida, de classe social, raça e gênero. Logo, os *insiders* são aqueles que “passaram por experiências similares, dividem uma história em comum e compartilham conhecimentos tomados como certos e que caracterizam o ‘pensar como de costume’” (Collins, 2016, p.116).

Tal situação de pertencer sem pertencimento pode ser enxergada também com os trabalhadores terceirizados. Ao passo que são *insiders* por estarem inseridos no espaço físico e no cotidiano de trabalho dos museus, são ao mesmo tempo *outsiders* pelo próprio funcionamento da terceirização ao colocá-los como funcionários sob contrato externo, legalmente ligado a outro empregador. A exteriorização de atividades característica da terceirização promove também o caráter de exterioridade dos próprios trabalhadores, situação marcada sobretudo pela alcunha de “terceirizado”, pois diferentemente dos outros trabalhadores, “todo mundo tem nome, menos uma determinada pessoa que é chamada de terceirizada. É o terceirizado, a terceirizada, ela perde a identidade, porque ela perde a identidade dela com a empresa” (Mossi, 2019, p.242-243). Referir-se a alguém como “terceirizado(a)” tende a reforçar a sua exterioridade em relação à empresa e aos outros trabalhadores, os quais não são rotulados como “não-terceirizados” ou “contratados diretamente”, apenas como funcionários.

O status de *outsider* é reforçado ainda no espaço museal pela invisibilização

desses trabalhadores enquanto público alvo das políticas de divulgação da ciência e não participação nas atividades museais, ignorados pelo caráter das funções que desenvolvem, ainda que presentes fisicamente da abertura ao fechamento dos museus. Ocupam um entre-lugar marcado pela ambiguidade de, ao mesmo tempo, pertencer e não pertencer à instituição que vivenciam todos os dias, inseridos como trabalhadores, mas não como público de instituições comprometidas com a socialização do conhecimento científico. Assim, esses funcionários estão dentro do museu, mas são externos a ele. Como “forasteiros de dentro”, acabam por vivenciar o museu de formas distintas daquelas experienciadas pelos públicos e por outros trabalhadores, permitindo-lhes a elaboração de outras perspectivas sobre as dinâmicas museais.

Não podemos esquecer que a condição de terceirização limita o alcance do pertencimento pleno como *insiders*, visto suas condições de trabalho precarizadas. Contudo, ser *insider* não é a única maneira de viver o que o museu pode proporcionar enquanto espaço de produção de conhecimento. Patricia Hill Collins aponta como a marginalidade surge também como um espaço de criatividade e produção, sem se limitar à ausência ou negação (2016, p.100-101). O lugar de “forasteiro de dentro” proporciona um ponto de vista particular que pode agregar ou revelar aspectos que não são vistos por outras pessoas. Estar à margem não determina uma condição de passividade ou alienação, mas possibilita a criação de outras perspectivas sobre o museu e o que ele produz.

O lugar de forasteiro de dentro é, por definição, ambíguo, pois revela o caráter de invisibilização a que são submetidos esses trabalhadores, ao passo que se torna também um lugar de comunicação com o museu, desde onde produzem ideias, conceitos e visões a partir daquilo que conseguem captar, seja por sua curiosidade, trocas com os visitantes ou servidores. Refletir sobre o olhar dessas pessoas para a instituição, e sobretudo, como o museu pode dialogar com esses saberes na construção de suas atividades, é de suma importância para a inserção desses funcionários para além do âmbito do trabalho, reconhecendo-os como parte dos públicos a serem alcançados pelos museus de ciência.

A importância desse diálogo fica latente quando observamos as percepções que possuem sobre a ciência e a figura de cientista. Encontramos entre os 9 trabalhadores terceirizados da Casa da Ciência da UFRJ entrevistados para esta pesquisa algumas falas que indicam como a imagem de um cientista homem, recluso, vinculado a laboratórios e jalecos e detentor de uma certa excepcionalidade

ainda se faz bastante presente no imaginário dessas pessoas, cujo maior contato (e em alguns casos, o primeiro ou único) com temas de ciência se dá por seu trabalho na Casa:

Pesquisadora: E como você descreveria um cientista?

Fernanda: É uma pessoa que não é muito, vamos dizer, uma pessoa que não é muito popular. Porque um cientista, para estudar, tem que ter uma cabeça incrível. Então, já é uma pessoa mais fechada. Eu vejo assim.

Patrícia: A imagem que vem é um homem todo de branco, mexendo em uns vidros. Minha imagem é só essa.

Pedro: Grisalho de óculos, de barba. Acho que é isso, grisalho de óculos e barba. Jaleco.

Rogério: Um cara muito inteligente. Muito inteligente. Muito estudioso. Um cara bem especial. Porque um cara que tem a ciência, o cara é especial.

Encontramos falas parecidas também no Museu de Ciências da Terra, quando Daniel, um funcionário da limpeza, descreve a imagem de um cientista como parecida com “o laboratório de Dexter e aquele que faz as meninas superpoderosas, o pai delas. É assim que eu descreveria um cientista. É alto, magro, óculos, sabe? Cabelinho baixinho pro lado, é assim”. O rapaz comenta ainda sobre uma pesquisadora negra que trabalha no Laboratório de Análises Minerais (LAMIN). Para ele, a pesquisadora “foge desse padrão [de cientista], que ela é negra. [...] Eu sei que ela é chefona aqui, lá no LAMIN. Então ela foge desse padrão. E é tipo um orgulho, um orgulho pra mim”.

Isso demonstra como há uma reflexão crítica sobre a imagem de cientista que ele mesmo havia comentado anteriormente, percebendo que o perfil citado não é necessariamente natural ou isento das estruturas sociais de desigualdade que condicionam a sociedade. Ademais, demonstra como o rapaz percebe a presença dessas estruturas dentro do museu e do trabalho científico, pois ele mesmo sendo um jovem negro, reconhece na presença de uma pesquisadora negra e na sua posição de chefia do laboratório um elemento “fora do padrão” e ao mesmo tempo motivo de inspiração e orgulho para ele.

Nesse cenário, é substancial as contribuições de abordagens da História da Ciência para propor reflexões críticas sobre a historicidade da ciência e dos processos científicos, em especial aquelas produzidas a partir de propostas epistemológicas distintas da que sustenta a ciência moderna. Os debates apresentados anteriormente acerca dos processos de mundialização da ciência são um exemplo, pois redimensionam a ideia de imposição absoluta da ciência sobre os espaços coloniais e apontam para movimentos de apropriação e interpretação por

parte dos sujeitos colonizados, bem como a influência dos saberes locais na própria constituição da ciência moderna⁴⁴.

Há, portanto, uma contradição perceptível entre o trabalho terceirizado e a função social dos museus de ciência marcada pelo compromisso com a democratização do conhecimento científico e a inclusão social, o que impõe a essas instituições o desafio de lidar com essa prática de trabalho sem reforçar as dinâmicas de colonialidade e desigualdade que operam sobre os trabalhadores submetidos a esse tipo de contrato de trabalho. Não é um desafio pequeno, dado que a própria natureza do contrato terceirizado impõe à empresa contratante limitações quanto a possibilidade de realizar atividades consideradas externas ao trabalho contratado⁴⁵. Além disso, a ampliação do uso da terceirização no quadro de funcionários nem sempre é uma escolha para os museus, submetidos a hierarquias e dinâmicas que submetem essas e outras instituições às tendências adotadas pela gestão do Estado em caráter geral.

No entanto, esse desafio vem sendo encarado na Casa da Ciência da UFRJ, onde encontramos em sua atual gestão ações que buscam integrar os funcionários sob terceirização como parte dos públicos da instituição, envolvendo todos que lá trabalham. 7 dos 9 funcionários entrevistados relataram ter participado de visitas a exposições antes da abertura oficial para o público externo, bem como terem realizado visitas a outros espaços culturais levados pela instituição:

Patrícia: [...] umas meninas, antes de abrir pro público, chamou a gente, conversou com a gente. Perguntou se tinha alguma dúvida. Aí conversamos. Conversamos sobre, antes da Casa ser a Casa da Ciência, era um hospital, né? Pra cuidar de mulheres tuberculosas. Então, aí foi explicando pra gente. Aí fomos se interessando e fomos conversando. Perdemos até o horário de ir embora [risos] [...]. Aí falou o negócio de onde veio a primeira vacina. Foi muito interessante, eu gostei muito.

⁴⁴ Nesse sentido, destacamos a proposta de Donna Haraway e sua teoria feminista dos conhecimentos situados, na qual propõe um projeto de ciência corporificado, situado e limitado desde uma concepção de objetividade que não é concebida por uma ideia de universalidade e “um olhar conquistador a partir de lugar nenhum” (Haraway, 2023, p.389), mas sim pela perspectiva parcial e responsabilizada. Cf. Haraway Donna J. *A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2023. Ademais, o projeto epistêmico de interseccionalidade de Patricia Hill Collins. Cf. Collins, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.

⁴⁵ Na realização de oficinas voltadas para a integração dos funcionários terceirizados do museu Casa de Rui Barbosa, os pesquisadores relataram a dificuldade de pensar em atividades que pudessem ser executadas sem prejuízo para os trabalhadores, que não poderiam ser retirados de seus postos de trabalho para atividades que não estivessem necessariamente ligadas a execução de seus serviços. A solução foi a realização de oficinas durante o horário de trabalho e dentro das instalações do museu, a fim de ser configurada como treinamento profissional. Cf. Duarte; Abreu; Freitas, 2018.

Rogério: Foi no primeiro dia dessa exposição [...] A gente foi os que inauguramos, mas não é isso que é a palavra certa. A gente foi fazer um grupo pra gente poder conhecer a exposição, como se a gente fosse visitante. Aí eles abriram espaço pra gente poder aprender sobre a vacina e tal, mas foi a primeira vez que isso aconteceu também, e a gente ser convidado pra participar mesmo, na verdade.

Pedro: Às vezes, antes deles abrirem para o público a exposição, quando ela vai iniciar, eles chamam a gente, explicam tudo para a gente. Não só eu, mas como os outros terceirizados também. Essa que está rolando agora, eles fizeram isso. Eles chamaram os mediadores, “a primeira visita vai ser com vocês terceirizados. A primeira aula aqui vai ser com os terceirizados”. Aí a gente juntou todo mundo. Segurança, pessoal da limpeza, do almoxarifado. E explicou tudo para a gente. Aí, no dia seguinte, ela abriu para o público. Então, foi legal.

Reginaldo: Antes, na inauguração de quase todas as exposições, quando tinha evento, a gente era convidado e estava aqui. Como eu te falei, como a gente trabalhava de segunda a sexta-feira, geralmente, as exposições começavam numa terça-feira. Então, ela começava na parte da tarde, aberta ao público. E tinha sempre buffet, essas coisas todas, e a gente estava sempre convidado, a gente estava sempre interagindo aqui.

Fábio: Que nem com essa exposição agora que começou agora sobre o COVID, a gente foi convidado, não só ela, como outras, para participar. Eles explicaram para a gente ter um pouco de conhecimento.

Fernanda: Agora que a gente tá saindo, porque às vezes tem passeio aqui, aí a gente vai com eles. [...] A gente foi, há pouco tempo, lá no antigo Banco do Brasil. Eu achei muito lindo lá, muito lindo.

Esses relatos apontam para o entendimento que há na Casa sobre os funcionários terceirizados como parte do público a ser alcançado pelas atividades da instituição. Ainda que essas ações não tenham ainda alcançado o lugar de uma política institucional organizada como parte do trabalho da Casa, permanecendo restritas ao trabalho dos atuais coordenadores, há um significativo esforço nessa direção.

O relato dos entrevistados demonstra o impacto positivo de tais medidas, contribuindo para uma maior aproximação não apenas com a Casa, mas também com outros espaços de ciência e cultura. Ademais, mostram na prática como o papel de trabalhadores de um espaço museal não implica em qualquer oposição ao direito de acesso ao conhecimento científico, ainda que exercido de maneiras distintas dos públicos visitantes. Pelo contrário: sem as barreiras que os impedem de frequentar outras instituições, pois precisam comparecer ao museu todos os dias para trabalhar, tal acesso deveria ser garantido dentro das possibilidades disponíveis diante do exercício de seu trabalho.

Esse cenário destoa do quadro geral mencionado anteriormente, demonstrando como o trabalho terceirizado não é um desafio intransponível e que

não há um vazio de experiências tão grande quanto se poderia pensar para essa questão⁴⁶. Para estabelecer ações ainda mais efetivas e uma maior compreensão sobre o tema, consideramos que o trabalho terceirizado realizado nos museus de ciência deve ser compreendido sob uma ótica mais ampla que a da inclusão social, conectando-se aos debates sobre a colonialidade que perpassa a instituição museal e as propostas de decolonialidade hoje em discussão no campo museal⁴⁷.

Há um intenso e complexo debate sobre os termos “decolonial” e “descolonização” no bojo dessa discussão. Observando a literatura do tema no campo museal, a aproximação entre as ideias carregadas por essas categorias parece tornar suas fronteiras porosas dentro do debate, predominando um vocabulário difuso que não raramente apresenta os dois termos de maneira associada em um mesmo trabalho. Optamos pelo “decolonial/decolonialidade” a fim de enfatizar a experiência latino-americana no debate, construída a partir do trabalho de autores como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, María Lugones e outros e outras envolvidos na elaboração do grupo Modernidade/Colonialidade⁴⁸.

Tomando-os como base de elaboração de uma epistemologia anticolonial, compreendemos sua heterogeneidade e limitações não apenas para outros contextos fora do continente, como também para as distintas realidades passadas e presentes no interior da própria América Latina. Essa posição não significa a negação de outras propostas anticoloniais, pelo contrário, trata-se de colocá-las em

⁴⁶ Embora não trate de museus de ciência, vale mencionar novamente o trabalho realizado por Aparecida Rangel na Casa de Rui Barbosa. Cf. Rangel, 2016; Duarte; Abreu; Freitas, 2018.

⁴⁷ A bibliografia dedicada a compreender esses debates no campo museológico tem destacado uma série de atividades e movimentos que procuram transformar os aspectos da colonialidade que perpassam os museus, como a curadoria compartilhada de acervos e exposições com membros das comunidades de sentido a quais determinados objetos são originários, como comunidade indígenas e afro-brasileiras. Cf. Cury, Marília Xavier. Circuitos museais para a visita crítica: descolonização e protagonismo indígena. *RITUR*, v. 7, n. 3, p. 87-113, 2017; Oxum, Mãe Meninazinha de; Iansã, Mãe Nilce de; Versiani, Maria Helena; Chagas, Mario. A chegada do nosso sagrado no Museu da República: “a fé não costuma faia”. In: Primo, Judite; Moutinho, Mário C. *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do mundo*. Lisboa: Departamento de Museologia Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2021. Para os museus de ciência, destacamos as ações do Museu Paraense Emílio Goeldi com os indígenas Mebêngôkre e pesquisadores indígenas dentro da reserva técnica do museu. Cf. Sanjad, Nelson et al. Para além do colonialismo: a sinuosa confluência entre o Museu Goeldi e os Mebêngôkre. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 30, p. 1-36, 2022; Lopéz-Garcés, Claudia Leonor; Karipuna, Suzana Primo dos Santos. “Curadorias do invisível”: conhecimentos indígenas e o acervo etnográfico do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 10, n. 19, 2021, p.101-114.

⁴⁸ Em meio aos debates de descolonização e subalternidade que ganhavam força desde a década de 1960, o grupo Modernidade/Colonialidade foi formado em 1998 no intuito de refletir sobre as especificidades da realidade latino-americana no contexto colonial, propondo uma “narrativa original que resgata e insere a América Latina como o continente fundacional do colonialismo e, portanto, da modernidade” e “a importância da América Latina como primeiro laboratório de teste para o racismo a serviço do colonialismo” (Ballestrini, 2013, p.110).

diálogo, pois a abordagem decolonial não é tomada como dogma ou referência absoluta, mas uma posição política e epistêmica desde onde podemos elaborar compreensões iniciais sobre a realidade que se busca transformar.

Nesse sentido, a decolonialidade, entendida como um conjunto de ações, reflexões e projetos políticos pautados pela necessidade de ruptura com a colonialidade que sedimenta a formação de estruturas, instituições e relações fundadas na modernidade e presentes na contemporaneidade, significa para o pensamento museológico “a revisão das gramáticas museais, propiciando que patrimônios e museus possam ser disputados por um maior número de atores, materializando os sujeitos subalternizados no bojo de um fluxo cultural intenso que leve à composição de novos regimes de valor, a partir da denúncia dos regimes de colonialidade imperantes” (Brulon, 2020, p.5).

Uma abordagem decolonial possibilita o aprofundamento das questões sobre acesso e inclusão e permite compreender como a colonialidade participa na manutenção desse cenário de desigualdade alimentado pela terceirização e como ela pode ser enfrentada. Amplia-se o debate para além do acesso e inclusão física no espaço das instituições museais, questionando-se também outros fatores narrativos, expositivos, ideológicos e estruturais que contribuem para uma exclusão ainda mais profunda. O racismo, a desigualdade econômica e de gênero que contribuem para o pouco acesso às instituições também passam a ser identificados nos discursos, ações e práticas internas e cotidianas, tensionando a própria ideia de inclusão e seus limites diante de uma estrutura de colonialidade que não se altera apenas com a integração de novos grupos sociais como visitantes.

Sob essa perspectiva, o olhar dos museus de ciência para os trabalhadores e trabalhadoras sob terceirização deve partir do reconhecimento dessas pessoas enquanto “forasteiros de dentro” e de como explorar suas potencialidades, sem perder de vista a colonialidade do poder que engendra a formação desse lugar específico no interior das dinâmicas museais e os desafios que impõe à concretização de seu papel de socialização e democratização do conhecimento científico.

CAPÍTULO 3

A colonialidade do trabalho terceirizado em museus de ciência: um olhar desde os “forasteiros de dentro” do Museu de Ciências da Terra e da Casa da Ciência da UFRJ

No trabalho com as fontes, o historiador é quase sempre marcado pelo encontro com o inesperado. E realizar uma pesquisa utilizando a História Oral sem dúvidas amplia essa possibilidade, pois não se trata de encarar vidas que um dia já existiram, como no caso das documentações deixadas pelo passado. Mas sim, de pessoas que estão aqui e agora, sentadas à sua frente, muitas vezes hesitantes se devem ou não abrir parte de suas vidas, pensamentos e reflexões a uma pesquisadora desconhecida. É um desafio para quem é entrevistado e para quem entrevista. Ser uma pessoa externa às instituições pesquisadas revelou-se simultaneamente benéfico e desvantajoso; se por um lado os entrevistados poderiam se sentir mais à vontade por não estar conversando com alguém diretamente ligado à manutenção do seu posto de trabalho, de outro o desconhecimento sobre quem era essa pesquisadora que lhes propunha a realização de uma entrevista gerou inicialmente desconfiança e hesitação.

A hesitação diante do convite para conceder uma entrevista foi patente, mesmo entre aqueles que no fim aceitaram participar. O medo de falar “errado” - no que tange ao uso do português e/ou uma resposta incorreta - foi justificativa recorrente. A ideia de que não teriam nada “útil” para falar, mesmo que frisado o interesse da pesquisa em compreender suas opiniões e experiências de trabalho no espaço museal, surgiu como um obstáculo, que apesar de vencido em relação a maioria dos funcionários das duas instituições, ainda resultou em algumas negativas de participação. O medo de perder o emprego ou sofrer algum tipo de punição como consequência de alguma fala ou participação na pesquisa também esteve presente, como o questionamento de um entrevistado sobre a necessidade de citar o nome da empresa terceirizada para a qual trabalhava (o que não foi pedido).

Nenhuma dessas reações foi inesperada, visto o conhecimento sobre o lugar de vulnerabilidade social ocupado pelos trabalhadores no exercício de funções terceirizadas. Não podemos descartar, é claro, questões individuais de personalidade que tornam algumas pessoas mais abertas a realizar atividades do

tipo, enquanto outras se sentem mais desconfortáveis com a ideia de responder questões e ser gravada (mesmo que somente em áudio) no processo. Ademais, foi possível notar que a própria ideia de uma pesquisa acadêmica, especialmente quando a palavra “mestrado” entrava em cena, parecia bastante distante da realidade dessas pessoas.

Vale ressaltar que a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, instituição a qual esta pesquisa se vincula, fica ao lado do Museu de Ciências da Terra, e a poucas ruas de distância da Casa da Ciência da UFRJ. A maioria dos trabalhadores da Casa desconhecia esse fato. Entre os trabalhadores do Ciências da Terra, a existência da universidade era conhecida, mas pouco se sabia sobre o que de fato se fazia além do âmbito da graduação. Em uma conversa fora do momento de gravação da entrevista, um dos seguranças entrevistados me questionou sobre o que era um mestrado, se minha pesquisa era parte de um TCC e como se fazia de fato uma pesquisa a partir das entrevistas que, naquele momento, ainda iria realizar. Foi um momento importante para compreender como cada informação que era passada no momento de convidá-los para a pesquisa era extremamente preciosa para que pudessem compreender o que estava sendo proposto e se poderiam ou não confiar em minha pessoa.

Depois de algumas conversas realizadas previamente às gravações para fins de apresentação do projeto e de minha trajetória enquanto pesquisadora, com a participação das coordenadoras Célia Maria Corsino, do Museu de Ciências da Terra, e Luciane Correia Simões, da Casa da Ciência da UFRJ, que acompanharam e viabilizaram o contato com os trabalhadores de cada instituição, foram recebidos 13 aceites para participação na pesquisa: 4 no MCTER, e 9 na Casa da Ciência (Quadro 1). Cabe salientar que em ambas as instituições as equipes terceirizadas são pequenas, com um maior número de seguranças devido ao rodízio realizado entre os funcionários pela escala 12hx36h adotada, os quais se dividem em turnos diurnos e noturnos. Não foram considerados para a pesquisa os seguranças do turno noturno, visto a existência de limitações impostas pela distância para o deslocamento até as instituições no período da noite.

No Quadro 1, podemos identificar um breve perfil dos entrevistados e algumas informações que indicam a colonialidade e precariedade que permeiam o trabalho terceirizado que exercem. O que se destaca primeiramente é a coerência com o perfil racial e a divisão sexual do trabalho características do cenário de

terceirização apresentado anteriormente. 12 dos 13 entrevistados se declararam pretos ou pardos⁴⁹, e do total de entrevistados 9 são homens e apenas 4 mulheres. Destas, todas estão situadas no setor de limpeza/serviços gerais, e apenas 2 homens exercem essa função. Entre o restante dos homens, 6 atuam como seguranças e 1 no setor de manutenção/almojarifado. A discrepância no número de homens e mulheres entrevistados se dá sobretudo pela divisão sexual do trabalho que concentra as mulheres nas atividades de limpeza, setor que conta com um número menor de funcionárias em ambas as instituições, se comparado principalmente com o de segurança, pelos motivos já mencionados.

O Museu de Ciências da Terra contava à época da pesquisa com apenas uma mulher nos setores terceirizados pesquisados, e esta aceitou ser entrevistada. Na Casa da Ciência da UFRJ apenas uma das mulheres (pertencente ao setor de limpeza) não aceitou participar. Apesar disso, foi perceptível durante as entrevistas uma hesitação maior por parte das mulheres, com respostas mais monossilábicas e a maior necessidade de promover intervenções a fim de estimular que falassem um pouco mais.

Além de questões individuais de personalidade, podemos supor que essa reação das mulheres entrevistadas pode também estar associada ao lugar social de escuta reservado ao gênero feminino, que pode acarretar maior hesitação no momento de se colocar como protagonista da fala, bem como a exigência social de uma postura discreta e contida. Uma postura discreta, aliás, que também é característica das atividades de limpeza que exercem.

⁴⁹ A atribuição de identidade racial foi feita por autodeclaração dos entrevistados, de acordo com as categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): preto, pardo, branco, indígena e amarelo.

Entrevistado(a)	Instituição	Função	Idade	Cor/Raça	Gênero	Bairro/Cidade/Comunidade	Tempo de locomoção p/ o trabalho	Jornada de trabalho	Tempo na instituição	Houve troca de empresa nesse período?
Daniel	MCTER	Serviços Gerais	27	Preta	Masculino	Pereira da Silva (Laranjeiras)	30 min	9h	3 anos	Não
Sônia	MCTER	Serviços Gerais	67	Preta	Feminino	Benfica	2h/2h15	9h	1 ano e 3 meses	Não
José	MCTER	Segurança	59	Pardo	Masculino	Maré	1h/1h20	12x36	19 anos e 7 meses	Sim
Maurício	MCTER	Segurança	46	Preta	Masculino	Lins de Vasconcelos	1h/1h30	12x36	8 meses	Não
Reginaldo	Casa da Ciência	Segurança	59	Pardo	Masculino	Laranjeiras	30/40 min	12x36	29 anos	Sim, oito
Fernanda	Casa da Ciência	Serviços Gerais	55	Pardo	Feminino	Realengo	2h para ir, 3h para voltar	12x36	1 ano e 3 meses	Sim
Luís	Casa da Ciência	Segurança	28	Pardo	Masculino	São Cristóvão	30/40 min	12x36	6 anos	Sim, uma
Rogério	Casa da Ciência	Serviços Gerais	36	Pardo	Masculino	Mesquita	2h	12x36	2 anos e 6 meses	Sim, três
Sandra	Casa da Ciência	Serviços Gerais/Banheirista	46	Preta	Feminino	Mesquita	2h/2h30	9h	2 meses	Sim
Patrícia	Casa da Ciência	Serviços Gerais	42	Preta	Feminino	Jardim América	2h	12x36	2 meses	Não
Fábio	Casa da Ciência	Segurança	51	Pardo	Masculino	Botafogo	20 min	12x36	13 anos	Sim, uma
Jorge	Casa da Ciência	Segurança	43	Branca	Masculino	Jacarezinho	20 min	12x36	4 anos	Sim, uma
Pedro	Casa da Ciência	Manutenção/Auxiliar de Almozarifado	34	Preta	Masculino	Duque de Caxias	2h20/2h30	9h	5 anos	Sim, quatro

Quadro 1: Perfil dos funcionários entrevistados do MCTER e da Casa da Ciência da UFRJ. Fonte: elaboração da autora, 2025.

10 dos 13 entrevistados moram fora da região onde se encontram as instituições que trabalham, dos quais 6 residem na Zona Norte e 1 na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, e 3 na Baixada Fluminense, área que integra a região metropolitana do Rio de Janeiro. Embora sejam distintas, todas essas regiões podem ser consideradas áreas periféricas do ponto de vista socioeconômico e geográfico diante da centralidade da Zona Sul e Centro da cidade do Rio de Janeiro, o que implica em um longo deslocamento realizado pelos entrevistados:

Sônia: Eu acordo 4h da manhã, saio de casa 5h15, 5h16. Eu chego aqui...Às vezes eu chego mais cedo porque eu pego o metrô. Mas quando eu não pego o metrô, eu chego aqui umas 7h, sete e pouca.

Sandra: Saio de casa 4 horas da manhã, pego o trem. Do trem até o ônibus para cá.

José: Venho de ônibus. Eu pego dois ônibus. Eu pego o ônibus da Maré até a Central. E na Central eu pego o 107 que vem pra Urca.

Maurício: Levo de uma hora a uma hora e meia. Dependendo do trânsito. Eu pego duas conduções.

Rogério: Então, eu pego o trem. Lá em Juscelino. Desço aqui na Central. E pego o 415. E desço aqui no Rio Sul. 415 e o trem. Na volta eu pego o 415, ou qualquer um pra Central. E o trem de volta à Mesquita.

Pedro: Tem duas opções, mas o que eu mais utilizo é primeiro eu pego um ônibus, aí eu chego até a estação de trem, pego o trem, venho pra central e da central eu pego mais um ônibus pra cá. Aí ele deixa na porta aqui do outro lado da rua, atravessa aqui e eu chego. São três conduções.

Diariamente, esses trabalhadores enfrentam no mínimo 1h de transporte público, chegando a 3h em alguns casos, para ir e voltar de seu trabalho, o que somado a jornada de trabalho que devem cumprir, deixa nítido o pouco espaço que possuem para atividades de lazer ou de cuidado pessoal. A vida para além do trabalho acaba se tornando especialmente difícil para os seguranças que trabalham também aos fins de semana e feriados, dias em que os museus costumam receber um número maior de visitantes. O cansaço após um longo dia de trabalho persiste especialmente entre as mulheres, que devem ainda cumprir a segunda parte de sua jornada: o cuidado com a casa e com os filhos:

Patrícia: Eu também tenho um filho especial, autista [...] Criança especial ocupa muito do nosso tempo. Toda hora é um banho, toda hora é uma fruta, toda hora é alguma coisa, um remédio. Ele tem 26 anos, mas dá trabalho igual qualquer criança. Se a gente não observar mexe no lixo, come lixo. Então, tem que ter o espaço mesmo, o tempo mesmo.
Sandra: [quando chego em casa] eu tenho que fazer janta pra poder trazer para cá de novo.
Fernanda: [vou] fazer comida.

Embora todos os entrevistados cumpram uma jornada de trabalho maior que a de 8 horas estabelecida em lei, vale destacar o modelo de jornada 12hx36h atribuída às equipes de segurança e parte da limpeza, na qual o funcionário trabalha por 12 horas consecutivas seguidas de 36 horas de descanso ininterrupto. À primeira vista, parece ser uma jornada razoavelmente melhor que aquela de 8 horas diárias (ou 9 horas, no caso de alguns entrevistados da limpeza e manutenção), visto que o trabalhador conta com 36h de descanso antes de retornar para a próxima jornada de trabalho.

Contudo, há uma crescente literatura que aponta para os malefícios dessa prática para a saúde física e mental dos trabalhadores, cuja estafa e cansaço após 12 horas de serviço não são plenamente recuperados após o tempo de descanso e aumentam as chances de ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais devido a noites mal dormidas, rotina desequilibrada e fadiga mental (Filho; Costa; Pereira, 2020; Ventura; Ferreira, 2024). Andressa Alves Ventura e Camyla de Sousa Franco Ferreira (2024, p.10) alertam para consequências como distúrbios de sono e problemas de saúde mental associados a este tipo de jornada, pois “dificulta a recuperação do próprio organismo, que fica privado de sono e em um estado de tensão devido às horas de trabalho contínuas”.

A privação de sono, o cansaço e o estresse cotidiano, especialmente na função de segurança patrimonial, cuja responsabilidade recai sobre os bens e as pessoas que circulam na instituição, “causam depressão e reduzem significativamente a qualidade e a produtividade das tarefas de trabalho do trabalhador” (Ventura; Ferreira, 2024, p.10), afetando também o próprio funcionamento da instituição e a relação entre colegas de trabalho. Afeta igualmente a convivência familiar e social, pois os trabalhadores “geralmente reservam o dia para descansar e, por isso, acabam se ausentando de compromissos familiares, de lazer e sociais” (Ventura; Ferreira, 2024), o que contribui ainda mais para uma vida quase inteiramente resumida ao ato de trabalhar.

A jornada de trabalho de 12hx36h é parte da legislação brasileira desde 1972, quando foi permitida para os trabalhadores envolvidos nas atividades de produção, refino, perfuração, exploração e transporte da indústria petroquímica (Ventura; Ferreira, 2024). Posteriormente, foi estendida para profissionais da área da saúde e vigilância, sob a compreensão de serem atividades que demandam uma presença contínua de trabalhadores em regimes de plantão diurno e noturno. Até a Reforma Trabalhista de 2017, era tratada como uma modalidade excepcional, aplicada somente para contextos específicos como os mencionados, “dado o seu maior grau de lesividade à saúde e segurança do trabalhador” (Filho; Costa; Pereira, 2020, p.2), e mediante negociação coletiva de trabalho ou convenção coletiva.

Por romper com o teto de 8 horas diárias e 44 horas semanais estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (artigo 7º, inciso XIII) e pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT, artigo 59), ao trabalhador era garantido o recebimento em dobro ao trabalhar em feriados, pois que “as 36 horas de descanso devidas ao obreiro não se configuram como compensação de jornada para os dias trabalhados em feriado” (Gomes, 2019, p.59). A legislação admitia ainda a chamada jornada extraordinária, na qual permitia-se a extrapolação do limite de 8 horas diárias e 44 horas semanais “sem que houvesse prejuízos ao empregado [...] e de forma excepcional, o labor por até 10 horas diárias” (Gomes, 2019, p.58) cujas 2 horas extras deveriam ser acompanhadas de adicional mínimo de 50%.

A jornada de 12hx36h, porém, não foi compreendida como cabível nessa situação, mesmo acrescida de 4 horas extras. A 11ª e 12ª horas são entendidas “como hipótese de horas extras de caráter compensatório (onde essa compensação é realizada nas 36 horas de descanso subsequentes à jornada)” (Gomes, 2019,

p.58), não sendo pago o adicional mínimo de 50%. A Reforma Trabalhista piorou um cenário que já era desfavorável aos trabalhadores: ela passa a permitir o uso indiscriminado da jornada 12hx36h em qualquer tipo de atividade, retirando o pagamento em dobro pelos dias de feriado trabalhados, o adicional noturno de 20% e permitindo a adoção dessa modalidade a partir de acordo individual (entre empregado e empregador) por escrito, sem a mediação ou fiscalização dos sindicatos e em condições insalubres sem a licença prévia de autoridades em saúde e segurança do trabalho (Filho; Costa; Pereira, 2020). Possibilitou ainda que os descansos intrajornada pudessem ser suprimidos se remunerados, ampliando significativamente a extenuação do trabalhador.

A adoção da jornada por acordo individual, sob a lógica do “negociado sobre o legislado” que marcou a tramitação da reforma, aumenta “o desequilíbrio da relação de trabalho, já que não há igualdade substancial entre os sujeitos que a integram e, com tal flexibilização, permitiu-se maior sobreposição dos interesses do detentor do poder econômico, o empregador, em desfavor do empregado” (Filho; Costa; Pereira, 2020, p.3). Mesmo contrário à jornada 12hx36h, o trabalhador que “negocia” com o patrão se vê obrigado a adotá-la a fim de manter seu emprego. Há na legislação o entendimento de que as 36 horas disponibilizadas para descanso compensariam os direitos retirados, visto a maior disponibilidade de tempo livre em comparação aos trabalhadores que cumprem uma jornada de 8 horas diárias.

Porém, entre parte dos entrevistados para esta pesquisa, o tempo de descanso é redirecionado para o exercício de outras atividades remuneradas, para fins de complementação de renda. Dois segurados entrevistados relataram trabalhar em seus dias de folga, utilizando seu tempo fora do museu para buscar outras fontes de renda:

Jorge: Eu tenho outro emprego, trabalho com a moto. Já saio daqui trabalhando. Vou em casa só pra guardar a mochila. Complemento de renda. Eu faço aplicativo.

Maurício: É porque eu trabalho como vigilante, mas faço biscate de pedreiro, faço um montão de coisa.

Ambos trabalham das 7 horas da manhã às 19 horas da noite, entrando no serviço cerca de 2 horas antes da abertura dos museus em que trabalham. Após essa jornada, precisam ainda encarar outras atividades laborais, já no mesmo dia, como é o caso de Jorge, ou nos dias de folga, como Maurício. O trabalho formal

como segurança é acompanhado de outra ocupação informal, do “biscate” ou dos “bicos”, colocando esses trabalhadores simultaneamente no mercado formal e informal de trabalho.

Esse cenário demonstra como a jornada 12hx36h aprofunda de maneira significativa os aspectos de precariedade já constitutivos da terceirização, levando esses funcionários a trabalharem de maneira quase ininterrupta em diferentes atividades a fim de garantir o seu sustento. É Maurício quem nos conta a principal razão desse cenário:

Maurício: Primeiro, o salário. Salário, primeiramente, totalmente diferente. Uma empresa terceirizada te paga tipo dois mil, dois mil e pouquinho, recebe cinco. Se você tivesse sendo contratado diretamente, conseguiria até receber bem melhor.

A redução dos salários de funcionários terceirizados em relação àqueles de trabalhadores contratados diretamente é um dos principais efeitos da terceirização. Segundo Lara Campoli e Graziela Serroni Perosa (2022, p.5), os trabalhadores terceirizados recebem, em média, 23,4% a menos, com variações que podem chegar até 52% do salário dos contratados diretamente a depender do setor econômico (Antunes; Druck, 2015). A esses funcionários não cabe outra opção além da procura por outra fonte de renda, geralmente informal, e no caso daqueles contratados sob a jornada de 12hx36h, aproveitando o “benefício” das 36 horas que deveriam ser destinadas ao seu descanso. O único fator supostamente positivo argumentado por quem defende a implementação desse tipo de jornada não se sustenta diante da realidade de profunda desigualdade salarial e insegurança financeira que permeiam a terceirização.

Retornando à fala de Jorge, vale nos atentarmos a um importante detalhe: seu complemento de renda é através de trabalho por aplicativo. Ele não é o único a relatar essa situação, ocorrendo o mesmo com Daniel, trabalhador da limpeza:

Daniel: Há pouco tempo eu voltei a estudar. Eu estudo no EJA, um projeto muito bacana que a galera tem. E daí eu chego em casa, faço algumas coisas e vou pro EJA. Aí vai ter a prova agora do ENCCEJA, eu vou tentar fazer para concluir tudo e voltar à minha rotina que era capoeira, dedicar a vida mais ao esporte. Quando não é isso, eu estou trabalhando no iFood. Eu saio daqui e vou pro iFood. Quando tem, sei lá, um feriado que vai ter na escola também, eu trabalho à noite.

Daniel trabalha de 7 horas da manhã às 16 horas da tarde, também utilizando parte de seu horário de descanso para complementar a renda. O trabalho em plataformas digitais é outra face do cenário de precarização do qual a terceirização faz parte, desempenhando um papel central nas novas formas de acumulação do capitalismo contemporâneo. As novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) proporcionam a criação de “novos espaços produtivos, cada vez mais conectados com as plataformas digitais e com o mundo dos algoritmos [...] introduzindo cada vez mais um maquinário altamente avançado, capaz de potencializar exponencialmente a utilização da força de trabalho” (Antunes, 2023, p.517). A flexibilização do mercado de trabalho e das regulamentações trabalhistas são pontos essenciais para o avanço dos interesses de corporações globais que buscam enfraquecer a pouca proteção social existente para os trabalhadores em prol da geração de lucros e diminuição de custos.

O Ifood, citado anteriormente pelo entrevistado, bem como a Uber são casos emblemáticos de “como as plataformas atuam, interagem e alteram o mosaico que compõe a nova morfologia do trabalho” (Antunes, 2023, p.518), denominada por alguns autores como “uberização do trabalho”, na qual cria-se um cenário ainda mais desfavorável, instável e desprotegido para os trabalhadores. Sob o discurso do “empreendedorismo”, essas e outras empresas mantém trabalhadores “frequentemente contratados à margem da legislação protetora do trabalho, sob o pretexto de serem ‘prestadores de serviços’” (Antunes, 2023, p.519), sem jornada de trabalho ou remuneração definidas e garantidas e que arcam sozinhos com todos os custos e meios necessários para a realização dos serviços oferecidos nas plataformas digitais mantidas pelas empresas: manutenção do carro, bicicleta ou moto, *bags* com o logotipo da empresa para o transporte de mercadorias, alimentação, vestuário, gasolina, seguro do veículo, limpeza, celular e internet.

Além de fornecer sua força de trabalho, o trabalhador é responsável por gerar o capital necessário para a manutenção de seu próprio trabalho, e enquanto isso, “o ‘aplicativo’ se apropria do sobretrabalho gerado pelos serviços dos/das motoristas, sem que se contemplem os deveres trabalhistas vigentes nos países onde a ‘plataforma’ opera” (Antunes, 2023, p.519). A ideia vendida por essas empresas, com significativa ajuda da mídia, é a de que o trabalho que oferecem é sinônimo de autonomia, liberdade, flexibilidade de horários e rentabilidade, no qual os trabalhadores se transformam “em empreendedores, que devem imaginar seu modo

de vida como uma forma de empresariamento, uma espécie de burguês-de-si-próprio” (Antunes, 2023, p.521). Por trás disso, estão

[...] jornadas extenuantes; trabalho sem repouso semanais ou férias; rendimentos inferiores ao salário mínimo (sobretudo no caso dos entregadores em bicicletas); abandono por parte das empresas em casos de acidentes e adoecimento; endividamento para custear os instrumentos de trabalho e para suportar os riscos transferidos pelas empresas; submissão a punições arbitrárias e desligamentos em caso de não atendimento das exigências empresariais; exposição a retaliações em caso de adesão a greves e organizações coletivas (condutas antissindiais); ausência de estrutura adequada para alimentação, repouso; e, durante a pandemia da covid-19, ausência de condições sanitárias elementares (Filgueiras; Dutra, 2021, p.5).

A precarização é embalada em um discurso que projeta a mentalidade e subjetividade empresarial e gerencial para que os trabalhadores se sintam chefes de si próprio, disfarçando a superexploração a que são submetidos sob a promessa do trabalho autônomo. No entanto, as empresas via algoritmos “comandam e controlam os tempos, os ritmos e as atividades realizadas, sempre com mais intensidade e com metas a serem diariamente superadas” (Antunes, 2023, p.525), impondo punições e o desligamento sem aviso prévio em caso de descumprimento das regras e metas estabelecidas pelas plataformas.

A principal estratégia dessas empresas é promover a ideia de que os trabalhadores são “prestadores de serviço” ou “colaboradores” como forma de negação das relações de trabalho e do assalariamento, “pois sob a aparência de maior autonomia (eufemismo para burlar o assalariamento e efetivar a transferência dos riscos), o capital busca, de fato, ampliar o controle sobre o trabalho para recrudescer a exploração e sua sujeição” (Antunes; Filgueiras, 2020, p.29).

Nega-se o vínculo empregatício a fim de deixar a cargo do trabalhador todos os riscos envolvidos na tarefa de transportar mercadorias e passageiros diariamente, apresentando o argumento “de que trabalhadores/as realizam as atividades ‘apenas’ quando querem e onde querem” (Antunes; Filgueiras, 2020, p.32). A autonomia é uma ilusão que encontra no desemprego ou no insuficiente salário de outro trabalho também precarizado uma porta de entrada para milhares de trabalhadores, como Jorge e Daniel. No encontro entre a terceirização e a “uberização” do trabalho, essas modalidades se retroalimentam como novas formas de gestão do trabalho que “colaboram para que a exploração do trabalho seja

progressivamente intensificada, reduzindo os limites socialmente impostos a essa exploração” (Filgueiras; Dutra, 2021, p.2), em um cenário no qual o emprego formal, mais do que nunca, não garante qualquer segurança ou possibilidade de gozar a vida fora da lógica do trabalho.

Ambas são práticas que se complementam e agudizam “cada vez mais o fim da separação entre o tempo de vida no trabalho e fora do trabalho. Cada vez mais os trabalhos se estendem para a totalidade do dia e invadem a noite [...] ampliando ainda mais a disponibilidade integral para o trabalho” (Antunes, 2023, 522). Uma disponibilidade que não é voluntária ou desejada, mas que se impõe diante da necessidade de sobrevivência individual ou familiar. Como na terceirização, a uberização vale-se da colonialidade da organização do trabalho já existente para aprofundar os níveis de exploração do trabalho, afetando especialmente pessoas negras: segundo estudo do IPEA (2021), “entre entregadores(as), 59,2% são negros(as); entre motoristas, 60%” (Queiróz; Souza; Reginaldo, 2024, p.13).

Os jovens são parte significativa desse contexto, para quem a inserção laboral parece quase indissociável da precarização. Segundo Raquel Nascimento Coelho e Cássio Adriano Braz de Aquino (2009, p.279), o aprofundamento das formas de precarização do trabalho transformaram a situação desse grupo no acesso a empregos, os quais passam a inserir-se no mercado de trabalho “com contratos de trabalho atípicos ou mais flexíveis, em tempo parcial, por tempo determinado, temporários e com subcontratação, ou formas mais débeis de vinculação”. A trajetória de Daniel, nosso entrevistado mais jovem, com 27 anos, vai ao encontro desse cenário.

Sua primeira experiência com carteira assinada foi a terceirização, aos 24 anos, ao ser admitido no Museu de Ciências da Terra. Antes disso, passou apenas por trabalhos na informalidade. Apesar de reconhecer e valorizar a diferença entre um emprego CLT e a informalidade, Daniel se mostra reflexivo sobre sua trajetória no mercado de trabalho e o tempo que demorou para conseguir se inserir no mercado formal:

Daniel: Nunca trabalhei como CLT, é a primeira vez. Para mim, a minha idade, para mim não é bom. Ao mesmo tempo é bom porque é um dinheiro que me ajuda, mas ao mesmo tempo eu me sinto um pouco infeliz. Não que eu não tive oportunidade, eu tive muita oportunidade. Mas eu não abracei, porque eu sempre, na minha juventude, eu quis ter as minhas coisas. Eu sempre tive, mas nem tudo minha família podia me dar, então eu tive que

correr atrás. Então, às vezes, eu fico pensando o que eu poderia ter feito, mas ainda dá tempo de correr atrás. Então, é uma briga constante comigo mesmo. Então, falar para você que eu estou feliz aqui, eu não estou feliz aqui, eu não gosto, entendeu? Mas é o que tem agora.

A minha mãe e a minha família, por parte de pai, são de Miguel Pereira. E minha família, por parte de mãe, é aqui do Rio de Janeiro. Então, eu sempre tive essa vivência entre o campo e a cidade. Então, teve um período que minha mãe, com medo, porque o tráfico estava muito forte lá onde eu moro. E muitos amigos entraram para essa vida [...] com 11 anos de idade, minha mãe me mandou pra Miguel Pereira. Aí eu tive a vivência do campo. Lá meus tios são agricultores, uns trabalham com gado. Eu aprendi, aí eu comecei a trabalhar com eles. Então, eu comecei a trabalhar cedo. Não porque minha família precisava, não. Foi uma atitude minha, entendeu? Mas sempre com o incentivo de estudar. Não, você tem que estudar e tal. Só que eu sempre quis trabalhar. E daí lá também, foi lá que eu conheci a capoeira. Então, eu voltei pra cidade com 15 anos. Voltei pra cá, comecei a trabalhar na van [...] não era carteira assinada também. Aí tive uma oportunidade de fazer um extra natal quando a van foi apreendida e não tinha mais van pra trabalhar [...] fiquei seis meses trabalhando lá. Foi uma experiência boa. Foi contrato, mas não foi carteira assinada.

Dentre todas as entrevistas realizadas, Daniel foi aquele que mais transpareceu frustração com a função que ocupa. Não por entendê-la como inferior ou por desgostar do espaço onde trabalha, mas sim por compreender a precarização do trabalho que exerce e todos os obstáculos impostos a ele como um jovem negro que o levaram a estar onde está. Na clareza de suas falas, especialmente quanto às questões raciais, está um jovem ciente de todo o potencial que carrega e o porquê de não conseguir realizá-lo plenamente. Ao mesmo tempo, responsabiliza a si mesmo por essa situação, demonstrando a ambiguidade e os conflitos que se impõe entre as suas atitudes individuais e o reconhecimento de que elas não são o principal determinante frente a um sistema estruturado contra pessoas como ele.

Como dito anteriormente, o emprego formal não garante a ausência de precarização, especialmente no caso do trabalho terceirizado. Sem negar todos os elementos que tornam a terceirização uma nova modalidade da precariedade e da colonialidade que estruturam os mundos do trabalho contemporâneos, devemos, contudo, matizá-la no quadro mais específico de algumas experiências individuais, como a de Daniel. Mesmo precarizada, a terceirização foi sua primeira experiência com carteira assinada e acesso a direitos trabalhistas, ainda que de forma instável. Com todos os problemas que envolvem o trabalho terceirizado, esse se mostrou o meio disponível para a busca pelo emprego formal, registrado e legalmente

protegido, diante de outras experiências de trabalho que não possuíam quaisquer garantias.

Por sua vez, a terceirização ser essa porta de entrada para o trabalho formal demonstra a fragilidade do atual mercado de trabalho brasileiro na oferta de condições dignas de trabalho, especialmente às mulheres e à população negra, que permanecem enfrentando dificuldades no acesso a empregos que garantam qualidade de vida e precisam ocupar trabalhos precarizados para conseguir sobreviver. Ademais, a ambiguidade que perpassa essa modalidade de trabalho ao ser simultaneamente melhor que experiências de trabalho informal, pois registrada em carteira, e ainda sim ser marcada pela precarização ao não garantir de fato acesso a todos os direitos disponíveis aos trabalhadores.

Essa ambiguidade complexifica o quadro de experiências de trabalhadores sob contrato terceirizado, que não pode ser resumido a dicotomias ou simplificações quando observamos o que esses trabalhadores têm a dizer. É aqui que a expectativa da pesquisadora que entrevista se confronta com a realidade dos entrevistados: depois de amplas leituras sobre precarização e terceirização, não era esperado ouvir relatos que pusessem em pauta as nuances trazidas por quem de fato vive essa experiência. Especialmente quando se trata do contexto brasileiro e do perfil dos trabalhadores aqui participantes. Além de Daniel, algo ainda mais significativo nesse sentido está presente na fala de Sandra, outra funcionária do setor de limpeza:

Sandra: Eu prefiro mais aqui [na Casa da Ciência] porque casa de família a gente vai na segunda e volta na sexta. E aqui a gente tem a oportunidade de ir embora todo dia.

Antes de trabalhar sob contrato terceirizado, Sandra exerceu o trabalho doméstico remunerado, que até 2013, não era reconhecido como vínculo empregatício e equiparado às demais categorias laborais no que tange ao acesso aos direitos trabalhistas por parte das empregadas domésticas. É somente a partir da Emenda Constitucional n. 72 de 2013, referendada posteriormente na chamada “PEC das Domésticas” (Lei n. 150/2015), que se tem o reconhecimento dos direitos trabalhistas dessas trabalhadoras, estendendo a elas a proteção garantida pela Consolidação das Leis Trabalhistas e o reconhecimento de sua relação de emprego. Com isso, foram assegurados “direitos mínimos como controle de jornada de oito

horas diárias e 44 horas semanais, remuneração pelo serviço extraordinário, compensação de horas extras, proibição de trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de 18 anos, entre outros direitos” (Abreu, 2021, p.58).

Apesar disso, o trabalho doméstico remunerado permanece significativamente precarizado, atravessado pela informalidade (três em cada quatro trabalhadoras não possuem carteira assinada), pelo baixo acesso ao serviço de previdência social, baixas remunerações, jornadas de trabalho acima das 44 horas estipuladas pela lei e pela discriminação social, racial e assédio moral e sexual (Faria, 2024). O descaso com as trabalhadoras domésticas se dá sobretudo pelo forte resquício do regime escravocrata que permeia o trabalho doméstico no Brasil, o qual “fora associado à tradição escravocrata devido à prática corriqueira de venda e aluguel de escravos para trabalhos domésticos” criando no imaginário social a representação “de uma atividade laboral interligada à escravidão [...] e, por conseguinte, a interligação do trabalho doméstico à população negra” (Abreu, 2021, p.59), e mais especificamente, à mulher negra.

Lélia Gonzalez (2020) afirma como a figura da mucama, a escravizada negra responsável pelos serviços domésticos que liberava a mulher branca da casa-grande de tais tarefas, é central na construção do lugar da mulher negra na sociedade e no imaginário brasileiros. Dela surge a mulata, objeto sexual do senhor branco, hipersexualizada na afirmação do mito da democracia racial que ocorre no rito carnavalesco, esse “instante que a mulher negra se transforma única e exclusivamente na rainha [...] em sua máxima exaltação [...] devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la” (Gonzalez, 2020, p. 71). Por sua vez, emerge também a empregada doméstica, “o outro lado do endeusamento carnavalesco [que] ocorre no cotidiano dessa mulher” (Gonzalez, 2020, p.71), demarcando a realidade de seu lugar de subalternidade e exploração cotidianas.

Para a autora, a empregada doméstica “nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (Gonzalez, 2020, p.73). A colonialidade inerente ao trabalho doméstico remunerado se reflete na divisão racial e sexual que historicamente engendra essa prática no Brasil: cerca de 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico remunerado são mulheres, das quais 67,3% são negras (Faria, 2024, p.7). Em relação às trabalhadoras brancas, as mulheres negras

recebem salários ainda piores, possuem menos direitos e enfrentam maior desvalorização social. Ademais, a desigualdade de classe permite às mulheres de classe média e alta o repasse das atividades domésticas para aquelas de renda mais baixa, que por razões econômicas precisam exercer o trabalho doméstico remunerado fora do domicílio juntamente ao não remunerado em sua própria casa (Sanches, 2009).

Com isso, há o reforço da divisão sexual do trabalho que impõe às mulheres a responsabilidade com as atividades domésticas, mas recaindo com maior força sobre mulheres negras e pobres. A alta incidência de trabalho escravo doméstico, cujas maiores vítimas são mulheres negras, consolida um cenário de significativa precarização e vulnerabilidade para essas trabalhadoras (Haddad; Miraglia; Oliveira, 2025).

Sandra foi uma dessas mulheres negras ocupadas no trabalho doméstico remunerado até iniciar seu trabalho como funcionária sob contrato terceirizado. A situação que relata, na qual precisava dormir na “casa de família” onde trabalhava e voltar para sua própria casa apenas nos fins de semana, é corriqueira entre muitas empregadas domésticas, seja pela distância do percurso entre casa e trabalho, seja por exigência da patroa ou patrão.

Além de favorecer a extensão da jornada de trabalho, pois a trabalhadora fica a disposição da família 24 horas por dia, esse tipo de conduta favorece a ideia da trabalhadora doméstica como alguém “quase da família” ou “como se fosse da família”, na qual as trabalhadoras “são despersonalizadas de sua característica de trabalhadoras detentoras de direitos e ‘acarinhas’ como ‘membros da família’” a fim de amenizar e camuflar “uma relação precária, com baixa remuneração, violação de direitos trabalhistas e maior sujeição à exploração” (Abreu, 2021, p. 60).

Para Sandra, a terceirização foi a saída encontrada para fugir desse cenário. Para ela, seu trabalho na terceirização é melhor, pois assim pode ir para casa todos os dias, sem precisar renunciar ao cuidado e companhia dos seus entes queridos, ainda que precise sair de casa diariamente às 4 horas da manhã e enfrentar um percurso de aproximadamente 2 horas e 30 minutos para ir e voltar de seu local de trabalho. Entre a precarização a qual era submetida como empregada doméstica e aquela enfrentada como funcionária terceirizada, o simples ato de retornar à sua própria casa e à sua família traz à terceirização um saldo positivo, demonstrando novamente a ambivalência do trabalho terceirizado quando posto em perspectiva

diante de outras formas de trabalho já ocupadas por esses trabalhadores. Novamente, a terceirização caminha *pari passu* à outras formas de trabalho precarizado, e se torna “melhor” na visão de alguns trabalhadores ao proporcionar certos direitos, que mesmo mínimos e respaldados por lei, não eram acessados anteriormente.

Outra entrevistada que compartilha da experiência no trabalho doméstico remunerado é Sônia, também uma mulher negra, que relatou ter trabalhado em “casa de família” a partir dos oito anos de idade. O trabalho doméstico infantil está longe de ser uma prática incomum, mantida sobretudo pela desigualdade racial e social que leva meninas a serem entregues pelos pais para trabalhar na casa de famílias com maior poder aquisitivo “sob a alegação de que seriam criadas e teriam acesso à educação formal e melhores condições de vida” (Bernardino-Costa, 2015, p.152). A realidade, no entanto, é o trabalho extenuante, não remunerado ou mal pago e a perda da infância. Sônia relata ainda ter começado a trabalhar em firmas de limpeza aos 14 anos, informação sobre a qual não forneceu muitos detalhes, mas deixou claro como o trabalho precarizado fez parte de sua realidade desde muito cedo. Outra vez mais, a terceirização foi a sua porta de entrada para o mercado de trabalho formal.

Os relatos de Daniel, Sandra e Sônia apontam para as nuances das variadas formas de trabalho precarizado e a amplitude da colonialidade do trabalho existentes no contexto brasileiro. Sobretudo, demonstram como essas modalidades de trabalho costumam coexistir na vida de diversos trabalhadores, que em busca de garantias mínimas de vida e dignidade, precisam se lançar a diversas formas de trabalho ao mesmo tempo, visto que poucas delas por si só são capazes de assegurar qualidade de vida. No acúmulo dessas funções, porém, o objetivo almejado torna-se ainda mais distante e a precarização aprofundada. A terceirização aparece nesse cenário de forma singular: é uma prática de trabalho registrada em carteira, o que, em tese, assegura a proteção do trabalhador e seu acesso aos direitos trabalhistas, e o coloca no mercado de trabalho formal, e ao mesmo tempo contribui para a manutenção da situação de precariedade.

A expectativa da carteira assinada como trabalhador celetista, que por muito tempo representou certo grau de estabilidade, segurança, direitos e respaldos legais, é confrontada com a realidade da dificuldade de acesso e violação dos direitos trabalhistas, instabilidade, rotatividade, insegurança e desvalorização

constantes. A constante troca de empresas terceirizadas é parte significativa dessa realidade. Entre os funcionários entrevistados, 9 relataram ter passado por diferentes empresas no período de seu trabalho nos museus pesquisados. A maior rotatividade foi com Reginaldo, segurança que está há 29 anos na Casa da Ciência da UFRJ, tendo passado por 8 empresas nesse período. Porém, mesmo em tempos de serviço menores, há uma significativa troca nas empresas contratadas: Rogério, entrevistado da limpeza, passou por 3 empresas em 2 anos de serviço, e Jorge, entrevistado da manutenção, por 4 empresas em 5 anos.

A alta rotatividade de empresas terceirizadas contribui significativamente para a não garantia dos direitos trabalhistas, pois além da incerteza da manutenção de seu emprego na troca dos contratos, “a empresa contratada, muitas vezes antes de completar um ano de serviços prestados, declara falência e rompe o contrato, sem pagar os direitos trabalhistas, e os mesmos trabalhadores são contratados por outra empresa terceirizada que a substitui” (Druck; Sena; Pinto; Araújo, 2018, p.125). Na transição de uma empresa para outra, o trabalhador recontratado sofre a perda de direitos elementares, como o direito a férias, visto que ao ser contratado por uma nova empresa o seu tempo de serviço anterior não é contabilizado. Mesmo que consiga assegurar o emprego (o que nem sempre ocorre), as perdas para o trabalhador não deixam de existir.

Outro fator a destacar é a possibilidade da empresa terceirizada trocar o funcionário de posto à sua revelia e sem qualquer aviso prévio, impondo a esses trabalhadores a constante incerteza sobre onde estará no dia seguinte. Esse ponto foi percebido durante a própria pesquisa: em um dia de visita para marcar a entrevista de um segurança que já havia aceitado participar da pesquisa, fui surpreendida com a notícia de sua mudança de posto para outra instituição. Sem aviso, um funcionário que estava há apenas 3 meses na instituição foi remanejado para outro local por decisão unilateral da empresa terceirizada, necessitando mudar toda sua rotina de deslocamento e trabalho sem qualquer consulta prévia.

Essa instabilidade se reflete em vários âmbitos do trabalho terceirizado, especialmente na questão salarial, como relata o segurança Reginaldo:

Reginaldo: [...] quando você trabalha em uma empresa que ela te gera o teu salário, ela diretamente te gera o teu salário, entre aspas, é um pouco mais cômodo para você. Quando você trabalha terceirizado, você é contratado por uma empresa, que o setor público paga essa empresa para que a empresa te repasse o teu salário. E isso, às vezes, gera algum

problema. Porque muitas das empresas, o que elas fazem? Principalmente na questão do trabalho público. Quando você trabalha para o trabalho público. Não para o trabalho, tipo Petrobras, não tem esse problema porque tem renda própria. Quando não tem renda própria, que não é instituto, o instituto não paga diretamente a empresa, a universidade e alguns locais têm que receber o dinheiro vindo da UFRJ, vindo do governo federal, vindo para a UFRJ e a UFRJ repassa esse dinheiro. Então fica mais complicado, porque as empresas te cobram o teu serviço. Elas cobram o teu serviço. Mas quando ela tem que te pagar o teu ordenado, no caso, o teu pagamento, ela diz que o terceirizado não pagou. O contratante, aliás. Que o contratante não pagou. Então isso gera um desconforto, porque você é empregado da empresa. Quando ela tiver que receber multas, essas coisas todas, ela vai receber. Você não vai ter participação nos lucros. Essa é a complicação. Esse é um diferencial que tem.

Além da desigualdade salarial, a terceirização implica em momentos de incerteza em relação ao recebimento do salário, colocando o funcionário constantemente sob tensão por não saber se haverá ou não problemas no dia do pagamento. Para além dos obstáculos propriamente materiais que essa situação impõe, como o atraso no pagamento de contas, a falta de comida ou dinheiro para custear o deslocamento até o trabalho, há também um sofrimento subjetivo e pessoal que se impõe para esses trabalhadores, os quais enxergavam no trabalho de carteira assinada uma possibilidade de garantias mínimas para o presente e, sobretudo, para o futuro. Com a inconstância propiciada pela terceirização, a segurança prometida pelo trabalho de carteira assinada é frustrada e a capacidade de planejamento de futuro também é abalada, especialmente quando o(a) trabalhador(a) é responsável pelo sustento (parcial ou total) da família, visto que o risco de ficar sem salário ou sem emprego faz parte do seu cotidiano.

O estresse, a tensão e o medo decorrentes dessa situação impactam diretamente na saúde física e sobretudo mental desses trabalhadores, que somados às longas jornadas de trabalho, ao trabalho doméstico não remunerado e aos “bicos” que fazem fora do período de trabalho formal, contribuem para um significativo esgotamento físico e mental. A precarização atravessa a totalidade da vida desses trabalhadores, na qual as formas de sujeição, dominação e exploração pelo trabalho atingem “tanto a dimensão física da força de trabalho, como a dimensão psicossocial, por meio de doenças como a depressão, a ansiedade e o stress” (Gois, 2025, p.8). Sobretudo o medo do desemprego “dissolve o sujeito e a subjetividade humana”, pois através dele “o trabalhador consente maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas, por exemplo” (Alves, 2006, p.95) como a sua própria saúde e bem-estar.

Cabe ressaltar que as condições precarizantes das relações entre empresa terceirizada e funcionários afetam também a dinâmica dos museus nos quais esses trabalhadores estão inseridos. No Brasil não há, por exemplo, empresas especializadas em vigilância de museus, ainda que essa seja uma função quase totalmente terceirizada nos museus públicos brasileiros (Santos, 2015). O mesmo vale para as equipes de limpeza e manutenção. Os trabalhadores alocados, em geral, possuem pouco ou nenhum contato com as práticas museológicas e seu universo conceitual, mesmo quando em contato direto com objetos de acervos em exposição. Não há qualquer tipo de treinamento por parte das empresas terceirizadas, visto que as próprias não possuem conhecimentos na área.

Como o vínculo empregatício, legalmente, é entre o funcionário e a empresa terceirizada, esta é a responsável por qualquer tipo de treinamento, orientação ou capacitação necessária para o exercício dos serviços que oferecem por meio dos trabalhadores. Na prática, no entanto, essa função é passada indiretamente para as instituições contratantes. Esse cenário é reafirmado nas entrevistas realizadas, cujos entrevistados relataram não ter recebido qualquer tipo de orientação para o trabalho em museus por parte da empresa terceirizada, ou mesmo informações mais detalhadas sobre para qual instituição iriam e o tipo de trabalho realizado por ela.

O cenário comum surgido a partir dos relatos é a orientação de suas atividades por algum funcionário do museu, geralmente um servidor público, que apresenta a instituição e suas demandas. Segundo Druck et al (2018, p.126), a orientação por parte da empresa contratante é fato constante tanto no setor público quanto no privado. Contudo, trata-se de uma irregularidade “muito comum na terceirização [...] pois implica a subordinação do empregado à contratante, o que caracteriza vínculo empregatício”.

Entre os seguranças entrevistados, foi comum a experiência de trabalhos anteriores na área em ambientes bastante distintos do museu, como hospitais e bancos. Embora a função do segurança em qualquer ambiente seja centrada na ideia de proteção, vigilância e manutenção da ordem, o museu impõe outras questões particulares como o contato e recepção de diferentes públicos, ônibus escolares, grupos numerosos (principalmente de crianças) que requerem modos variados de tratamento e posicionamento por parte do funcionário. As entrevistas demonstraram que boa parte desse *modus operandi* é aprendido na prática,

principalmente pela troca de experiências com outros colegas atuantes na instituição há mais tempo.

Tal situação pode ainda recair em ônus para o trabalhador, que sem a devida orientação e treinamento, corre o risco de ser demitido caso haja mudanças no contrato com a empresa terceirizada. Como comenta o segurança Jorge,

Jorge: Uma empresa só, que a gente prestava serviço para Petrobras, que dava treinamento. Mas eu devo estar na minha sexta empresa de vigilância e não costumam dar treinamento não, inclusive essa. Aqui é assim. Deu certo, está indo bem, continua. Deu errado, está indo mal, tem reclamação, tira e bota outra. Aqui é assim.

Dadas as especificidades de museus ao lidar com públicos diversos, patrimônios, acervos e objetos de valor cultural, histórico e social, como o desconhecimento desses trabalhadores sobre noções centrais no pensamento museológico - como patrimônio, memória, acervo - afetam o funcionamento dos museus e seu próprio trabalho? Como a falta de qualificação profissional das empresas terceirizadas contratadas em determinadas áreas pode ser um risco para a prestação do serviço oferecido na instituição e para a realização do trabalho dos funcionários? A museóloga Aparecida Rangel, pesquisadora no Museu Casa de Rui Barbosa, exemplifica bem a questão ao apresentar o relato de uma funcionária da limpeza que, no contato com um bem musealizado, afirmou que para ela se um objeto fosse quebrado, “bastava comprar outro e jogar aquele fora” (Rangel, 2019, p.351-352).

Esse cenário impõe uma série de desafios às equipes de gestão dos museus. No Museu de Ciências da Terra e na Casa da Ciência da UFRJ, a alta rotatividade das empresas terceirizadas e dos funcionários é apresentada por Célia Maria Corsino e Luciane Correia como a principal questão a ser enfrentada no tocante à terceirização e às suas consequências para o trabalho museal:

Célia: [...] eu sempre peço para não existir um rodízio muito grande. Então, eu tenho que conseguir, aqui, manter os vigilantes durante anos e anos, os mesmos vigilantes. Então, eles já são mais treinados. Eles já sabem o que é. E a gente procura fazer um treinamento básico [...]. Todas essas pessoas já estão há bastante tempo no museu. Hoje, tem um aí que ele está menos tempo, mas, o outro, trabalha 20 anos. Então, as coisas se organizam diferente do que uma terceirização que não seja, assim, muito perto. Que fica trocando muito. Aí, aqui, não dá. A gente é muito “Quer trocar? Troca outro setor. Aqui não vai trocar”. Porque custa muito você fazer treinamento de pessoas para a área de museu. Até como passar o pano na mesa, a gente explica. E a gente explica fazendo junto. [...] Em museu, a regra é a

seguinte. O pessoal terceirizado de limpeza, ele só mexe por fora da vitrine. Dentro da vitrine, quem faz é o museólogo. Essa é a regra. E mesmo para limpar por fora tem que ter um cuidado e tem que ter treinamento. Treinamento é tudo. Eu já trabalhei em museu que a pessoa pegou um pano com [...] essas coisas de limpeza. E passou em cima de um grande painel para limpar. Era um painel plotado. A tinta veio toda no painel. Arrebentou o painel todo. Não é brincadeira.

Luciane: A questão que mais é difícil de ser administrada é que esses profissionais, normalmente, eles trocam muito, porque eles são plantonistas e tem lugar que funciona trocando todos os dias as pessoas. Aqui na Casa da Ciência, a gente criou, nos nossos acordos com as licitações que são feitas, a gente procura manter um quadro permanente de funcionários a serem terceirizados. Por quê? Porque a gente sempre faz visita mediada com eles nas exposições, então a gente procura fazer com que eles dialoguem também com o trabalho que a gente desenvolve aqui. A gente, quando faz a formação, a gente convida eles para participar da formação. Nem sempre eles vão, nem sempre aceitam, mas o que a gente procura fazer é agregar mesmo essas pessoas dentro do contexto do funcionamento da estrutura da casa para que eles se sintam participantes também desses processos.

Ambas as coordenadoras ressaltam que há um esforço por parte de suas gestões em oferecer um treinamento básico para os funcionários terceirizados, de forma a situá-los nas especificidades do trabalho no espaço museal, e no caso da Casa da Ciência, como demonstrado anteriormente, integrando-os aos públicos da instituição como forma de torná-los parte do processo museal realizado na instituição. O que sobressai de suas falas é principalmente como a troca constante entre empresas terceirizadas prejudica o andamento do trabalho museal ao demandar constante recomeço de treinamentos, orientações e rotinas de trabalho já praticadas anteriormente por outros funcionários, exigindo da equipe de administração um círculo de retrabalho sem fim. A fim de minimizar os impactos desse cenário, é necessário um empenho significativo por parte da gestão do museu para garantir o mínimo de trocas possíveis, de forma a poupar tanto os trabalhadores quanto a instituição do ônus da rotatividade.

É esse esforço pessoal das equipes administrativas que possibilita o acúmulo de longos anos de serviço de funcionários como Jorge (29 anos), José (19 anos) e Fábio (13 anos), apesar das trocas de empresas terceirizadas e a perda de direitos trabalhistas nesse processo. Esse cenário não é exclusivo do Museu de Ciências da Terra ou da Casa da Ciência da UFRJ, sendo encontrado em outras instituições museais (Duarte; Abreu, Freitas, 2018; Braz; Vergara, 2024;) e universidades públicas (Druck; Sena; Pinto; Araújo, 2018). Tal contexto indica a fragilidade da situação desses trabalhadores, que além de dependerem da empresa terceirizada,

dependem igualmente das administrações dos locais nos quais estão alocados para a manutenção de seu emprego, bem como a fragilidade da própria instituição museal ao depender da força de trabalho terceirizada.

Um exemplo claro dos riscos dessa dependência para a instituição museal e do tipo de situação provocada pela terceirização pôde ser encontrado na Casa da Ciência da UFRJ. Nesta instituição, há um cargo específico para a limpeza dos banheiros, o de banheirista. Sandra, entrevistada já mencionada, é a responsável por esse cargo na Casa, e sua rotina consiste em manter a limpeza e higienização exclusivamente dos banheiros. Os outros funcionários da equipe de limpeza são responsáveis por cuidar das demais áreas do museu. Sandra não trabalha aos sábados e domingos, dias nos quais a instituição recebe a quantidade mais significativa de seus visitantes, o que se transforma em um transtorno pois, ainda que haja funcionários da equipe de limpeza presentes nesses dias, eles não podem exercer as funções de Sandra.

O cargo de banheirista é uma das estratégias criadas por empresas terceirizadas para a redução de custos e maximização de seus lucros. Com ele, apenas uma funcionária fica responsável pela limpeza dos banheiros de uma área pré-determinada, colocando sob sua responsabilidade diferentes prédios ou setores que antes possuíam uma equipe de limpeza própria que também exercia essa função. É o caso de Sandra, que além da Casa da Ciência, cuida também dos banheiros da prefeitura universitária da UFRJ.

Com isso, o adicional de insalubridade de 20% previsto em lei a todos os funcionários do serviço de limpeza pode ser pago a um número reduzido de funcionários, visto que os demais não executam mais a limpeza dos banheiros. Isso acarreta na sobrecarga de trabalho, “pois além de toda a limpeza dos banheiros em diferentes prédios, [a funcionária] ainda precisa despender tempo de locomoção de um prédio para outro; [e] quando há atraso da funcionária banheirista, a funcionária local (responsável pelo prédio) não pode fazer a limpeza” (Severo, 2019, p. 74), recaindo sobre ela a culpabilização pela eventual inadequação de uso dos banheiros pelos visitantes.

Mesmo invisibilizada e desvalorizada socialmente, e no âmbito da terceirização pela ideia de “atividade-meio”, a limpeza é uma função essencial para o funcionamento de qualquer instituição, especialmente os museus, nos quais a grande frequência e rotatividade de públicos com distintas demandas exige a

manutenção constante dos ambientes coletivos, em especial os banheiros. Em uma das conversas prévias ao início da pesquisa, Luciane Correia relatou as dificuldades enfrentadas na Casa da Ciência por esse arranjo trabalhista. Sem a possibilidade dos outros funcionários da equipe de limpeza executarem a faxina dos banheiros, pois configuraria desvio de função, não raramente cabe a ela e a outros servidores em dias de intensa movimentação darem conta de serviços básicos, como a coleta e troca do lixo, para garantir a salubridade dos banheiros e o usufruto pelos visitantes.

Vale mencionar que as duas instituições pesquisadas não são diretamente responsáveis pela efetivação dos contratos terceirizados, o que torna a negociação em torno da manutenção dos funcionários e o trato com as consequências desse tipo de contrato ainda mais complicadas. No caso da Casa da Ciência da UFRJ, a instituição recebe os funcionários contratados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No Museu de Ciências da Terra, Célia Maria Corsino explica que:

Célia: [...] esses contratos não são geridos pelo museu. São contratos que são geridos pela administração do SGB [Serviço Geológico Brasileiro] no Rio de Janeiro. Existe uma administração central no Rio de Janeiro de manutenção do prédio todo. Não é do museu, mas é parte.

Isso implica em negociações mais demoradas e burocráticas para ambas as instituições, que a despeito de reconhecerem as dificuldades impostas pelo trabalho terceirizado, não possuem total autonomia para gerir os contratos de maneira a minimizar as inconveniências propiciadas por essa modalidade de trabalho. Como já mencionado, a escolha ou não pelo uso da terceirização não é uma questão simples: ela é parte da realidade do serviço público brasileiro e vem continuamente ganhando mais centralidade na lógica de gestão neoliberal que adentrou o Estado. Mesmo que houvesse total autonomia por parte dos museus pesquisados, é difícil afirmar que conseguiriam escapar à essa realidade. Como enfatiza Célia Maria Corsino:

Hoje em dia, o poder público, ele está encolhendo das suas atribuições e dos seus quadros de pessoas. E quando eu falo de terceirização, você está falando de serviços terceirizados, mas eu quero falar de terceirização de outra coisa, de contratos gerais, por exemplo. Eu falei aqui da coleção do Price. Eu tenho duas bibliotecárias agora e tenho 100 mil títulos para gravar. Então, nós fizemos um recorte, fizemos um projeto. E contratamos uma empresa para fazer o tratamento da coleção do Price. Então, eu não

estou substituindo o trabalho cotidiano da minha bibliotecária. Eu estou trabalhando por projetos, é assim que a gente tem que trabalhar [...] agora, eu preciso de concursos públicos [...] já está dito que vai ter no concurso público da CPRM cinco vagas para o museu. Naturalmente, eu preciso de muito mais. O museu aqui tem que operar.

O encolhimento do poder público caminha simultaneamente à necessidade cada vez maior de contratação de servidores públicos para todas as áreas do museu, e a falta de concursos obriga à adoção de outras formas de trabalho para garantir o funcionamento da instituição, como os acordos para execução de projetos citados por Célia Maria Corsino. Se lembrarmos que até a década de 1990 as atividades de limpeza, manutenção e segurança eram também efetivadas por meio de concurso público - e ainda o são em alguns órgãos públicos -, podemos perceber como o trabalho terceirizado foi essencial para o paulatino desmonte e enfraquecimento do Estado, instituições e serviços públicos. Para o setor cultural, do qual os museus são parte, e cujos recursos constantemente são escassos e abaixo do necessário, isso significa maiores dificuldades para a manutenção de suas atividades e do serviço de educação, cultura e lazer que prestam à sociedade.

A vulnerabilidade dos trabalhadores sob terceirização dos museus implica em instabilidade e fragilidade para as próprias instituições, que dependem inteiramente do seu trabalho e têm de enfrentar, além de questões financeiras e burocráticas, os desafios impostos por uma modalidade de trabalho que não atende às necessidades da instituição e tampouco as de seus trabalhadores. Uma pauta recorrente nas mobilizações na luta contra a terceirização no setor público é justamente a transformação dos funcionários terceirizados em servidores públicos, bem como a retomada de concursos públicos para os cargos sujeitos à terceirização.

Tal demanda mobilizou, por exemplo, a greve de 30 dias realizada por cerca de 400 trabalhadores e trabalhadoras da empresa Higilimp, terceirizada prestadora de serviços à Universidade de São Paulo (USP), em 2011. Além da exigência de pagamento de salários atrasados e melhoria das condições de trabalho por parte da empresa terceirizada, a greve foi também “uma luta política para responsabilizar a USP e exigir a efetivação de todos os terceirizados sem necessidade de concurso público, já que sua habilitação para o trabalho está mais que provada no dia a dia” (Assunção, 2023, p.105).

A vulnerabilidade e precarização impostas pelo capitalismo flexível não atinge somente os funcionários sob terceirização, pois há também bolsistas, estagiários e outras formas de trabalho sem garantias trabalhistas que coabitam nessas instituições e apresentam diferentes aspectos e graus de precarização⁵⁰. Observar o trabalho terceirizado na vida dos funcionários e no funcionamento dos museus nos revela a importância de olhar também para outras camadas de precarização que coexistem nessas instituições, e que atingem inclusive servidores, a fim de compreender como as transformações dos mundos do trabalho contemporâneo afetam de forma significativa o trabalho museal, devendo por isso mesmo ser alvo de discussão entre essas instituições.

⁵⁰ Miquéias (2016) chama atenção especial para a situação de precarização enfrentada pelos museólogos brasileiros, caracterizada muitas vezes pela falta de vínculo empregatício formal e a instabilidade. Cf. Miquéias, Wagner. Trabalho e precarização nos museus brasileiros: uma análise introdutória. *Cadernos de Sociomuseologia*, v.52, n.8, 2016, p.101-125.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores sob contrato terceirizado são apenas uma parcela das novas modalidades de trabalho flexível e precarizado que emergem das novas demandas do capitalismo contemporâneo. Os aplicativos de serviços de entrega, as redes sociais e outras diversas modalidades de trabalho surgidas nas últimas décadas trazem para os historiadores o desafio de pensar novas formas e espaços de trabalho muito distantes das fábricas, do campo e da plantation, ainda que todas elas permaneçam conectadas pela colonialidade do poder que engendra a precarização ordenadora da vida no capitalismo.

Os museus são também espaços nos quais as transformações dos mundos do trabalho contemporâneo são incorporadas e devem ser observadas como parte fundamental de seu trabalho, pois além de serem instituições estruturadas e conectadas às estruturas e dinâmicas sociais, são igualmente espaços de trabalho para diversos indivíduos que vivenciam a experiência museal sob outros aspectos, formatos e percepções, bastante distintos daquela experimentada pelos públicos visitantes. A ideia de trabalho museal aqui explorada vai além de seus produtos propriamente ditos, como as exposições, atividades educativas e de divulgação, compreendendo também (e principalmente) a dimensão propriamente laboral que envolve a instituição museu e o exercício de suas atividades, abrangendo as formas de trabalho e seus impactos sobre os trabalhadores e trabalhadoras que constituem o espaço museal.

Embora o entendimento sobre a matriz colonial e a colonialidade subjacentes à fundação da instituição museal seja objeto de amplas discussões, e o modelo de museu ocidental europeu adotado no contexto da construção do Estado-nação brasileiro no século XIX, construído como instituição do progresso científico e da modernidade, venha sofrendo amplas contestações por parte de membros internos e externos às instituições, tais considerações não perpassam ainda o lugar que o trabalho ocupa na manutenção dessas relações coloniais nos museus.

Como uma instituição incapaz de ser descolada da realidade social, política, cultural e econômica na qual se insere, é de suma importância compreender como as mudanças nos modos de trabalho do capitalismo contemporâneo afetam a vida daqueles que vivem o museu não sob a ótica do lazer e da visita, mas do trabalho regido pelo capital, cujas implicações trazem para o museu o desafio de pensar-se

enquanto espaço atravessado pela colonialidade do trabalho que estrutura as relações trabalhistas e a sociedade como um todo.

Destacamos o museu de ciência nesse cenário ao ser construído como *lócus* primordial de produção e reprodução da colonialidade do poder que favorece a expansão capitalista-colonial, sobretudo a partir da criação e legitimação de categorias de inferioridade que propiciam uma nova compreensão e organização do mundo a partir da concepção colonial europeia. Categorias como raça e gênero tratam de reorganizar o exercício do poder a nível global, propiciando a construção de novas hierarquias epistêmicas, culturais, sociais e de trabalho que terão no museu de ciência um espaço de validação e difusão por meio de sua produção científica e museal.

Na produção de novas categorias e hierarquias de trabalho, o trabalho é racializado e generificado, e a precariedade, o racismo e a misoginia se tornam a norma da organização do trabalho sob o capital. A colonialidade do trabalho, que produz a escravidão africana e indígena, os *coolies* asiáticos, o trabalho sob contrato e diversas outras modalidades de trabalho utilizadas para a acumulação capitalista sob o respaldo do colonialismo, permite a associação do trabalho precarizado com certos marcadores raciais, de gênero e classe que permanece como elemento estruturante das relações entre capital e trabalho mesmo sob a hegemonia do trabalho assalariado a partir do século XX. Dessa forma, impõe a um amplo contingente de pessoas não-brancas, pobres e mulheres nos dias atuais o acesso precário ao trabalho ou formas de trabalho marcadas pela exploração, informalidade, desigualdade salarial, violência e até ilegalidade.

A terceirização assume aqui importante papel como elemento estruturado e estruturante dessa condição de colonialidade do trabalho contemporâneo. É uma das principais formas sócio-históricas da precariedade inerente às relações entre trabalho e capital, acarretando em maiores jornadas de trabalho, menores salários, maiores riscos de acidentes e exaustão mental e física do trabalhador, além de alta instabilidade, rotatividade e insegurança financeira e previdenciária. A divisão sexual e racial do trabalho que atribui as piores posições e condições no mercado de trabalho às mulheres e pessoas não-brancas é fortalecida no trabalho terceirizado, cuja predominância de trabalhadores e trabalhadoras negras reflete as estruturas racistas da organização do trabalho no Brasil.

Nesta pesquisa, buscamos apreender, certamente não em sua totalidade, como essa condição de colonialidade se faz presente nas dinâmicas do trabalho terceirizado em instituições museais, ressaltando como a colonialidade que estrutura a formação dos museus de ciência encontra na adoção do trabalho terceirizado um elemento de reforço e revitalização, contribuindo para a permanência de hierarquias e desigualdades que atravessam o museu e estruturam a formação da sociedade brasileira. Pouco descanso, longas jornadas de trabalho, longas distâncias a serem percorridas e trabalhos paralelos: eis o público em potencial que reside dentro dos museus de ciência e sobre o qual essas instituições têm o grande desafio de contornar minimamente a precariedade que lhes atinge dentro do próprio museu.

Os relatos apresentados pelos entrevistados participantes desta pesquisa demonstraram a importância de compreender a prática da terceirização também a partir daqueles que a vivem na pele e no cotidiano, reafirmando a importância da categoria de experiência para a pesquisa histórica. Para E. P Thompson (1981, p.15), a experiência é uma categoria que “por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”. O registro das experiências permite pôr em perspectiva certas percepções, compreensões e entendimentos sobre determinados eventos que podem ter reverberações coletivas, pois toda experiência é historicamente construída e atua como “influência do ser social sobre a consciência social” (Thompson, 1981, p.12). Mesmo em suas particularidades, a experiência sempre adquire algum sentido coletivo, ainda que não em sua integridade, pois é formada por meio de indivíduos atravessados por estruturas sociais que condicionam seus modos de existir.

Contudo, ela não é homogênea, pois a pertença a uma coletividade não pressupõe homogeneidade daqueles que nela convivem. Ao registrar o relato dos trabalhadores aqui entrevistados, compreendemos a importância da dimensão da experiência na classe trabalhadora, não como forma de tomar relatos individuais como representantes de todo um conjunto de indivíduos, mas como forma de alcançar a diversidade e heterogeneidade que existem mesmo dentro de um grupo que partilha de lugares e vivências sociais comuns. Com ela é possível apreender as variadas formas de existir enquanto indivíduos pertencentes às classes

trabalhadoras, ressaltando as variadas tonalidades que a condição de classe adquire quando se encontra com outros elementos como raça, gênero, idade, localização geográfica etc.

Ao tomar a experiência como categoria junto à prática da História Oral, compreendemos que novas abordagens e aspectos do trabalho terceirizado podem ser observados a partir desse procedimento teórico-metodológico. Aspectos que não são possíveis de serem apreendidos somente por dados estatísticos, formulários ou registros que tomam os trabalhadores terceirizados como um todo homogêneo, mas que atuam em conjunto com esses materiais para dimensionar os impactos da terceirização na vida desses indivíduos, impactos que compreendem ambiguidades, nuances e que adquirem outras dimensões quando confrontados com as diferentes trajetórias individuais de cada trabalhador. Não se trata, certamente, de desconsiderar as abundantes evidências da precarização da vida e do trabalho que acompanha a terceirização; na verdade, as experiências aqui registradas enfatizam como essa precarização se expressa por formas diversas para além da terceirização em si, e que não raramente atuam de forma simultânea a ela na exploração e submissão dos trabalhadores.

O cenário apresentado ao longo desta pesquisa demonstra como a realidade de precarização enfrentada pelos trabalhadores participantes não é uma exceção, e muito menos restrita aos museus de ciência ou qualquer outro museu ou instituição pública. Contudo, as especificidades do trabalho em uma instituição museal, e sobretudo os seus objetivos de democratização do conhecimento e inclusão social, impõem o desafio de pensar como lidar com a terceirização nesses espaços, considerando seu impacto sobre os trabalhadores e o trabalho museal. Reiteramos saber que não se trata de uma opção individual das instituições museais, tampouco dos trabalhadores, mesmo aquelas com autonomia sobre a gestão de seus contratos de trabalho, visto o grau de adesão da terceirização no setor público, e em geral, no mercado de trabalho brasileiro.

Contudo, diante das experiências trazidas pelos trabalhadores entrevistados, não é possível considerar que esta não é uma questão pertinente aos museus. Não apenas pelo baixo acesso dessas pessoas às instituições museais, mas sobretudo pelas contradições que se impõem entre a busca por uma prática inclusiva e democrática e a realidade de exclusão e precarização vivenciada pelos trabalhadores que permitem o museu existir.

Ampliando a ideia de João Pacheco Oliveira (2007, p.96) que abre esta dissertação: entre os que passam pelo museu, que olham as vitrines e percorrem as salas, para os quais a exposição foi preparada; e os que lá, supostamente, estão apenas representados e constituem o objeto desse olhar, estão também os “forasteiros de dentro”. Trabalhadores e trabalhadoras sob contrato terceirizado presentes de corpo, porém, invisibilizados; não são parte dos públicos visitantes, objetos de representação ou os sujeitos que as criam, mas apontam para modos de ver e experienciar o trabalho museal que complexifica dicotomias como sujeito x objeto, museu x públicos e ampliam as formas, os desafios e as possibilidades de existência do museu contemporâneo.

Por fim, as considerações aqui apresentadas não possuem a pretensão de oferecer respostas definitivas ou mesmo encerrar o assunto. Ao fim da pesquisa, abrem-se mais questões e possibilidades. Contudo, permanece a clareza de que compreender o trabalho como fator de desigualdade e colonialidade nas dinâmicas internas aos museus é de suma importância para agir sobre esse cenário a fim de reforçar seu compromisso com a afirmação dos direitos políticos e sociais das populações excluídas e que permanecem sob jugo do projeto colonial que lhe deu vida inicialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Angélica Kely. O trabalho doméstico remunerado: um espaço racializado. In: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline (orgs). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: IPEA; OIT, 2021. p.47-66.

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. O Museu Nacional do Rio de Janeiro entre a escravidão e a liberdade. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, vol. 30, 2022, p. 1-23.

ALVES, Giovanni. **A condição de Proletariado: precariedade do trabalho no capitalismo global**. Londrina: Praxis, 2009.

ALVES, Giovanni. Toyotismo e subjetividade: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. **ORG & DEMO**, v.7, n.1/2, Jan.-Jun./Jul.-Dez. 2006, p. 89-108.

ANDRETA, Rachel Loureiro; CAMPOS, Rosana Soares. Base da pirâmide social brasileira? o perfil dos trabalhadores terceirizados no contexto dos anos 2000. **Revista da ABET**, v. 14, n. 2, p.241-258, Julho a Dezembro de 2015.

ANTUNES, Anderson Pereira. A sociabilidade no trabalho de campo: contribuições de indígenas e escravizados nas expedições científicas do oitocentos. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; ALMEIDA, Marta de (Org.). **Ciências e tecnologias num Brasil (in)dependente**. Brasília, DF: Editora IBICT, 2025. p.67-99.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009, p.231-238.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, abr./jul. 2020, p. 27-43.

ANTUNES, Ricardo. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho? **Análise Social**, vol. 58, n. 3, 2023, p. 512-532.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, ano XVIII, nº 34, julho-dezembro, 2015, pp. 19-40

ASSUNÇÃO, Diana (org). **A precarização tem rosto de mulher**. São Paulo: Iskra, 2022.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, pp. 89-117, maio/agosto 2013.

BARBUY, Heloisa. o Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.4 p.211-61 jan./dez. 1996.

BARBUY, Heloisa. Dos gabinetes de curiosidades aos museus do século XIX. Contexto de florescimento dos museus modernos no Ocidente. In: ALMEIDA, Marta; VERGARA, Moema de Rezende (orgs). **Ciência, história e historiografia**. São Paulo: Via Lettera, 2008. p.245-256.

BARBOSA, Marisa; VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José. Trabalhadores terceirizados da área meio no âmbito da administração pública federal: assimetrias sociais e precarização. **LAJBM**. v. 12, n. 2, p. 86-98, jul-dez/2021.

BANCEL, Nicolas; DAVID, Thomas; THOMAS, Dominic. Introduction: The invention of race - scientific and popular representations of race from Linnaeus to the ethnic shows. In: BANCEL, Nicolas; DAVID, Thomas; THOMAS, Dominic (orgs). **The Invention of Race: Scientific and Popular Representations**. Nova York: Routledge, 2014, p.1-16.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 30, n. 1, Janeiro/Abril 2015, p.147-163.

BRAZ, Andressa; VERGARA, Moema de Rezende. Os “excluídos da cultura”: Contradições da divulgação da ciência em museus. **História e Cultura**, v. 13, n. 2, dezembro/2024, p.622-645.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, p. 1-30.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS. **Museus em números**. Volume 1. Brasília: Ibram, 2011.

CAMPOLI, Lara; PEROSA, Graziela Serroni. É casa, é luta, é o dia de amanhã: as auxiliares de limpeza terceirizadas da Unicamp. **Cadernos Pagu**, n. 65, p. 2-17, 2022.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. A função social dos museus. **Canindé - Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, nº 9, junho/2007, p.169-187.

CAZELLI, Sibele et al. Tendências pedagógicas das exposições de um museu de ciência. **II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, 1999, p. 1-12.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **Percepção pública da C&T no Brasil – 2024**. Resumo executivo. Brasília, DF: 2024. 34p.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM**, v. 27, n. 41, p.9-22, 2014.

CHAGAS, Mário; PRIMO, Judite; ASSUNÇÃO, Paula; STORINO, Claudia. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 55, n. 11, p. 73-102, 2018.

CHAKRABARTY, Dipesh. A pós-colonialidade e o artifício da história: quem fala em nome dos passados “índios”? **Pol. Hist. Soc.**, v. 19, n. 2, p. 104-130, jul.-dez. 2020.

COELHO, Raquel Nascimento; AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Inserção Laboral, Juventude e Precarização. **Psicologia política**. vol. 9. n. 18, jul. - dez. 2009, p. 275-289.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes**. Nota técnica, n. 172, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf> Acesso em: 03 de novembro de 2025.

DRUCK, Graça; SENA, Jeovanna; PINTO, Maria Morena; ARAÚJO, Sâmia. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: CAMPOS, André Gambier (org.). **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate**. Brasília: Ipea, 2018. p.113-142.

DUARTE, Adelaide Manuela da Costa. **O Museu Nacional da Ciência e da Técnica (1971-1976)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Museologia e Patrimônio**, v. 6, n. 1, p. 99-117, 2013.

DUTRA, Renata Queiroz; COELHO, Ilana Barros. “Eles pensam que a gente é invisível”: gênero, trabalho terceirizado e educação jurídica popular. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 4, p.2359-2385, 2020.

FALCÃO, D.; COIMBRA, C. A.; CAZELLI, S. Museus de ciência e tecnologia e inclusão social. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P.; LOUREIRO, M. L. N. M. (Org.).

MAST Colloquia: o caráter político dos museus. Rio de Janeiro: MAST, 2010. p. 89–114.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Lisboa: Editora Ulisseia, 1961.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de. Dez anos da “PEC das domésticas”: da eterna luta interseccional aos seus avanços e contradições. **PerCursos**, Florianópolis, v. 25, 2024, p.2-24.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2023.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil. **Asclepio**, v. 2, p. 107-123, 1998.

FILGUEIRAS, Victor. Terceirização e trabalho análogo ao escravo: estreita relação na ofensiva do capital. In: TEIXEIRA, Marilane Oliveira; RODRIGUES, Helio; COELHO, Elaine d'Ávila (orgs.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade.** São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; DUTRA, Renata. Distinções e aproximações entre terceirização e uberização: os conceitos como palco de disputas. **Caderno CRH**, Salvador, v.34, 2021, p.1-14.

FILHO, Alexsander da Silva; COSTA, Michelly Monteiro Gomes; PEREIRA, Marcio Júnio Batista. Reforma trabalhista e seus reflexos na jornada de trabalho 12x36. **Revista Jurídica do Nordeste Mineiro**, v. 2, 2020, p.1-13.

FILHO, Manuel Lima; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato. **Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas.** Recife: Editora UFPE, 2016.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*, v.5, n.8, jan/jun 2017, p.45-67.

FREITAS, Kelly Amaral de; SIMAN, Lana Mara de Castro. O museu dos quilombos e favelas urbanos no movimento de democratização dos museus. **Revista Científica das áreas de Humanidades do Centro Universitário de Belo Horizonte**, v. 7, n. 2, p. 116-120, Agosto/Dezembro de 2014.

GIMENEZ, Denis Maracci; KREIN, José Dari. Terceirização e o desorganizado mercado de trabalho brasileiro. In: TEIXEIRA, Marilane Oliveira; RODRIGUES, Hélio; COELHO, Elaine d'Ávila (orgs.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade.** – São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016.

GÓES, Karolayne Ribeiro de; SOUZA, Moema Serpa de. A precarização do trabalho: um modo sócio-histórico da precariedade. **Revista Interface**, p. 139-155, Janeiro a julho/2015.

GOIS, Juliana Carla da Silva. A precarização das condições de trabalho e os impactos na subjetividade do trabalhador. **Revista Filosofia Capital**. Brasília, vol. 21, n. 27, 2025, p. 01-19.

GOMES, Janete Bastos. **Compensação de horas e os aspectos negativos do labor em escala 12x36**. Monografia (Graduação em Direito) - Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, São Luís, 2019.

GOMES, Ângela Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. **História Oral**, v. 11, n. 1-2, jan.-dez. 2008, p. 11-41.

GONÇALVES, Michele de Lima; VERGARA, Moema de Rezende. Entre museus e centros de ciência: o caso do Espaço Coppe Miguel de Simoni. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 44, p.73-90, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 7, p.21-33, 2008.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido; MIRAGLIA, Lívia Mendes Moreira; OLIVEIRA, Maria Carolina Fernandes. **O que escondem as casas grandes do Brasil no século XXI?** Um diagnóstico do trabalho escravo no âmbito doméstico. Belo Horizonte: Editora Expert, 2025.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de antigo regime**. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2008.

HILL, Kate. **Women and museums, 1850-1914: modernity and the gendering of knowledge**. Manchester: Manchester University Press, 2016.

HILL, Kate. “He knows me...but not at the museum”: women, natural history collecting and museums, 1880-1914. In: DUDLEY, Sandra H.; BARNES, Amy Jane; BINNIE, Jennifer; PETROV, Julia; WALKLATE, Jennifer (editoras). **Narrating objects, collecting stories**. New York: Routledge, 2012. p. 178-196.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 2022, 16.p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972> Acesso em 08 de julho de 2025.

IRBER, Beatriz Gabriele De Castro Silva. **Trabalhadoras terceirizadas de limpeza e conservação da UNB: Relatos de violências, invisibilidade e precarização**. Monografia (Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

KURY, Lorelay. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 11 (suplemento 1), p.109-29, 2004.

LAFUENTE, Antonio; ORTEGA, Maria L. Modelos de mundialización de la ciencia. **Arbor**, v. 558-559-560, p. 93-117, Junio-Agosto 1992.

LEITE, Miriam L. Moreira. Naturalistas viajantes. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.7-19, nov-1994/fev1995.

LEITE, Miriam L. Moreira. Mulheres Viajantes no Século XIX. **Cadernos Pagu**, Campinas/UNICAMP, v. 15, p. 129-143, 2000.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

LOPES, Maria Margaret. A formação dos museus nacionais na América Latina. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 30, p.121-146, 1998.

LOPES, Maria Margaret; MURRIELLO, Sandra Elena. Ciências e educação em museus no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 12, p. 13-30, janeiro 2005.

LOPES, Maria Margaret. Objects and Contradictions on the Move. From Private Collections to Provincial Brazilian Museums. **Centaurus**, v. 65, n.3, p. 603–625, 2023.

LIMA, Jacob Carlos. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 13, n. 1, pp. 17-26, 2010.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p.52-83.

LYKAWKA, Liliane. **O trabalho terceirizado: reconhecimento, valorização e satisfação**. Monografia (Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, 45p.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; TOSTES, V. L. B. Museus e representações da nação no pós-colonialismo. Reflexões sobre os passados construídos no Museu Histórico Nacional. In: BENCHETRIT, Sarah Fassa; BEZERRA, Rafael Zamorano; CHAGAS, Mário de Souza. (Org.). **A democratização da memória: a função social dos Museus Ibero-Americanos**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p. 125-144.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARANDINO, Martha. **O conhecimento biológico nas exposições de museus de ciências: análise do processo de construção do discurso expositivo**. 2001.

Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARCELINO, Paula; CAVALCANTE, Sávio. Por uma definição de terceirização. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, Maio/Ago. 2012, p. 331-346.

MARX, K. A Assim Chamada Acumulação Primitiva (Cap.24 de O capital). **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 43, 11 nov. 2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, [Entrevista concedida a] Luciana Quillet Heymann e Aline Lopes de Lacerda. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 48, p. 405-431, julho-dezembro de 2011.

MENEZES, D. T. S. M.; BEVILAQUA, D. V.; SILVA, D. F. Travelling science centers and museums: paths to citizenship and engagement under the eye of professionals. **ACTIO**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 1-27, may/aug. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio> . Acesso em: 20/11/2021

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p.1-18, 2017.

MIGNOLO, Walter D; WALSH, Catherine E. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Durham: Duke University Press, 2018.

MOREIRA, Ildeu de Castro. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 11-16, abr./set. 2006.

MOSSI, Thays Wolfarth. Lutas trabalhistas como lutas minoritárias: a questão da dignidade do trabalhador terceirizado. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 21, n. 50, p. 236-259, jan-abr 2019.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, vol. 29, n. 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

OLIVEIRA, Ana Paula Rocha de. Terceirização e seu impacto nas relações de trabalho: o caso dos museus. In: SOARES, Bruno Brulon; BROWN, Karen; NAZOR, Olga (org.). **Defining museums of the 21st century: plural experiences**. Paris: ICOM/ICOFOM, 2018. p.140-146.

OLIVEIRA, João Pacheco. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. **Tempo**, vol. 12, n. 23, p.73-99 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco; SANTOS, Rita de Cássia Melo. Introdução. In: OLIVEIRA, João Pacheco; SANTOS, Rita de Cássia Melo (orgs.). **De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 7-29.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia; NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 484-503, set./dez 2018.

PORTELA, Anna Caroline Morlin. **Diálogos (im)possíveis entre a terceirização da mão de obra feminina e o direito humano ao trabalho decente no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2022.

PRAKASH, Gyan. **Another reason. Science and the imagination of modern India**. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

QUEIRÓZ, Maria de Fátima Ferreira; SOUZA, Edvânia Ângela de; REGINALDO, Ifayemi Olatunde Regis. Indústria 4.0 e trabalho 0.4: colonialismo digital e a intensificação do trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 147(3), 2024, p. 1-21.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indíg.** v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

RANGEL, Aparecida. TOD@S SÃO TOD@S? **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 2, mai-ago, 2019, p. 350-355.

ROCHA, Ilana Peliciari. **“Escravos da nação”: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RODRIGUES, Francisco Demetrius Monteiro; SANTOS, José Márcio dos; SILVA, Priscila de Souza. Perfil dos trabalhadores terceirizados no Brasil. **Revista da ABET**, v. 19, n. 1, p. 163-184, Janeiro a Junho de 2020.

SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009, p.879-888.

SANJAD, Nelson Rodrigues. **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907**. 2005. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Bruno Marco Cuer dos. **Visitando o museu pela porta dos fundos**: Vigilantes e transportadores de obras de arte e a resignificação do habitus. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Guarulhos, 2015.

SANTOS, Marco Aurélio. Migrações e trabalho sob contrato no século XIX. **Revista História**, São Paulo, v.36, n. 12, 2017.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Os museus e seus públicos invisíveis. **Anais do I Encontro Nacional da Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. p.97-114.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Por uma sociologia dos museus. **Cadernos do CEOM**, ano 27, n. 41, 2014, p.47-70.

SEVERO, Renata Vieira Rodrigues. **As relações de trabalho e a terceirização**: um estudo com as trabalhadoras do setor de conservação e limpeza em um órgão público. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

SCHNORRENBERGER, Neusa; SANTIS, Erik Luís Sott de; STASIAKI, Fagner Fernandes. A nova roupagem do trabalho escravo por meio da terceirização (lei no 13.429/2017): casos na colheita de uvas do estado do Rio Grande do Sul. **Anais do VIII Congresso Latino-americano de gênero e religião**: liberdade, identidade, criticidade. São Leopoldo, 2023, p.399-417.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, v. 18 p.77-101, 1996.

SEGANTINI, Verona Campos. **"Maneira decente e digna de expor aos olhos do público"**: modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SERA-SHRIAR, Efram. From museumization to decolonization: fostering critical dialogues in the history of science with a Haida eagle mask. **The British Journal for the History of Science**, n. 56, 2023, p. 309–328.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Afro-Ásia**, v. 23, p. 87-144, 1999.

SOUZA, Breno Sabino Leite de. **Etnografia, arqueologia e indigenismo no Museu Paulista: índios, colonização e a construção do Brasil Meridional de Hermann von Ihering (1894-1916)**. 2021. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p.244-260.

SOUZA, Luciana Christina Cruz. A Mesa Redonda de Santiago do Chile e o Desenvolvimento da América Latina: o papel dos Museus de Ciências e do Museu Integral. **Museologia e Interdisciplinaridade**, v.9, n.17, p.64-80, jan/jul 2020.

THÉBAUD-MONY, Annie; DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.23-58.

TROUILLOT, Michel-Rolph. North Atlantic Universals: Analytical Fictions, 1492–1945. **The South Atlantic Quarterly**, v. 101, n. 4, p.839-858, 2002.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. A conquista do caráter público do museu. In: GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; LEAL, Maria Cristina. **Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência**. Rio de Janeiro: Access, 2003.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. O museu de ciência: espaço da história da ciência. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 1, p. 53-62, 2005.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. Museus de Ciência e Tecnologia no Brasil: uma “Reunião de Família” na Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972. **Museologia e Patrimônio**, v.2 n.2, p.73-86, jul/dez 2009.

VALENTE, Maria Esther; CAZELLI, Sibebe; ALVES, Fátima. Museus, ciência e educação: novos desafios. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12 (suplemento), p. 183-203, 2005.

VENTURA, Andressa Alves Ventura; FERREIRA, Camyla de Sousa Franco. A jornada de trabalho 12x36 e os impactos na saúde do trabalhador. **RECIMA21**, v.5, n.4, 2024, p.1-12.

VERGARA, Moema de Rezende. **A Revista Brasileira e a história da divulgação da ciência no Brasil oitocentista**. Curitiba: Appris, 2020.

VERGÉS, Françoise. **Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

ZIMMERMANN, Adriana Gomes. **A precarização tem gênero e raça: um estudo sobre a terceirização na UFRGS**. Monografia (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.